



áfricas

mobilidade - violência - memória - criatividade

João Sarmiento (Ed.)



João Sarmiento licenciou-se em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1994), concluiu um mestrado em Geografia na Universidade de Cork, Irlanda (1996), e um doutoramento na área da Geografia cultural pela mesma universidade irlandesa (2001). Agregou-se em Geografia Humana na Universidade de Lisboa (2014). É Professor Associado com Agregação no Departamento de Geografia e Vice-Presidente para a investigação e internacionalização no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Desde 2018 é investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, no grupo de investigação de Estudos Culturais. Publica sobretudo nas áreas da Geografia cultural e da Geografia Póscolonial. De entre os seus trabalhos destacam-se *Fortifications, Post-colonialism and Power: Ruins and Imperial Legacies* (2016, Routledge) e *Geography and Empire* (2021, *Oxford Bibliographies in Geography*, Oxford University Press). A sua pesquisa concentra-se em Portugal, África, Oriente Médio e Ásia Central. Atualmente é investigador no projeto “Memórias, culturas e identidades: o passado e o presente das relações interculturais em Moçambique e Portugal” (FCT/Aga Khan).

áfricas

mobilidade - violência - memória - criatividade

João Sarmento (Ed.)

ÍNDICE

9/ INTRODUÇÃO

22/ CALENDÁRIO

SEMINÁRIOS E REAÇÕES

27/ GEOGRAFIA POLÍTICA E CARTOGRAFIA
HISTÓRICA DE ÁFRICA

Luís Moreira reação por Bruno Fonseca e António Melim

37/ GEOPOLÍTICA DE ÁFRICA: A INFLUÊNCIA
DAS GRANDES POTÊNCIAS

José Palmeira

43/ A ÁFRICA NA RECOMPOSIÇÃO DO
MUNDO: DEPENDÊNCIAS, FRACASSOS
E PERSPETIVAS

Fernando Bessa Ribeiro

49/ ÁFRICA NO PLURAL: OLHARES SOBRE
O PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Rosa Cabecinhas

57/ RACISMO, ATIVISMO SOCIAL E REPARAÇÃO HISTÓRICA
– PARA QUE A MEMÓRIA NÃO SIRVA DE RESTOLHO

Sheila Khan reação por Rita Oliveira e Carolina Couto

- 67/ **AS IDENTIDADES TRANSNACIONAIS E
TRANSCULTURAIS. A LUSOFONIA ENQUANTO
POSSIBILIDADE INTERCUTURAL**
Vítor de Sousa *reação por Jorge Garrido, Renata Moreira e João Neves*
- 79/ **ORLANDO RIBEIRO E O CADERNO DE CAMPO
Nº53 (ANGOLA):
UMA RECONSTITUIÇÃO POSSÍVEL**
João Sarmento *reação por Carolina Couto e Saraa Shrbaji*
- 91/ **MEMÓRIA CULTURAL E CINEMAS
AFRICANOS: UMA REFLEXÃO BREVE**
Isabel Macedo *reação por Saraa Shrbaji, Leida Costa e Luiz Daminello*
- 105/ **COMUNICAÇÃO, CULTURA, PARTICIPAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO: O CASO
“NO TRILHO DE MALANGATANA”**
Lurdes Macedo
- 113/ **O CESTO DE NGUNGHANE NO MUSEU
NACIONAL DE ETNOLOGIA**
João Sarmento
- 119/ **NOTAS PARA UMA LEITURA DO ROMANCE
AL CAPONE LE MALIEN DE SAMI TCHAK**
Marie Silva *reação por Saraa Shrbaji e Rita Oliveira*

PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

- 131/ **ESBOÇOS DE ESPACIALIZAÇÃO DAS VIAGENS DE PAIVA DE ANDRADA A MOÇAMBIQUE (1884/5)**
Carolina Pinto Couto
- 139/ **O TRABALHO FORÇADO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**
Renata Moreira
- 145/ **ESTATUÁRIA COLONIAL E O PASSADO COLONIAL PORTUGUÊS EM ÁFRICA**
João Neves
- 153/ **REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO:
AS CAUSAS DE UM CONFLITO LATENTE**
Ana Batista
- 159/ **A CRISE DA ÁGUA EM CONTEXTO DE CONFLITO ARMADO: O CASO DA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA**
Capalo Katumbi
- 165/ **AS MISSÕES DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL EM ÁFRICA:
O CASO DA GUINÉ-BISSAU**
Jorge Garrido

173/ **MULHERES E DIREITOS: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO EM PERSPECTIVA, NA GUINÉ BISSAU**
Raphaella Câmara

179/ **A EFICÁCIA DO ESTATUTO DE REFUGIADO E DA LEGISLAÇÃO PELA LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E DE IDENTIDADE DE GÊNERO NO CONTEXTO SUL-AFRICANO**
Chiara Zanchetta

185/ **“QUASE SUPER-HOMEM”. A EXPRESSÃO DE PODER DO MPLA, ATRAVÉS DA IMAGEM, NA LUTA CONTRA O COLONIALISMO E OUTROS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA**
Kiluanje Liberdade

191/ **PROJECTING INCOMPLETENESS IN THE CASE OF LIBYA'S MIGRATION CRISIS: FICTIONAL REPRESENTATION OF IMAGE AND TEXTUAL DOCUMENTATION**
Saraa Shrbaji

199/ **CRÉDITOS**



Áfricas: desestabilizando as geografias de um continente

João Sarmiento

Docente no Departamento de Geografia
Investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
j.sarmiento@geografia.uminho.pt

“A África era a minha terra, fora a terra da minha família durante séculos. Mas nós éramos da costa leste, e isso fazia a diferença. A costa não era verdadeiramente africana, ela era simultaneamente árabe, indiana, persa e portuguesa, e nós, que vivíamos na costa, éramos na realidade gente do oceano Índico. Atrás de nós ficava a verdadeira África. Muitos quilómetros de savana ou deserto separavam-nos da gente do interior; estávamos virados para o leste, para as terras com que negociávamos – Arábia, Índia, Pérsia. Essas eram também as terras dos nossos antepassados. Mas já não podíamos dizer que éramos árabes, indianos ou persas; quando nos comparávamos com esses povos, sentíamos que éramos gente de África.”

(NAIPAUL, 2017, p. 21)

Limitada a norte pelo Mediterrâneo, a este pelo Mar vermelho (o canal do Suez separou-a da Ásia) e oceano Índico, e a oeste pelo oceano Atlântico, África é um continente de proporções gigantescas. Fazer um voo da Cidade do Cabo até Casablanca ou de Dakar para Nairobi, não chega para captar esta extensão. O continente ultrapassa os 30 milhões de quilómetros quadrados, ou seja, cerca de 20% do total da superfície emersa da terra, e quase sete vezes a área da União Europeia a 27. Na verdade, é maior do que a Índia, a China, os Estados Unidos e a União Europeia combinados. O seu ponto mais a norte, na Tunísia, está a cerca de 8000 km do seu ponto mais a sul, na África do Sul. Mas o seu ponto mais a este, na Somália, está a cerca de 7400 km do seu ponto mais a ocidente, o Cabo Verde, no Senegal. Esta dimensão avassaladora é marcadamente dissimulada pelo uso generalizado da projeção de Mercator nos mapas

do mundo, que a representam como sendo mais pequena em relação a outros territórios de latitudes mais elevadas. Ainda que o equador divida o continente em duas metades, a parte do continente no hemisfério norte é bem superior em área, devido ao formato do continente, resultado da separação de parte da Gondwana em continente africano e em América do Sul, há cerca de 200 milhões de anos. Não deixa de ser interessante verificar que a maior parte de África pertence ao hemisfério norte, ao mesmo tempo que poucos são os países que não têm parte do seu território dentro da região tropical.

Com uma costa sobretudo retilínea e pouco recortada, com poucas ilhas e poucos países insulares, é um continente de fácil identificação, recorte e delimitação num mapa. Mas passar deste conceito geográfico de continente, desta construção simplista, abstrata e redutora de uma massa contínua de terra bem definida numa folha de papel, para algo palpável num território de gentes, culturas, movimento e paisagens, torna-se irrealizável. Este conceito de África só existe enquanto abstração, representação e imaginação. Aliás, a epígrafe com que inicio este texto, de V. S. Naipaul, remete para o modo como Salim, o narrador de *A Curva no Rio* entende África, e toca na ideia de uma verdadeira e não tão verdadeira África, e que serve tão só para desestabilizar noções fantasiosas que foram sendo construídas ao longo do tempo. A pluralidade em África, seja de climas, de solos, de povos e etnias, de visões do mundo, de percursos históricos, pensamentos, etc., é tão avassaladora que tendemos a simplificá-la. Resultado da geografia com que fabricamos África como um só continente; resultado da cultura ocidental que foi construindo este continente como um espaço tórrido, exótico, primitivo e falhado, por forma a definir-se a si própria; consequência de elites (e não só) africanas que se apropriaram desta África construída pelos europeus e recalaram estas representações. Se em certos momentos esta ideia singular de África foi vantajosa e emancipadora, como no pan-africanismo de Kwame Nkrumah com a sua partilha de poder no quadro de uma federação territorial, hoje é mais questionável que assim o seja. Grandiosos e redondos planos e ideias para África – veja-se uma política para África, Africa Renaissance, um plano Marshall para África – são frequentemente lançados, repetidamente adiados, caindo sucessivamente no esquecimento. As parcerias para África, como defendem Mercer, Mohan e Power (2003), incorporam grandes desigualdades de riqueza e poder, que, por sua vez, servem para

legitimar programas neoliberais. A este respeito vale a pena referir a forma como quase unanimemente se apontou o falhanço de África, e da África subsaariana em particular, em cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). A ideia de “continente falhado” desmorona quando analisamos detalhadamente a forma como os ODM foram desenhados, desvalorizando melhorias absolutas quando relativamente pequenas, e estabelecendo metas que em larga medida implicariam progressos sem precedentes históricos noutras regiões ou em África (Easterly, 2009). Substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as questões de quem decide o que é o desenvolvimento e onde acontece, quem é representado como necessitando de desenvolvimento e quem se posiciona como tendo responsabilidade e agência para assegurar o desenvolvimento, mantêm-se (Hammett, 2019).

A construção de África como um “outro”, ajudou a definir a Europa (Said, 1994) e continua a ajudar. Para sul do Mediterrâneo projeta-se uma terra caótica, desvalorizando a forma como a África mediterrânea sempre esteve ligada, entre os estreitos de Gibraltar, a oeste, e o de Bab-el-Mandeb, nos limites do Índico, a esta mesma Europa. As representações do continente foram e continuam a ser sobretudo negativas, dominadas por imagens de guerra e conflito, por migrantes desesperados, por catástrofes ambientais; ideias de um continente falhado, inseguro e pobre. Mesmo socorrendo-se de exemplos poderosos, Tim Marshall (2015), no seu *best seller Prisioneiros da Geografia*, defende um determinismo ambiental em que a natureza é mais forte do que as pessoas, e procura mostrar que os africanos estão encarcerados na sua própria geografia (física), e é esta, acima de tudo, que serve para explicar os “atrasos” no continente.

Com o fim da Guerra Fria, o continente passou a ser visto com uma lente de preocupação humanitária, mais do que com uma de preocupação política ou de segurança. Os modelos neoliberais de desenvolvimento e de globalização, com a associada desregulação e desestatização, que levaram a um aumento das crises das dívidas soberanas, provocaram em muitos países africanos, o desabamento dos Estados centrais, incapazes de providenciarem segurança ou satisfação de necessidades básicas dos cidadãos. Deste modo, o apoio a Organizações Não Governamentais e à sociedade civil aumentou em prejuízo do apoio direto aos Estados, estes últimos vistos frequentemente como ineficientes e/ou corruptos. Desde os anos de 1960 que o continente africano testemunhou várias guerras civis de grande

magnitude, desde a do Biafra na Nigéria (1967-1970), às de Moçambique (1977-1992) e de Angola (1975-2002), às guerras no Congo (1996-1997 e 1998-2003). Conflitos recentes, de génese e características diversas, ocorrem também em várias regiões, como sejam a insurgência jihadista no norte de Moçambique, sobretudo na província de Cabo Delgado, desde 2017 (Morier-Genoud, 2020), ou na Etiópia, com forças governamentais e rebeldes da província do Tigray a envolverem-se em combates.

Comprometida precisamente com as imagens dos anos 1990 no Ruanda e também na Somália, desenvolveu-se a ideia de um novo colonialismo guiado pelo desenvolvimento, de que a tese malthusiana e apocalíptica de Robert Kaplan (1994) - *The coming anarchy* - é um bom exemplo. O trabalho de Kaplan começa significativamente por África, partindo de episódios locais e particulares para uma obsessão com o geral, o continente, um percurso intelectualmente desonesto, e que como argumenta Chabal (1996), é racista, desalinhado e hipócrita, e que nunca seria aceite nas análises feitas para os sistemas políticos ocidentais.

A visão apocalíptica é também reducionista nos estudos sobre as cidades africanas, e caricaturas, hipérboles, estereótipos e posições moralistas abundam, quer em textos académicos quer populares. O espectro vai desde trabalhos que destacam o quão corajosamente os africanos estão a caminho de se emancipar e alcançar meios de vida sustentáveis (como se no Ocidente estes existissem), geralmente com algum tipo de ajuda ou cooperação externa, até estudos que mostram como em África se cometem os atos mais bárbaros e inimagináveis de misantropia. Os espaços da vida quotidiana urbana, de mercados, ruas, bares e discotecas, jardins e praias, de casamentos, aniversários e paixões, de tribunais, escolas e universidades, parecem ausentes das discussões.

Ainda que a imaginação geográfica dominante do Ocidente face ao continente africano seja paternalista e de desconfiança, o posicionamento oscila fortemente entre o afro-pessimismo e o afro-otimismo. Se a 13 de maio de 2001, a capa da revista de notícias inglesa *The Economist* mostrava um mapa de África e um jovem guerrilheiro, com título “The hopeless continent”, a 3 de dezembro de 2011, mostrava uma criança com um papagaio colorido em forma de mapa de África elevando-se no céu, e tinha o título “Africa rising”. Curiosamente, a revista *Times*, publicou uma capa exatamente com o mesmo título – “Africa rising” – quer em novembro de 2012, quer em março de 1998! Reforçando esta ideia de

esperança, e dando uma volta de 180 graus em pouco mais de 10 anos, a 2 de março de 2013 *The Economist* apresentava um relatório sobre África com o título de “Emerging Africa”. Na capa podia-se ver uma mulher sorridente com um ananás em cada mão, uma camisola do Manchester United, e no título “A hopeful continent”. As ideias do “século africano”, da “China de amanhã”, ou de “uma nova Índia”, borbulham também na imaginação do Ocidente.

Uma das características do continente é a forma como múltiplas formas de extremismos convergem: recursos naturais abundantes coexistem com pobreza extrema; riqueza, luxo, consumo e ostentação convivem com miséria generalizada. A sua grande fragmentação política em 54 estados reconhecidos pelas Nações Unidas, ou seja, mais de um quarto do total de países no mundo, não reflete nem de perto a variedade étnica, linguística, política e religiosa, a multiplicidade de sistemas culturais, percursos históricos e mosaicos geográficos. Fala-se 2400 línguas no continente (Fauvelle & Surun, 2020). A fragmentação política espelha-se nas numerosas fronteiras internacionais, que ultrapassam as 100, e que no seu conjunto perfazem mais de oito mil quilómetros. Nesta perspetiva, o continente africano é o mais dividido de todos, ainda que a estabilidade das suas fronteiras contemporâneas, que resulta sobretudo de heranças coloniais, mais do que resultado de equilíbrios de violência autóctone, mereça debate (ver Döpcke, 1999). Grosso modo, estas numerosas fronteiras não têm constituído barreiras ao movimento de pessoas, constituindo-se pelo contrário, como zonas de contacto, de comércio, dinâmicas sociais e culturais, e potenciadoras de refúgio para milhões de pessoas que por diversas razões têm de fugir dos seus países de origem.

A população africana, que em 2016 era de um pouco mais de 1,2 mil milhões de habitantes, e que deverá ultrapassar os 1,3 mil milhões de pessoas em 2020, estima-se que seja cerca do dobro em 2050, acentuando o que já atualmente é uma população muito jovem (60% abaixo dos 25 anos). Este crescimento demográfico ímpar, com taxas de crescimento entre 2,5-4% ao ano, acontecerá sobretudo em cerca de 20 países que são dos mais pobres em África e do mundo, que têm taxas de fertilidade muito elevadas (acima das cinco ou mesmo seis crianças por mulher em idade fértil), e que apresentam uma situação complexa em relação às alterações climáticas e à produção de alimentos e em que se prevê um crescimento de instabilidade política. Nos próximos 20 anos, cinco países do Sahel

terão em conjunto entre 80 a 160 milhões de novos habitantes. Mas assim como a história e as narrativas africanas não começam com o colonialismo e a escravatura, nem são refratárias da história europeia e ocidental, a população africana está muito para além das fronteiras do continente. A diáspora, que como defende Gilroy (2001) vem problematizar a mecânica cultural e histórica do pensamento, é, para o caso africano, bem mais do que apontar para os descendentes daqueles que nos séculos XV a XIX, particularmente durante a escravatura, foram forçados a partir para as Américas (sobretudo Estados Unidos, Brasil e Caraíbas), e para a Europa, ou para a maioria dos cabo-verdianos, que ao contrário de viverem no seu arquipélago, vivem em diáspora. África está no candomblé, nos terreiros e na paisagem da costa do Dendê no Brasil, está no jazz americano, e na rumba cubana, está em Paris e Madrid, bem como em Guanzhou ou no Dubai. A diáspora, como argumentam Mbembe (2007) e Mbembe e Bala-krishnan (2016), acarreta um sentido de afropolitanismo, herdeiro em parte, mas repulsor também, do pan-africanismo e negritude, cuja centralidade reside num descarte da vitimização, e na compreensão do mundo de uma outra forma, ligando, por exemplo, as experiências afropolitanas da Joanesburgo atual com Harlem ou Nova Orleães. O termo afropolitanismo articula as metrópoles globais de África, as culturas transacionais e as populações móveis, num termo analítico único, significando a diversidade radical que África tem e teve ao longo da sua história, rejeitando centros e periferias, integridade cultural e personalidade africana, encontrando a sua emancipação nas redes, fluxos e trocas transnacionais de ideias e pertenças.

Considerar a pluralidade de Áfricas é problematizar e desconstruir também a ideia de Sul Global. Tal como Robinson (2016) afirma, há muitos Sul Globais: uns são extensões de antigos e novos poderes imperiais; outros são impérios emergentes, ou pelo menos poderes regionais dominantes. AbdouMaliq Simone (2019) argumenta que algumas cidades do Sul excedem largamente em capacidade técnica qualquer coisa concretizada no “Norte”. Na parte ocidental de Nairobi, a poucos minutos a pé de um dos maiores bairros de lata do mundo, fica o que muitos apelidam de Silicon Savannah, uma paisagem e um *hub* tecnológico que alberga desde empresas globais, passando por *startups* africanas ou empresas com características comunitárias. Exemplos semelhantes mais antigos podem ser encontrados na África do Sul e no Botswana, e mais recentes

no Ruanda, Nigéria e Gana. Um caminho igualmente fértil para a constatação desta diversidade, criatividade, energia e dinâmica, e que emergiu em parte como resposta e resgate ao denegrir cultural e racial do colonialismo, é a indústria nigeriana de cinema, Nollywood ou neo-Nollywood, com a sua história de sucesso transnacional (ver Afolayan, 2018). Há já 20 anos, Dipesh Chakrabarty, no livro *Provincializing Europe*, sugeriu que a Europa é uma província, no sentido de ter um pensamento confinado e circunscrito. O resultado da mundialização desta província, que se deu através de um longo processo histórico assente no colonialismo, é que ainda usamos os seus modelos e as suas verdades, claramente insuficientes e desadequadas para pensar outros espaços, outras geometrias e articulações.

Escola de Verão “Áfricas. Mobilidade, violência, memória e criatividade”

Este livro é um dos resultados da Escola de Verão “Áfricas. Mobilidade, violência, memória e criatividade”, organizada pelo Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS), Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, entre 27 de julho e 26 de outubro de 2020. Articulada com o projeto “Memórias, culturas e identidades: o passado e o presente das relações interculturais em Moçambique e Portugal” (FCT/Aga Khan), a Escola de Verão, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, teve como ponto de partida quatro temáticas e objetivos. Em primeiro lugar pretendeu-se entender África como um continente de mobilidades, sejam elas de ideias, conhecimentos e culturas, sejam de trabalhadores, migrantes ou refugiados. O objetivo foi o de observar o continente como em constante movimento e transformação, analisando a interação de línguas, etnias e diversas migrações internas e externas, caracterizando a diversidade móvel do continente da *longue durée* às microgeografias do quotidiano. Regressando novamente às cidades africanas (e que diversidade há do Cairo a Lagos, de Tunes a Kinshasa), refletimos sobre ritmos, e diversas, mas distintivas, formas de fluxos e circuitos, ações, movimentos, percursos, paragens e dinâmicas.

Em segundo lugar, procurou-se examinar dimensões relacionadas com a violência, a pobreza, o terrorismo e o racismo, destacando sempre

que esta não é uma característica singular do continente, mas uma constante estrutural de muitas sociedades, lugares e tempos. Partindo da ideia de violência como multidimensional, procurou-se mapear e compreender situações diversas de violência no continente, desde focos de instabilidade terrorista, insurgência e violência urbana e rural, racismo, discriminação de género, pobreza, e religião, e respostas diversas desde a presença militar internacional, movimentos e práticas de resistência e ativismo, até ações do quotidiano. Em terceiro lugar focaram-se dimensões da construção da memória, destacando sobretudo dimensões como cinema, arquitetura e património. Enfatizou-se o papel da memória e do esquecimento, da comemoração no passado e no presente, e como as políticas de memória contribuem para processos identitários a diversas escalas nacionais, interculturais e transnacionais. Observaram-se emoções e afetos em territórios concretos, e práticas do quotidiano, bem como a materialidade dos espaços e da vida, abordando continuidades e quebras em redes de solidariedade transnacional e processos de reparação histórica. Por fim, o tema da criatividade esteve presente de forma transversal nos temas anteriores, desde logo no cinema, na arte e no urbano. Destacou-se o processo de criação, refletindo sobre estratégias e quotidianos de produção e de consumo, tanto na vertente imagética/simbólica, que se descobre, entre outras formas, a partir da arte urbana, como na sua territorialidade, que se materializa na criação/produção de novos espaços rurais e marginais.

Procurando dinamizar um olhar multidisciplinar a partir das ciências sociais, humanas e artes para, sobre e do continente africano, dando formação específica sobre este território, o Curso de Verão focou-se na capacitação dos bolsiros para o pensamento crítico e para a discussão de estratégias, métodos, objetos e temas de investigação. Desenvolveram-se conhecimentos e competências que permitem a conceção e o prosseguimento de projetos autónomos de investigação, permitindo que os bolsiros adquiram aptidões de pesquisa, de análise, de interpretação e de crítica de fontes. Ainda que se procure refletir sobre África(s) a partir de múltiplos ângulos, é inescapável que a perspetiva dominante tenha como lugar de partida Portugal. No seu conjunto, a maioria dos docentes, investigadores e bolsiros é europeu, português, e vive em Portugal, olhando para África do exterior, tendo um maior ou menor contacto direto com o continente, mas sempre um olhar que parte de fora. Assim, cerca de metade dos textos, das reações, e mesmo dos projetos de I&D foca-se

na relação passada ou presente de Portugal com África, e sobretudo em experiências relacionadas de algum modo com o colonialismo português. Ainda assim, quase metade dos bolsеiros não são portugueses, sendo três africanos (dois de Angola e uma de Cabo verde), três brasileiros, e uma Síria. Esta diversidade potenciou confrontos e interrogações desestabilizadoras de imaginários que por vezes tomamos por adquiridos e firmes.

O livro organiza-se em duas partes. A primeira é composta por contributos dos docentes do Curso de Verão, cujas temáticas espelham, grosso modo, as palestras que foram dadas, ainda que possam ter títulos distintos destas. Os primeiros cinco textos fornecem um enquadramento panorâmico sobre África. Luís Moreira explica o modo como foram discutidas ideias de Geografia Política e Cartografia histórica de África em duas sessões do Curso de Verão, e José Palmeira, apresenta em traços gerais, algumas perspetivas sobre a Geopolítica de África, bem como dos seus atores principais. Seguindo esta discussão, Fernando Bessa Ribeiro analisa a posição, papel e perspetivas de África, no contexto da recomposição global contemporânea. Rosa Cabecinhas foca-se nas representações sociais do passado, nas dinâmicas no presente e nas perspetivas do futuro em contextos africanos, apresentando diversos estudos empíricos. Sheila Khan analisa a importância da desconstrução dos mecanismos que reforçam lógicas de hierarquização racial nas sociedades contemporâneas, que permitem pensar na reparação histórica. Seguem-se outros cinco textos que entroncam diretamente, de formas e em tempos diferentes, com a África lusófona, e sobretudo com Moçambique. Vítor de Sousa apresenta um texto tripartido, que faz uma discussão da lusofonia enquanto “comunidade imaginada”, uma análise da vida de duas estátuas em Maputo, Moçambique, e uma reflexão sobre o ativismo enquanto ato de resistência e subversão que pode contribuir para a descolonização mental. No contexto do colonialismo tardio e de uma conjuntura internacional favorável à descolonização, o texto “Orlando Ribeiro e o caderno de campo nº 53 (Angola)”, apresenta uma discussão sobre a importância e a função deste documento para a compreensão da Missão de Geografia Física e Humana ao Ultramar na década de 1960. Isabel Macedo analisa o papel que o cinema africano tem na memória cultural, focando em particular o caso de Moçambique e o filme *Uma Memória em Três Atos*. Já Lurdes Macedo discute a importância do desenvolvimento para a salvaguarda da memória, centrando a sua análise na realização de um docu-

mentário sobre o artista moçambicano Malangatana. Depois, examina-se a importância de descolonizar a interpretação de um pequeno cesto da autoria de Ngungunhane no Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa. Esta seção de textos termina com a discussão que Marie Silva apresenta sobre os encontros reais e ficcionados entre a Europa e a África, através da literatura africana e/ou francófona de Sami Tchak. Estabelecendo um diálogo com alguns destes contributos, publicam-se também textos que são reações coletivas cruzadas e sobretudo interdisciplinares, que sugerem linhas de pensamento sobre as mesmas temáticas, aproximando-se ou afastando-se, dos pilares que estruturam as abordagens iniciais.

A segunda parte do livro apresenta uma seleção de 10 textos da autoria dos bolsseiros, que dão a conhecer os projetos de I&D em que estiveram envolvidos. Em alguns casos os projetos enquadram-se em trabalhos de investigação de maior fôlego, como sejam dissertações de mestrado ou doutoramento, que se encontram em fases distintas de progresso. Noutros casos, os projetos foram iniciados e totalmente desenvolvidos no âmbito da Escola de Verão, constituindo esboços de trabalho para futura investigação. A apresentação de trabalhos inicia-se com uma tentativa de espacializar as viagens de Paiva de Andrada a Moçambique no final do século XIX (Carolina Couto, Arquitetura). Segue-se um estudo sobre alguns aspetos do trabalho forçado em São Tomé e Príncipe durante o século XX (Renata Moreira, Estudos Africanos). O trabalho seguinte é um estudo da importância da estatúria colonial feita através da análise de notícias sobre o derrube e pichagem das mesmas (João Neves, Ciências da Comunicação). Prossegue-se com dois estudos sobre conflitos em países africanos: o primeiro sobre a República Democrática do Congo (Ana Rafaela Batista, Relações Internacionais) e o segundo sobre a República Centro Africana (Capalo Katumbi, Geografia). O trabalho seguinte analisa o papel das missões internacionais de observação eleitoral em África, e em particular na Guiné-Bissau (Jorge Garrido, Geografia). Ainda sobre a Guiné-Bissau, apresenta-se um trabalho sobre a violência doméstica e de género e os direitos das mulheres (Raphaella Câmara, Antropologia). A mostra de trabalhos continua com uma abordagem sobre as pessoas de sexualidade e género não normativas, que procuram o estatuto de refugiados na África do Sul (Chiara Zanchetta, Línguas e Relações Internacionais). O penúltimo trabalho apresentado examina o papel do cinema produzido pelo Movimento Popular de Libertação de Angola na constru-

ção da memória (Kiluanje Liberdade, Estudos Culturais). Finalmente, o livro termina com uma análise da crise migratória da Líbia, construída com base numa reflexão das representações do conflito (Saraa Shrbaji, Arquitetura).

Agradecimentos

À Reitoria da Universidade do Minho, em especial à Vice-Reitora para a Educação, Laurinda Leite e ao Pró-Reitor para Investigação e Projetos, Filipe Vaz, por todas as diligências que tornaram possível a realização desta Escola de Verão. Um igual agradecimento é devido aos Serviços Académicos, ao Serviço de Recursos Humanos, e ao Gabinete de Apoio a Projetos da Universidade do Minho. Agradeço igualmente à Presidente do Instituto de Ciências Sociais, Helena Machado, e à Presidente do Conselho Pedagógico do Instituto de Ciências Sociais, Maria do Carmo Ribeiro, por terem tornado possível, em tão pouco tempo, o funcionamento desta Escola de Verão enquanto curso breve não creditado. Ao Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade, na pessoa do seu diretor, Moisés de Lemos Martins, e a toda a equipa que foi incansável em preparar e apoiar o sucesso deste projeto em tão curto espaço de tempo – Isabel Macedo, Marisa Mourão, Ricardina Magalhães e Sofia Gomes – deixo também uma palavra de apreço.

Queria endereçar uma palavra muito especial de agradecimento aos 15 professores que generosa e prontamente se disponibilizaram para colaborar neste projeto, num tempo de verão, em plena pandemia num curso integralmente presencial. Pertencentes a quatro Escolas da Universidade do Minho (Instituto de Ciências Sociais, Instituto de Letras e Ciências Humanas, Escola de Arquitetura e Escola de Economia e Gestão), as suas áreas diversas, mas complementares (Geografia, História, Sociologia, Estudos Culturais, Arquitetura, Ciências da Comunicação, Literatura, e Geopolítica) revelaram-se estruturais na discussão de Áfricas, e na procura da diluição de fronteiras disciplinares, aplicados ao e pelo continente, em várias temporalidades. Gostava de agradecer o empenho dos bolseiros que trabalharam neste projeto. Sendo cinco bolseiros de investigação científica, e os restantes 10, bolseiros de investigação, todos cruzaram experiências diversas de quem é estudante

de licenciatura, de mestrado ou de doutoramento, e de saberes sempre complementares da Geografia, História, Ciências Políticas, Ciências da Comunicação, Antropologia, Arquitetura e Estudos Culturais. São merecidas também umas palavras de gratidão à colega Madalena Oliveira, pelo rigor e pela competência com que reviu estes textos. Por fim, uma nota especial de agradecimento para o magnífico trabalho de concepção e design de Carolina Couto e Saraa Shrbaji, e para a prontidão e cuidado na edição e produção do livro de Rui Magalhães.

Bibliografia

- AFOLAYAN, A. (2018). Auteuring Nollywood: rethinking the movie director and the idea of creativity in the Nigerian film industry. In A. Abimbola & T. Falola (Eds.) *Art, Creativity, and Politics in Africa and the Diaspora* (pp. 83-102). Cham: Palgrave Macmillan.
- CHABAL, P. (1996). The African crisis: context and interpretation. In R. Werbner & T. Ranger (Eds.), *Postcolonial identities in Africa* (pp. 29-54). Londres: Zed Books
- CHAKRABARTY, D. (2000). *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press.
- DÖPCKE, W. (1999). A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Revista brasileira de política internacional*, 42(1), 77-109. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000100004>.
- EASTERLY, W. (2009). How the millennium development goals are unfair to Africa. *World development*, 37(1), 26-35.
- FAUELLE F.-X. & SURUN, I. (2020). *Atlas histórico de África. Da Pré-História aos nossos dias*. Lisboa: Guerra & Paz.
- GILROY, P. (2001). *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34.
- HAMMETT, D. (2019). Whose development? Power and space in international development. *Geography*, 104(1), 12-18. <https://doi.org/10.1080/00167487.2019.12094057>
- KAPLAN, R. D. (1994). The coming anarchy. *Atlantic monthly*, 273(2), 44-76.
- MBEMBE, A. & BALAKRISHNAN, S. (2016). Pan-African legacies, afropolitan futures: a conversation with Achille Mbeme, *Transition*, 120(1), 28-37.

- MBEMBE, A. (2007). Afropolitanism. In S. Njami & L. Durán (Eds.), *Africa remix: contemporary art of a continent* (pp. 26-30); Johannesburg: Jacana Media.
- MARSHALL, T. (2015). *Prisoners of Geography: ten maps that explain everything about the world*. Londres: Elliott and Thompson Limited.
- MERCER, C., MOHAN, G., & POWER, M. (2003). Towards a critical political geography of African development. *Geoforum*, 34(4), 419-436. [https://doi.org/10.1016/S0016-7185\(03\)00045-9](https://doi.org/10.1016/S0016-7185(03)00045-9)
- MORIER-GENOUD, E. (2020). The jihadi insurgency in Mozambique: origins, nature and beginning. *Journal of Eastern African Studies*, 14(3), 396-412.
- NAIPAUL, V. S. (2017). *A Curva do Rio*. Lisboa: Quetzal.
- ROBINSON, J. (2016). Thinking cities through elsewhere: comparative tactics for a more global urban studies. *Progress in Human Geography*, 40, 3-29.
- SAID, E. (2003). *Culture and Imperialism*. Nova Iorque: Vintage.
- SIMONE, A. (2019). *Improvised lives: rhythms of endurance in an urban South*. Cambridge: Polity Press.

Calendário dos seminários

27/07	28/07	29/07	Luis Moreira	30/07	31/07	Vitor de Sousa
		GEOGRAFIA POLÍTICA E CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE ÁFRICA			MEMÓRIA SOCIAL E IDENTIDADES TRANSCULTURAIS. A LUSOFONIA ENQUANTO OLHAR PÓS-COLONIAL NUM PERCURSO DIFÍCIL AFETADO PELO LUSO-TROPICALISMO E PELA 'PORTUGALIDADE': RANÇO COLONIAL OU POSSIBILIDADE INTERCULTURAL?	
03/08	Isabel Macedo	04/08	05/08	06/08	Sheila Khan	07/08
MEMÓRIA CULTURAL, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÃO: O CASO DO CINEMA MOÇAMBICANO				RACISMO, ATIVISMO SOCIAL E REPARAÇÃO HISTÓRICA		
10/08	Ana Francisca Azevedo	11/08	12/08	13/08	14/08	
ÁFRICA NO CINEMA PORTUGUÊS; E MAIS A HISTÓRIA DE UMA FLOR SEM PÉTALAS						
17/08	João Sarmento	18/08	19/08	20/08	Luis Moreira	21/08
MISSÕES DE GEOGRAFIA EM ÁFRICA: UMA RECONSTITUIÇÃO POSSÍVEL				GEOGRAFIA POLÍTICA E CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE ÁFRICA II		
24/08	Fátima Ferreira	25/08	26/08	27/08	Marie Silva	28/08
ARQUIVOS COLONIAIS SOB O SIGNO DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA: UM ESTUDO DE CASO COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA, DIAMANG				NARRAR A PÓS-COLONIALIDADE: ESCRITAS AFRICANAS EM LÍNGUA FRANCESA		



04/09 Francisco Mendes

HISTORICIDADES
AFRICANAS, ARQUIVOS
EM MUDANÇA: PARA UMA
REVISÃO DAS NOVAS
HISTORIOGRAFIAS DE
ÁFRICA

31/08

01/09

02/09 Sheila Khan

03/09

RACISMO, ATIVISMO SOCIAL
E REPARAÇÃO HISTÓRICA II

07/09

08/09

09/09 Rosa Cabecinhas

10/09

11/09

COGNIÇÃO HISTÓRICA E
DINÂMICAS IDENTITÁRIAS

14/09

João Sarmento

15/09

16/09

17/09

António Lázaro

18/09

MUSEUS E EXPOSIÇÕES
COLONIAIS/PÓS-COLONIAIS

ENTRE DOIS MUNDOS:
CATIVOS, PIRATAS E CORSÁRIOS
(SÉCULOS XVI-XVIII)

21/09

Maria Manuel Oliveira

22/09

23/09 José Palmeira

24/09

25/09

MOÇAMBIQUE, UM LABORATÓRIO
DE ARQUITETURA MODERNA

GEOPOLÍTICA
DE ÁFRICA

28/09

Lurdes Macedo

29/09

30/09 Fernando Bessa Ribeiro

01/10

02/10

CULTURA, PRESERVAÇÃO DA
MEMÓRIA E DESENVOLVIMENTO

A ÁFRICA NA RECOMPOSIÇÃO DO
MUNDO: DEPENDÊNCIAS, FRACASSOS
E PERSPETIVAS PARA OS POVOS
AFRICANOS

Seminários e Reações



Geografia Política e Cartografia Histórica de África

Luís Miguel Moreira

Docente no Departamento de Geografia
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
Investigador no Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa
lmmgeo@gmail.com

Para a primeira sessão temática Geografia Política e Cartografia Histórica de África, decidiu-se fazer uma apresentação geral da Geografia Física e Humana do continente africano. Metodologicamente, a sessão de trabalho iniciou-se com um exercício de recolha e análise de imagens/mapas mentais. Aos bolsеiros foi distribuído um primeiro mapa mudo de África, sendo-lhes solicitado que assinalassem as principais montanhas e rios deste continente; num segundo mapa, figurando a divisão política, foi-lhes pedido que o legendassem com o nome dos países conhecidos.

O objetivo era o de aceder às conceções prévias (ou imaginação geográfica) dos bolsеiros sobre algumas referências geográficas gerais de África para que, seguidamente, e perante um mapa do continente africano, cada um pudesse confrontar os seus próprios conhecimentos de partida, bem como, comparar os resultados com os restantes colegas, o que se revelou bastante interessante, atendendo às diferenças de formação académica de base, não apenas nas diferentes áreas de especialização dentro das ciências sociais e da arquitetura, como também nos próprios percursos que abarcavam os três ciclos de formação universitária.

Os resultados obtidos, sem grande surpresa, revelaram uma geografia de África diversa e difusa. Partindo desta base, iniciou-se a apresentação das principais características geográficas do continente, seguindo-se o modelo clássico de caracterização do espaço físico, enquanto suporte e palco das ações e das atividades humanas. Assim, a análise do relevo e da orografia, as características hidrográficas e a distribuição climática e respetivos biomas, revelaram-se fundamentais para a compreensão da divisão regional de África, assim como para compreender a distribuição da população, as formas de povoamento, a divisão cultural ou a configuração e extensão de alguns países. Como complemento desta sessão, foi solicitada a elaboração de um atlas (ou álbum cartográfico digital) de

um país africano à sua escolha, a partir de pesquisa autónoma em bases de dados disponíveis na internet. Pretendia-se que os bolsеiros aprofundassem os conhecimentos geográficos dos territórios onde desenvolvem a sua investigação.

A segunda sessão temática foi dividida em duas partes complementares: a primeira parte teve por tema principal a análise da imagem cartográfica de África, numa perspectiva evolutiva e histórica, desde a Antiguidade Clássica à atualidade (Fauvelle & Surun, 2020); a segunda parte, consistiu numa análise de Geografia Política, nomeadamente sobre a formação dos Estados africanos, com ênfase no processo de delimitação e de demarcação das fronteiras no período colonial e as consequências que daqui resultaram.

A evolução da representação cartográfica de África foi feita numa perspectiva europeia e/ou mediterrânica, já que os exemplares selecionados para ilustrar esta evolução foram elaborados por autores destas regiões. Assim, foram respeitadas as principais etapas da História da Cartografia: as formas, os contornos e as principais características cartográficas de África foram analisadas a partir do contributo de geógrafos/cartógrafos gregos e romanos, passando, já na Idade Média, para a confrontação de duas cosmovisões antagónicas produzidas por árabes/muçulmanos e europeus/cristãos, não descurando o importante contributo das cartas portulano, reveladoras da importância do espaço mediterrânico como confluência de povos e de civilizações, o verdadeiro “mar do centro da terra”.

Seguidamente, a atenção foi atirada para as viagens das descobertas geográficas, em particular as portuguesas, cujo maior contributo foi o de fixar com assinalável detalhe os contornos do litoral africano, à medida que a rota do Cabo em direção à Índia foi sendo estabelecida. Ao longo dos séculos seguintes, a Europa relacionava-se diretamente com África através dos inúmeros entrepostos comerciais – ou insípidas colónias – estabelecidos na costa atlântica, enquanto o interior permanecia praticamente desconhecido. Neste contexto, os mapas europeus figuravam um continente ainda mais vazio.

Foi só a partir de meados do século XIX, coincidindo com o despertar do interesse colonial pelas potências europeias, que se registou uma mudança substancial nos mapas de África. De facto, o aparato científico-cartográfico imperialista foi capaz de produzir mapas a diferentes escalas,

cada vez mais rigorosos e completos (Magalhães, Garcia & Flores, 1997 e Roque, 2015). Já no século XX, a emergência dos nacionalismos africanos contribuiu para o fim dos impérios coloniais europeus, embora, em muitos casos, estes tenham sido substituídos por outras potências imperiais: também os Estados Unidos da América e a União Soviética cartografaram os novos países africanos, produzindo mapas de grande qualidade.

Metodologicamente, o desenvolvimento desta sessão assentou na análise e interpretação de mapas exemplificativos das principais etapas da evolução da imagem cartográfica de África. A partir da análise de mapas elaborados pelas potências coloniais, foi possível ilustrar o processo de formação das fronteiras africanas, delimitadas por diplomatas e demarcadas (quando foram) por técnicos e militares europeus, num processo que se desenvolveu entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX (James, 2018). Desta forma, foi possível compreender a transformação do território-colónia em estado-nação, num processo aparentemente improvável, mas que se revelou relativamente estável (Döpcke, 1999). Efetivamente, tendo em consideração as diferentes tipologias de conflitos que caracterizam o continente africano, as disputas e guerras fronteiriças correspondem a uma percentagem baixa. Contudo, tal não significa que a definição/imposição das fronteiras políticas pelos Estados europeus não esteja na base de outros conflitos, nomeadamente os de origem étnica, porquanto esta divisão não foi levada em conta pelas autoridades coloniais, fosse intencionalmente, aplicando o princípio “dividir para reinar”, fosse por manifesto desconhecimento da distribuição territorial dos diferentes grupos étnicos (Branco, 2013; Kapuscinski, 2017).

Em todo o caso, a herança política é difícil e, assim, nos últimos anos tem-se assistido a mudanças importantes no número de países, verificando-se o surgimento de novos países, quase sempre por secessão de territórios (como no caso do Sudão), esperando-se, num futuro próximo, mais alterações à medida que antigas e novas reivindicações territoriais vão sendo realizadas – casos de Cabinda, Casamança ou Katanga – ou mesmo impostas em territórios cuja organização política estatal está mais débil e fragilizada, como no caso da proclamação de independência da República Azawad face ao Mali. Finalmente, procurou-se compreender o papel desempenhado pela União Africana na resolução de conflitos fronteiriços e no apoio à demarcação efetiva da linha de fronteira entre vários Estados africanos.

Previamente à discussão sobre a divisão política de África, foi debatido o conceito de fronteira, a partir da análise de imagens exemplificativas, descrevendo-se, ainda, o processo de construção/estabelecimento de fronteiras (políticas, militares, culturais...), recorrendo-se ao caso português (Tratado de Lisboa, 1864), demonstrando-se a forma como a experiência acumulada aquando da definição de limites no espaço europeu, foi transposta e adaptada aos diferentes cenários africanos.

Bibliografia

- BRANCO, L. C. (2013). O mito das fronteiras em África. *Lusitana. Política Internacional e Segurança*, 8, 67-84.
- DÖPCKE, W. (1999). A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 42(1), 77-109. <https://doi.org/10.1590/S0034-73291999000100004>
- FAUELLE, F.-X. & SURUN, I. (2020). *Atlas histórico de África*. Lisboa: Guerra & Paz.
- James, L. (2018). *Impérios ao sol. A luta pelo domínio de África*. Porto Salvo: Saída de Emergência.
- KAPUSCINSKI, R. (2017). *Ébano*. Lisboa: Livros do Brasil.
- MAGALHÃES, J. R., GARCIA, J. C. & FLORES, J. M. (1997). *As fronteiras de África*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- ROQUE, A. C. (2015). Entre o colonizador e o colonizado: reflexões em torno da pertença e acessibilidade do corpus documental sobre a delimitação e demarcação das fronteiras de Moçambique. *Africana Studia*, 25, 71-78.



Reação

por Bruno Fonseca¹ e António Melim²

¹ Estudante de Doutoramento em História
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
bruno.lc.fonseca@gmail.com

² Estudante de Mestrado em Geografia
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
antoniodmelim98@hotmail.com

Para se entender a Geografia Política e a Cartografia Histórica de África é necessário traçar a evolução da sua cartografia (ou da sua representação cartográfica, de acordo com o ponto de vista europeu) e o estabelecimento das fronteiras coloniais. A Cartografia, segundo a International Cartographic Association numa definição de 2003, salienta que ciência cartográfica é uma capacidade humana e tecnológica, que permite criar e manipular de uma forma visual e virtual o espaço geográfico (construindo mapas), permitindo uma série de valências entre as quais se incluem a exploração, análise, e compreensão, assim como, a comunicação de uma forma racional de informação presente nesse mesmo espaço (Fernandes, 2008), e essa arte, podemos dizer, recebeu um grande impulso na Grécia antiga devido às viagens dos seus exploradores, como, por exemplo, Heródoto, o “pai” da História, bem como ao contributo dos seus matemáticos, que desenvolveram o conhecimento sobre as formas geométricas da Terra.

Na Europa cristã, durante a Idade Média, a explicação do mundo passou a ser dada pela Igreja, baseada na Bíblia. Os mapas do mundo, denominados de *Orbis Terrarum*, apresentavam-no dividido em três continentes, África (antiga província romana), Europa e Ásia, estando a Europa separada da Ásia pelo Nilo e o Tânis. Este tipo de representação tem origem na descrição do mundo a partir da obra de Isidoro de Sevilha, intitulada *Etymologia*. Nesta obra, Isidoro de Sevilha, preconizava que a terra estaria disposta numa forma semelhante às letras T e O. Nessa configuração, o “T” seria formado pelos corredores de águas internas: à esquerda o rio Don, à direita o rio Nilo e na vertical o mar Mediterrâneo; circundadas pelo grande “O” representando o Oceano (Rabelo, 2015). Os mapas T e

O eram interpretados à luz da teologia cristã. Os três continentes teriam sido herdados, após o dilúvio universal, pelos filhos de Noé com o “T” representando a cruz do Cristo crucificado, estando no centro do mapa a cidade santa de Jerusalém (Rabelo, 2015).

O império árabe, que sucedeu a Roma no domínio sobre o Mediterrâneo central e ocidental, preservou o ponto de vista de geógrafos gregos, como, por exemplo, Ptolomeu (geógrafo grego do século II), e adotou os paradigmas da geografia greco-romana, desenvolvendo-os. Os árabes foram, ainda, impulsionadores da astronomia e de técnicas de navegação. Porém, os mapas que os geógrafos europeus e árabes produziam, tinham utilidade reduzida para os navegadores. Para colmatar esse problema, na segunda metade do século XIII surgiram os portulanos, feitos em pergaminho, que tinham como objetivo melhorar as condições de navegabilidade no mar mediterrâneo (Canas, 2002). Para auxiliar no processo de navegação, os portulanos possuíam uma rosa-dos-ventos, o que se revelava útil pois o Mediterrâneo possuía poucas correntes marítimas. Estas cartas eram extremamente detalhadas no litoral, mas vazias no interior, devido às constantes viagens de exploração ao longo da costa.

Entre os séculos XV e XVI, com os Descobrimientos portugueses, e as explorações que estes últimos fizeram no litoral, assim como a invenção da imprensa e a redescoberta de autores gregos, a ciência cartográfica dá um novo salto. A imprensa, invenção atribuída a Johannes Gutenberg, inventor e especialista em metal alemão no século XV, foi importante porque permitiu a redescoberta, tradução e divulgação de obras de geógrafos gregos da Antiguidade, como, por exemplo, Cláudio Ptolomeu (cerca de 83-161 d.C.), que redigiu a obra *Geografia*, que continha uma súpula de todo o conhecimento geográfico greco-romano, incluindo coordenadas geográficas dos locais mais importantes do mundo conhecido. Com a progressiva descoberta do litoral africano, a obra de Ptolomeu é atualizada graças aos novos conhecimentos trazidos pelas viagens dos navegadores portugueses. Um exemplo disso é um mapa de Pedro Reinel, datado de 1492-1501. Neste mapa já figuravam dados da costa africana, obtidos logo após as viagens de Diogo Cão em 1483.

Com o alvorecer do século XIX, efetuam-se as primeiras expedições ao interior de África, com o objetivo de reconhecer o interior do território. A partir da segunda metade deste século, as intenções dos exploradores serão de dominar política e economicamente o território africano,

e para isso terão de cartografar o território que ocupam com maior rigor. Um exemplo disso são os mapas da ilha do Príncipe e da Guiné efetuados pelos geógrafos portugueses no século XIX. Outro conceito importante para se entender a geografia africana é a questão das fronteiras. Fronteira é um conceito polissémico, tendo como significado principal o limite entre dois países e podendo, segundo a autora, ter outros significados nos quais se incluem o simbólico, figurado e linguístico (Ferrari, 2014).

Para que a fronteira seja definida entre dois países, são necessárias duas fases muito importantes e fundamentais: a demarcação e a delimitação. A delimitação consiste na descrição literal e cartográfica da linha de fronteira, e a demarcação consiste na sua marcação no terreno através de marcos ou outros dispositivos que permitam traçar a fronteira. Os limites das fronteiras podem ser físicos ou naturais, podendo ser rios e montanhas que, muitas vezes, são fracas barreiras para impedir a interação entre povos. As fronteiras podem assumir várias tipologias: desde a forma como estão implantadas no terreno, passando pelo seu caráter legal, político e diplomático, bem como pelas suas características simbólicas e culturais. O conceito de fronteira também pode ser concebido como espaço de construção social, sendo que a determinação dos limites fronteiriços de um território e a sua consequente proteção são de domínio da alta política e alta diplomacia; já as fronteiras pertencem ao domínio dos povos (Ferrari, 2014). Os geógrafos salientam que o conceito de fronteira está longe de ser um simples fenómeno geográfico, podendo também ser considerado um fenómeno social e cultural, tendo sempre em consideração, as relações existentes dentro da zona fronteiriça (Ferrari, 2014).

Para finalizar esta breve viagem pelo conceito de fronteira, importa referir que ele obedece a um contexto histórico e político que tem como fatores condicionantes a criação política dos Estados Modernos e dos Estados-Nação (século XIX), a formação dos nacionalismos e a revolução industrial entre outros fatores. Importa ainda deixar algumas ideias sobre a evolução das fronteiras africanas.

O interior de África foi um território desconhecido para os europeus durante séculos, e só no século XIX, com as viagens de exploradores, naturalistas, militares, missionários e comerciantes começou a ser desbravado tendo, numa primeira fase (1850-1886), consistido na aquisição e conquista de territórios coloniais, com limites fronteiriços imprecisos. Um exemplo disso é a ocupação da África do Sul na década de 70 do

século XIX, pelo império britânico (James, 2018). As campanhas francesas das décadas de 50 e 60 do século XIX ao longo do rio Senegal também se enquadram nesta primeira fase de conquista e aquisição de territórios (Kerr, 2013).

A segunda fase da ocupação de África (1886-1890) tem como pano de fundo a Conferência de Berlim (1884-1885), e consiste na delimitação de esferas de influência ao nível territorial entre as potências europeias, através da delimitação e posterior demarcação de territórios efetuadas através de comissões mistas compostas por elementos das potências que estão a discutir os seus limites. Existem diferenças entre o traçado desenhado no mapa delineado pelas comissões mistas e aquele que seria implementado no terreno pelos elementos responsáveis pela demarcação de terrenos. Após este processo procedia-se ao processo de retificação de fronteiras através de um tratado. Quando não havia acordo territorial entre as potências coloniais, poderia existir uma guerra ou ameaça dela, caso do Ultimatum feito pela Grã-Bretanha a Portugal, em 1890, devido à questão do Mapa Cor-de-Rosa. Em alternativa, as potências coloniais em conflito poderiam recorrer a um árbitro escolhido por elas próprias, que deveria decidir sobre o território em litígio. Um exemplo de arbitragem é a questão da ilha de Bolama, na Guiné, em que o Presidente americano, Ulisses Sam Grant, foi nomeado árbitro pelas potências em litígio, isto é, Grã-Bretanha e Portugal, para decidir sobre a soberania da ilha. Em 1870, Grant decidiu que esta deveria ficar sob domínio português e não britânico.

Na terceira fase de ocupação de África (1900-1930), procede-se à demarcação de fronteiras, através de missões cartográficas, geodésicas e geográficas, com vista ao reconhecimento do território. A partir da década de 1950, iniciam-se os movimentos de descolonização e, inicialmente, julgou-se que as fronteiras africanas colapsariam, visto que haviam sido estabelecidas, na grande maioria dos casos, sem terem em conta os interesses das populações. Porém, tal não aconteceu, pois em 1964, no Cairo, durante a Conferência da Organização para a Unidade Africana (OUA), foi estabelecida uma resolução sobre a não alteração das fronteiras coloniais dos Estados africanos. Assim, a divisão que foi estabelecida pelas potências coloniais em África teve consequências ao nível do tamanho, forma e posição dos países. Adicionalmente, as divisões étnicas e culturais, ou a rede de transportes também refletem esta ordem colonial – o que fomentou fenómenos de separatismo e de disputas territoriais. Um caso

recente e abordado na sessão, que demonstra que o continente africano foi delimitado de forma quase aleatória, é o caso do Sudão.

A população foi chamada às urnas para decidir, em referendo, a separação da região na porção meridional do país, tendo uma aprovação de 99% dos eleitores. Como consequência, surgiu então um novo país, o Sudão do Sul. Para mitigar os conflitos fronteiriços ou mesmo evitá-los a UA (União Africana), preconiza a manutenção de fronteiras estáveis e aceites por todos os países africanos.

Fica patente que as questões fronteiriças no continente africano prolongam no tempo o atraso socioeconómico nestes países. As populações, que nada têm a ver com estes problemas são as que mais perdem com este tipo de conflitos, pois não têm voz ao longo de todo o processo e, ao mesmo tempo, perdem-se recursos financeiros que poderiam ser gastos em benefício da população. Para se entender esta construção europeia, dois conceitos tiveram de ser abordados de antemão, a cartografia, onde se traçou uma breve resenha histórica para entender a sua evolução de uma forma sintética, e a questão das fronteiras onde se procurou perceber o fenómeno nas suas múltiplas aceções.

Bibliografia

- CANAS, A.C. (2002). *Cartografia náutica medieval*. Retirado de <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegport/a38.html>.
- FERNANDES, M.G. (2008). *Cartografia: programa, conteúdos e métodos de ensino*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERRARI, M. (2014). Noções de fronteira em Geografia, *Revista Perspetiva Geográfica*, 10, 1-25.
- JAMES, L. (2018). *Impérios ao sol: a luta pelo domínio de África*. Porto Salvo: Desassossego.
- KERR, G. (2013). *Uma breve história de África*. Lisboa: Bertrand.
- RABELO, L. M. (2015). Os mapas na Idade Média: representações das concepções religiosas e das influências da Antiguidade Clássica, *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, 1, 181-163.



Geopolítica de África: a influência das grandes potências

José Palmeira

Docente no Departamento de Ciência Política
Investigador no Centro de Investigação em Ciência Política
Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho
palmeira@eeg.uminho.pt

Todos os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas disputam a sua influência em África. Reino Unido e França (antigas potências coloniais), Estados Unidos e Rússia (protagonistas da Guerra Fria) e República Popular da China (ator emergente) marcam presença, das mais diversas formas, naquele “grande espaço” geopolítico. Palco de vários conflitos regionais (como acontece atualmente na Líbia e na República Centro Africana), o continente é também cenário de bons exemplos de cooperação e de recuperação económica (caso da Etiópia) e um dos potenciais beneficiários do processo de globalização.

Poderá parecer inusitado começar por falar de África com referências a países terceiros e não aos africanos. Mas quando se analisa o continente numa perspetiva geopolítica, em que se evidenciam as relações de poder entre os atores intervenientes, as grandes potências emergem como protagonistas de primeiro plano. Antes foi o período colonial, marcado pela divisão arbitrária dos territórios, por parte das potências europeias, durante a conferência de Berlim (1885), a que se seguiu, após a II Guerra Mundial, o nascimento das Nações Unidas e um processo de descolonização que se concluiu com a retirada de Portugal, em 1975. Um desses novos Estados, Angola, é um bom exemplo dos confrontos da Guerra Fria, com os beligerantes, apoiados por cada um dos blocos, a patrocinarem uma guerra civil entre 1975 e 2002. Com a queda do Muro de Berlim desaparece o conflito Este-Oeste e emergem outros conflitos regionais em África, ditados por rivalidades étnicas, escassez de bens de primeira necessidade e migrações descontroladas, envolvendo governos acusados de corrupção e de práticas ilícitas, incluindo genocídio (Ruanda).

Analfabetismo e pobreza foram algumas das heranças do colonialismo que os novos Estados tiveram dificuldade em conter, por responsabilidade própria ou alheia. Salvo raras exceções, as elites africanas acabaram por ser

contaminadas pelos confrontos da Guerra Fria, cedendo muitas das riquezas dos seus territórios a troco do apoio à sua eternização no poder, surgindo em África alguns dos ditadores mais perenes do mundo contemporâneo.

O continente africano é favorecido em recursos naturais, cuja exploração está em muitos casos entregue a multinacionais estrangeiras, o que lhe permite exportar produtos como petróleo, gás, diamantes, urânio, cobre, manganésio, ferro e ouro. Metade dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo são Estados africanos (Angola, Argélia, Gabão, Guiné Equatorial, Líbia, Nigéria e República do Congo). É a sua riqueza em matérias-primas que torna este continente atrativo para as grandes potências que no terreno procuram exercer a sua influência junto dos decisores políticos locais que quando não cedem são confrontados por grupos hostis, por vezes criados e apoiados a partir do exterior. Apesar de tais haveres, África apresenta um produto interno bruto *per capita* dos mais baixos do mundo, sinal de que há um problema na distribuição de dividendos que não chegam às populações locais, criando-se uma grande disparidade entre ricos e pobres.

Falta em muitos países africanos uma classe média que se constitua em motor da sociedade e dinamize a atividade económica, não só em termos nacionais como regionais, através do alargamento dos mercados para lá das suas fronteiras.

Há, no entanto, sinais positivos, através da cooperação que se tem intensificado em alguns blocos regionais, como é o caso da Comunidade Económica de Estados da África Ocidental – uma parte dos seus membros integra a União Económica e Monetária da África Ocidental – e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Sendo a atividade económica o cerne da sua cooperação, as questões relativas à segurança nacional e regional também lhe estão associadas, dada a sua dependência mútua. Os mesmos propósitos têm sido prosseguidos pela Comunidade Económica de Estados da África Central – uma parte dos seus membros faz parte da Comunidade Económica e Monetária da África Central – e pela Comunidade da África Oriental, cujos membros também integram o Mercado Comum da África Oriental e Austral. Menos conseguida tem sido a cooperação no seio da União do Magrebe Árabe, com a problemática do Sahara Ocidental a contaminar as relações entre Marrocos e a Argélia, além do conflito armado na Líbia.

Para fazer face a alguns conflitos regionais, têm sido criadas organizações como a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos e

a Comissão do Golfo da Guiné. Esta última tem entre mãos a fiscalização e o combate aos atos de pirataria que têm afetado aquela região que reúne alguns dos principais produtores de petróleo. O mesmo fenómeno afetou o Golfo de Áden, na parte Oriental de África, ao largo da Somália, ponto de passagem de vários petroleiros com destino ao Canal do Suez. Forças navais e aéreas da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte ajudam a controlar a segurança nestes *choke points*.

O continente, maioritariamente muçulmano a norte e a oriente e católico e animista no centro e sul, tem-se também deparado com ataques de grupos fundamentalistas islâmicos em alguns países, designadamente na Nigéria (Boko Haram) e Somália (Al Shabab) e, mais recentemente, no norte de Moçambique (Cabo Delgado). A África Ocidental, por seu turno, está na rota do tráfico de estupefacientes entre a América do Sul e a Europa, aproveitando-se os traficantes das fragilidades de vários países costeiros.

A União Africana (UA), que reúne 55 Estados, é o “guarda-chuva” de todas as organizações regionais. Criada em 2002, para suceder à Organização de Unidade Africana, lançada em 1963, a UA aposta na transformação do continente numa zona de comércio livre que venha a ser servida por uma moeda única. A organização continua empenhada, através do seu Conselho de Paz e Segurança, em apaziguar os conflitos vigentes no território, contando, para o efeito, com a colaboração das organizações regionais e do Conselho de Segurança das Nações Unidas que tem em África várias missões de manutenção de paz que atualmente operam no Sahara Ocidental (desde 1991, para a realização de um referendo à independência), Darfur (2007), República Democrática do Congo (2010), Sudão do Sul (2011), Abyei (2011), Mali (2013) e República Centro Africana (2014).

Na geopolítica africana destaca-se ainda a ação de organizações que juntam antigos colonizadores e colonizados, designadamente a Commonwealth, a Organização Internacional da Francofonia (OIF) e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) que é maioritariamente constituída pelos Países Africanos de Língua Portuguesa. Estes “grandes espaços” de cooperação têm uma particular incidência na economia, no caso da Commonwealth, e também na cultura e na língua, casos da OIF e da CPLP, para além da segurança e defesa.

No que concerne à política de cooperação, tem particular relevância aquela que tem sido desenvolvida pela União Europeia (UE) com os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), maioritariamente africanos (48) num

total de 79 Estados. Sucessivos acordos – Yaoundé (1964-1974), Lomé (1975-2000) e Cotonou (2000-2020) – colocaram a UE no topo da ajuda ao desenvolvimento, através do levantamento de barreiras ao comércio e da imposição de contrapartidas em reformas políticas que garantam o respeito pelos direitos humanos e a boa governação (leia-se combate à corrupção). Esta parceria acabou por levar à institucionalização dos ACP como uma organização internacional, em 1975, que, entre outras ações, procura articular uma posição comum entre os seus membros no âmbito da Organização das Nações Unidas e nas negociações que se estabelecem no seio da Organização Mundial do Comércio. Salvaguardadas as devidas diferenças, a relação UE-ACP assemelha-se, nos seus efeitos, à aplicação do Plano Marshall na Europa, após a II Guerra Mundial e que conduziu à criação da Organização Europeia de Cooperação Económica, em 1948, reunindo doadores e beneficiários. Cabo Verde é um dos casos mais bem-sucedidos em África, facto que levou à celebração de uma Parceria Especial entre este país e a UE, em 2007.

Com o fim da vigência de Cotonou, a União Europeia e a União Africana tentam chegar a um entendimento para um novo acordo. A proposta europeia, intitulada “Para uma estratégia abrangente para África”, aposta em novas áreas de cooperação e compreende cinco eixos principais: transição verde e acesso energético, transformação digital, crescimento sustentável e emprego, paz e governação, migração e mobilidade.

Uma das fragilidades que é apontada ao continente é a inexistência de uma potência agregadora que possa funcionar como uma espécie de Estado-diretor capaz de impulsionar a unidade africana. Apesar do seu potencial, a África do Sul – um dos membros dos BRICS, a par do Brasil, Rússia, Índia e China – seja pela sua periferia, seja por falta de vontade política dos seus líderes, não tem protagonizado esse papel, também intentado pelo Egito (igualmente periférico) ou pela Nigéria (país mais populoso de África).

No entanto, África apresenta a população mais jovem de todos os continentes, com uma média de idades de 18 anos – bem inferior à asiática (31), à da Oceânia (33), das américas do Norte (35) e do Sul (31) e, sobretudo, da europa (42) (Desjardins, 2019). Este indicador pode ser presságio de um futuro menos sombrio e mais promissor.

Bibliografia

DESJARDINS, J. (2019). *The median age of continents*. Retirado de <https://www.visualcapitalist.com/mapped-the-median-age-of-every-continent/>



A África na recomposição do mundo: dependências, fracassos e perspetivas

Fernando Bessa Ribeiro

Docente no Departamento de Sociologia
Investigador no Centro de Investigação em Ciências Sociais
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
fbessa@ics.uminho.pt

Apesar de secundarizado pela pandemia em curso, o conflito em torno da Huawei não desapareceu dos holofotes mediáticos. Envolvendo os Estados Unidos da América e a China, alguns dirão que é consequência da vontade do governo norte-americano em defender a liberdade e a segurança do seu país face à China. Podemos compreendê-lo de outro modo. Apesar da resiliência das estruturas do sistema mundial, este está sujeito a tensões que, por vezes, se convertem em dinâmicas transformadoras. Se a regra é a estabilidade, hoje a mudança prevalece. Em concreto, assistimos ao declínio norte americano – aliás implícito no slogan *Make America Great Again*, agora substituído por *Made in America* – que é também do Ocidente. Não sendo fenómeno recente, Arrighi foi um dos primeiros a assinalá-lo, ainda na última década do século passado:

Depois de 600 anos nos quais “as dádivas” da história e da geografia fizeram do Ocidente o local original do capitalismo mundial, parece agora que as civilizações do leste asiático estão melhor posicionadas para tirar vantagem desta última reversão no ímpeto organizacional do capitalismo mundial. [...] o centro parece estar mudando para uma região do mundo não ocidental (Arrighi, 1997, p. 365).

Este processo de recomposição global confronta os países africanos com os velhos problemas de sempre (Ribeiro, Leite & Felizes 2020): encontrar soluções para romper com a pobreza, a doença e a morte prematura, a que se juntam os impactos das alterações climáticas, as devastações ambientais, a redução da biodiversidade, em boa medida consequência da disseminação humana para áreas remotas do planeta (Shah, 2020). Esta é particularmente intensa em África devido à persistência de um forte crescimento demográfico que irá levar o continente para mais de 2.500 milhões de indivíduos

em 2050. Face a este cenário inquietante e mesmo trágico, qual o futuro do continente africano, em especial o da sua parte subsariana? Não se podendo em poucas palavras responder a esta questão complexa, sobretudo considerando a enorme diversidade de estados, povos, economias e culturas existentes em África, a parte subsariana compreende quase meia centena de estados, partilhando histórias de colonização que se prolongaram para lá da primeira metade do século XX, encerrando-se em 1975, com a independência das colónias portuguesas. A recomposição do mundo em curso parece abrir novas perspetivas a estes países. Ao contrário do que parecia provável na transição do milénio, já não se pode falar em desconexão, expressão forte do desinteresse dos países centrais e das suas multinacionais por África. Em boa medida graças à emergência de novas potências, sobretudo a China, sequiosa de matérias-primas para alimentar a sua expansão económica, o continente africano merece um interesse renovado.

Retomando o discutido em trabalhos anteriores (Ribeiro, 2010 e 2017), os atuais estados africanos são consequência da ocupação colonial e das lutas de libertação empreendidas por movimentos políticos que, em muitos casos, tiveram de pegar em armas para enfrentarem as potências colonizadoras. Apesar de influenciados pelas mais diversas correntes teóricas e políticas, o marxismo era preponderante em alguns destes movimentos, nomeadamente nos que estavam vinculados a territórios sob domínio colonial português. Para estes não foi despiciente o apoio da União Soviética, da China e de outros países não capitalistas, envolvendo não só armas mas também formação política e auxílio material. Conquistado o poder, as elites nacionalistas introduziram programas de modernização e de desenvolvimento. No caso dos países comprometidos com o rompimento radical das dependências em relação aos países capitalistas, procurou-se implementar políticas de transformação revolucionária da sociedade. Ainda que com diferentes gradações, os governos destes novos países tentaram construir soluções nacionais comprometidas com a “independência política, a modernização do estado e a industrialização da economia” (Amin, 2000, p. 230). Apesar de os sistemas políticos e as orientações ideológicas não serem homogêneos, com reflexos no modelo económico escolhido, estes novos estados ensaiaram políticas visando debilitar a dependência que historicamente os atava às suas antigas potências colonizadoras, na maior parte também países centrais (Nkrumah, 1975). Conscientes de que a dependência tinha sido gerada pelo colonia-

lismo, produtor do subdesenvolvimento que atingia os povos africanos (Venâncio, 2000), as elites africanas progressistas compreenderam que a modernização e a melhoria das condições de vida dos seus povos dependiam da implementação bem-sucedida de agendas desenvolvimentistas.

Muito foi conseguido. Porém, o balanço está longe de merecer uma avaliação inequivocamente positiva, considerando os problemas que os países africanos continuam a enfrentar nos mais diversos campos. A compreensão destes fracassos deve articular fatores sistêmicos relacionados com o modo como funciona o capitalismo, tal como o entendem as teorias da dependência, com fatores internos, com destaque para a estrutura de classes e seus interesses. Esta articulação permite iluminar as mudanças produzidas em muitos destes países nos primeiros anos da década de 1980, ainda a existência da União Soviética parecia inquestionável, com a adesão de muitos deles às instituições de Bretton Woods e o abandono dos modelos sugeridos pelos teóricos e técnicos marxistas e keynesianos, em linha com o que estava a ocorrer um pouco por todo o lado, incluindo nas instâncias internacionais. Estas mudanças acabariam por acentuar a subordinação dos governos africanos aos países centrais, facilitando a aplicação dos chamados programas de ajustamento estrutural:

Para os países africanos, a aplicação dos programas de “ajustamento estrutural” implicou, contudo, a sua entrada num círculo vicioso de consequências desastrosas, deixando-os em situações piores do que antes. O fracasso destes “ajustamentos” deixou muito dos países em situações de maior vulnerabilidade às conjunturas externas, de depressão económica e de endividamento externo elevados (Milando, 2005, p. 116).

Se analisada à escala do tempo longo, a vitória sobre o colonialismo foi um passo indiscutivelmente importante, é certo, mas não bastante para superar os problemas que constroem os povos africanos. Depois de tudo ter sido jogado – “povos de África (e de toda a parte) voltaram-se para o ‘mercado’ buscando exactamente o mesmo que antes buscavam no ‘estado’”, afirma Wallerstein (2002, p. 71) –, a situação continua a ser muito difícil, provavelmente ainda mais grave do que nos albores das independências. Daí que não se possa obliterar um certo afro-pessimismo, sobretudo quando se confronta o presente com as grandes expectativas das décadas de 1950 e 1960. Se alguns, como Dumont (1962), avisaram sobre o que aí vinha – a

desordem política, o desinteresse pelo bem comum, a repressão das dissidências –, mantém-se atual a crítica severa de Fanon: “o povo, que dera tudo nas horas difíceis da luta de libertação nacional, [interroga-se] de mãos e barriga vazias, sobre o grau de realidade da sua vitória” (1980, p. 223).

Sendo o caminho da emancipação muito estreito e acidentado, ele terá de se fazer através do deslaçamento das múltiplas dependências que subordinam África aos países centrais, agora também à China. Tal como procuraram fazer os governos progressistas na América Latina (Oliver Costilla, 2014), sobretudo na primeira década do presente século, tal passa largamente pela organização de modos de cooperação ao nível do continente, mantendo uma larga atenção ao que ocorre noutras geografias. Ao estado cabe um lugar determinante, sendo imprescindível para robustecer a autonomia nacional face às multinacionais, aos grandes interesses económicos e financeiros internacionais e aos estados centrais. Quer dizer, trata-se de atenuar a dependência económica, procurando soluções locais e regionais, nomeadamente no domínio agrícola e industrial, que possam contribuir para a realocização e desenvolvimento das atividades económicas e o incremento da autonomia técnico-científica.

Em jeito de contraponto ao afro-pessimismo persistente e, a bem-dizer, justificado, as mudanças em curso no sistema mundial abrem novas oportunidades para a ação política progressista em África, sobretudo nos países onde os recursos naturais abundantes se possam articular com um estado com uma presença relevante na economia. Para que isto ocorra – residirá aqui o maior escolho – é necessário um compromisso social que constanja as elites a abraçar agendas políticas orientadas para a melhoria das condições materiais de existência da população e a redução das desigualdades. Difícil de concretizar, considerando a complexa composição de classes que caracterizam as sociedades africanas e a força da economia dos bens simbólicos (Bourdieu, 1999), a disseminação do capitalismo pelo continente africano, liquidando ou subordinando as instituições preexistentes, tem produzido as contradições sociais que também em África aprofundará o conflito insanável que opõe, desde sempre, o capital ao trabalho, dominantes a dominados. Neste conflito está também presente a luta contra as desigualdades sociais. Marca do capitalismo global contemporâneo (Piketty, 2013), esta ação convoca uma outra, também de dimensão global, a da defesa da justiça entre estados e povos. Que, obviamente, não se circunscreve simplesmente à não agressão, ao respeito pelos

contratos ou ao dever de assistência, nomeadamente em caso de crise alimentar, sanitária ou outras emergências, mas também deverá incluir “um princípio de justiça distributiva global” (Arnsperger & van Parijs, 2003, p. 75), de modo a fazer do mundo, também de África, um lugar mais decente para os seres humanos.

Bibliografia

- AMIN, S. (2000). *Os desafios da mundialização*. Lisboa: Dinossauro.
- ARNSPERGER, Christian & VAN PARIJS, P. (2003). *Ética económica e social*. Porto: Afrontamento.
- ARRIGHI, G. (1997). *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- BOURDIEU, P. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras: Celta.
- DUMONT, R. (1962). *A África começa mal*. Lisboa: Dom Quixote.
- FANON, F. (1980). *Em defesa da revolução africana*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco.
- MILANDO, J. (2005). *Cooperação sem desenvolvimento*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- NKRUMAH, K. (1975). *A luta de classes em África*. Lisboa: Sá da Costa.
- OLIVER COSTILLA, L. (2014). Prefácio: una integración con tramas orgánicas complejas y contradictorias y limitativas. In A. M. P. de Carvalho & F. U. X. de Holanda (Eds), *Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração* (pp. 21-37). Fortaleza: Edições UFC.
- PIKETTY, T. (2013). *Le capital au XXI^e siècle*. Paris: Seuil.
- RIBEIRO, F. B. (2010). *Entre martelos e lâminas: dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- RIBEIRO, F. B. (2017). *Uma sociologia do desenvolvimento*. V. N. de Famalicão: Húmus.
- RIBEIRO, F. B., LEITE, I. & FELIZES, J. (2020). Um objeto complexo e fugidio? Uma introdução crítica ao desenvolvimento. *Configurações*, 25, 9-24.
- SHAH, S. (2020). De onde vêm os coronavírus? Contra as pandemias, a ecologia, *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), II Série, 161, 13-14.
- VENÂNCIO, J. C. (2000). *O facto africano: elementos para uma sociologia de África*. Lisboa: Veja.
- WALLERSTEIN, I. (2002). *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes.



África no plural. Olhares sobre o passado, presente e futuro

Rosa Cabecinhas

Docente no Departamento de Ciências da Comunicação
Investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
cabecinhas@ics.uminho.pt

O primeiro episódio do novo podcast África Agora (2020, 14 de setembro), abordou as complexas relações entre o passado, o presente e o futuro do continente africano, tendo como convidado o economista e sociólogo guineense Carlos Lopes, professor na Universidade do Cabo (África do Sul) e Alto Comissário da União Africana para as relações com a União Europeia. Ao iniciar o programa, a jornalista Cristina Peres referiu uma perplexidade: o mapa-mundo Mercator, datado de 1569, reproduz a massa de África como equivalente à da Gronelândia, que é 14 vezes mais pequena, e nem a Googlemaps corrigiu tal desproporção (ver Lopes & Kararach, 2020). Cristina Peres, recordando o elevado risco de “uma mentira repetida se transformar em verdade”, questionou o convidado sobre “as implicações para África desta percepção enviesada”. Na resposta, Carlos Lopes salientou que tal é uma metáfora daquilo que constitui a percepção enviesada do continente africano em muitas vertentes: a histórica, com “a dicotomia entre o Egipto ser ou não ser de origem negra ou africana”; a filosófica, nomeadamente a famosa frase de Hegel segundo a qual os africanos não tinham história e portanto não podiam fazer parte da civilização; e também várias interpretações religiosas, “seja do cristianismo ou do islamismo, temos sempre esta figura de uma certa inferioridade africana que foi plasticamente reproduzida pelos grandes pintores renascentistas e que ficou na memória coletiva”, pelo que “nós temos um enorme canteiro de obras para poder retificar essa imagem”. Carlos Lopes salienta que “essa imagem hoje em dia custa sobretudo nas percepções macroeconómicas que prejudicam a possibilidade de desenvolvimento do continente”. Trata-se de uma complexa questão que não cabe aqui analisar nas suas múltiplas dimensões

e implicações, mas que tomamos como ponto de partida para abordar a relação entre as representações sociais do passado, as dinâmicas no presente e as visões do futuro em contextos africanos.

As percepções do passado e seus efeitos sobre as atitudes, as emoções e os comportamentos constituem um tópico que tem recebido uma atenção crescente por parte dos psicólogos sociais. De facto, as representações sociais da história constituem um ingrediente crítico para a compreensão das relações internacionais e interculturais no presente assim como para a construção de identidades sociais e sua mobilização. Nas últimas duas décadas foram realizados diversos estudos sobre as representações do passado colonial e os seus impactos nos processos de reconciliação e nas atitudes face a políticas de reparação histórica, assim como nas próprias trajetórias pessoais, nomeadamente em contextos de migração (ver, por exemplo, Abadia, Cabecinhas, Macedo e Cunha, 2018). No entanto, são escassos os estudos realizados no continente africano e é escassa a visibilidade dos estudos realizados com recurso a outra língua que não o Inglês. Os estudos comparativos entre diferentes contextos geográficos e/ou linguísticos são ainda mais escassos. De seguida, revisitamos brevemente dois destes estudos.

Licata et al. (2018) realizaram um estudo comparativo com o objetivo de analisar as representações sociais do colonialismo e as suas implicações nas relações intergrupais. Os dados foram recolhidos através de questionário junto de 1134 estudantes universitários em três países europeus (Bélgica, França e Portugal) e seis países africanos (Angola, Burundi, Cabo Verde, República Democrática do Congo, Guiné-Bissau e Moçambique). O estudo demonstrou que as representações sociais do colonialismo estruturam-se em duas dimensões principais: “exploração e racismo” (por exemplo: “A exploração da mão de obra nas colónias pelos países colonizadores”; “A destruição das culturas e modos de vida dos países colonizados”) e “desenvolvimento” (por exemplo, “A construção de vias de comunicação e de infraestruturas económicas nas colónias”; “A criação de sistemas de educação e de saúde nas colónias”). Na globalidade da amostra, os participantes demonstraram maior grau de concordância com as afirmações remetendo para uma visão do colonialismo como “exploração e racismo” do que como “desenvolvimento”. No entanto, os participantes africanos tenderam a manifestar maior grau de concordância com afirmações remetendo para uma visão do colonialismo como “desenvolvimento” do que os participantes europeus.

Licata et al. (2018) referem que tais resultados parecem contradizer a alegação de que as identidades nacionais africanas foram construídas em contraste com os projetos coloniais, antes e depois da sua independência. No entanto, para compreender este padrão resultados, não podemos esquecer que o estudo foi realizado junto de estudantes universitários e que o grau de elitização do ensino universitário é significativamente superior nos países africanos do que nos países europeus. Os resultados deste estudo indicaram ainda que para os jovens europeus o colonialismo é percebido como relativamente remoto tanto no tempo quanto no espaço, enquanto os jovens africanos vivem num contexto que é mais claramente percebido como tendo sido moldado pelo colonialismo. Mais pesquisas são necessárias para identificar os fatores que moldam as representações atuais do colonialismo nas sociedades africanas contemporâneas e os seus impactos na vida quotidiana.

O referido questionário incluía ainda um conjunto de questões sobre emoções coletivas e atitudes face a ações de reparação, de natureza simbólica (“Os governos europeus deviam pedir desculpas publicamente pela colonização”) ou económica (“Os governos europeus deviam oferecer compensações às suas antigas colónias”). As representações sociais do colonialismo como “exploração” foram associadas a uma visão segundo a qual os europeus de hoje deveriam sentir culpa e vergonha pelas ações coloniais dos seus antepassados, enquanto as representações sociais do colonialismo como “desenvolvimento” foram negativamente associadas a essas emoções negativas, tanto da parte dos participantes africanos quanto dos participantes europeus. Paralelamente, os participantes europeus que expressaram representações sociais do colonialismo como “exploração” declaram maior grau de concordância face a ações de reparação. Em contrapartida, no caso dos participantes africanos, verificou-se um maior grau de concordância relativamente a possíveis ações de reparação, mas não se verificam correlações estatisticamente significativas entre as representações sociais do colonialismo e as atitudes face às ações de reparação. Licata et al. (2018) referem como possível causa para tal padrão de resultados o facto de peso do passado colonial se fazer sentir com particular incidência nos países africanos. Como sugerido por Rothberg (2013), o colonialismo não apenas conquistou o espaço, mas também o tempo: as consequências do colonialismo estão mais visivelmente ligadas às questões atuais e incorporadas

na vida do dia a dia nos países que foram colonizados do que nos países que foram colonizadores. Por exemplo, no caso dos países africanos, a “herança colonial” traduz-se na própria definição das fronteiras nacionais – definidas arbitrariamente em função dos interesses dos países colonizadores no final do século XIX.

Tomados no seu conjunto, os resultados obtidos por Licata et al. (2018) mostraram que os participantes europeus tendiam a expressar principalmente os aspetos negativos do colonialismo, mas ao mesmo tempo a vê-lo como uma história fechada, desconectada da sua vida quotidiana e sem implicações no futuro. Esta aparente disjunção entre as representações do passado colonial e suas implicações na vida presente é particularmente desafiadora, pois levanta questões sobre o ensino da história do colonialismo nas suas múltiplas dimensões e consequências.

Num estudo anterior (Cabecinhas et al., 2011), estudou-se as representações sociais do passado e as visões do futuro em seis países africanos. Nesse estudo participaram 1166 estudantes do ensino superior em Angola, Burundi, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e República Democrática do Congo. O questionário incluía, entre outras, as seguintes questões abertas: 1. “Se tivesse que contar a história mundial, por qual acontecimento começaria?”; 2. “Na sua opinião, qual o acontecimento mais relevante no curso da história para chegarmos à situação atual do mundo?”; e 3. “Que tipo de acontecimentos é que prevê para o futuro do mundo em que vivemos?”.

A análise temática das respostas dos participantes revelou que o tema predominante nas respostas à primeira questão foi a evolução humana, tendo os participantes destacado positivamente o facto de África ser o “berço da humanidade”. Já na segunda questão os temas predominantes foram: as guerras (principalmente a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial); e a colonização, com destaque para a escravatura, o tráfico de escravos, a Conferência de Berlim 1884-5 e a partição de África entre as potências europeias, as lutas de libertação e as independências africanas. Assim, ao pensar nos acontecimentos históricos que mais influenciaram o presente, os jovens evocaram sobretudo acontecimentos violentos perpetrados por europeus e destacaram a agência dos africanos nas lutas de libertação.

No que concerne às previsões para o futuro (terceira questão), o tema predominante nas respostas dos participantes foi a paz e a coo-

peração, destacando-se respostas que apontam para visões do futuro que contrastam com o presente, por exemplo: “Um futuro onde reine a amizade e o diálogo entre os Estados”; “Um mundo sem fronteiras”; “Todas as pessoas vão se entender, um futuro melhor”; “Haverá paz e todos viverão à vontade”. O segundo tema mais frequente foram as guerras, destacando-se as referências a uma possível “Terceira Guerra Mundial” ou a “completa destruição do mundo” devido à “ganância excessiva” e à “falta de água para todos”, tendo diversos participantes referido a “completa destruição do planeta”. A terceira temática mais referida foram as assimetrias de poder: alguns participantes anteciparam a manutenção do domínio do mundo ocidental (“Interferência dos europeus nos assuntos dos africanos”), mas a maioria prevê alterações nas relações de poder a nível mundial, por exemplo, “Uma reviravolta em que as potências atuais serão os países mais necessitados por estar[em] a usar mal os recursos e descobertas”, o “Fim da supremacia dos EUA”, a “Supremacia intelectual dos negros em relação aos brancos” e “O poder na mão das mulheres”. De salientar que as referências a mudanças nas relações de poder foram particularmente prevalentes em Angola: cerca de 12% dos participantes angolanos anteciparam que Angola se tornaria uma potência mundial no futuro. Tal poderá dever-se ao facto de estes dados terem sido recolhidos em 2008, numa altura em que Angola experimentou um período de grande crescimento económico após o fim da guerra civil. Globalmente, os resultados apontam para uma visão otimista do futuro e indicam como as condições materiais podem moldar as visões do passado e do futuro, uma questão que merece mais investigação. Por exemplo, diversos participantes moçambicanos destacaram a “cura da sida” e a “cura da malária” e na Guiné-Bissau destacam o “fim da pobreza” e um mundo “sem guerra, sem fome, sem doença”.

Obviamente os resultados destes estudos realizados com estudantes do ensino superior não são representativos da população dos respetivos países, mas permitem-nos refletir a partir da análise dos padrões convergentes e divergentes observados nos diferentes contextos nacionais (Cabecinhas et al., 2011). Não cabe aqui esmiuçar o perfil de resultados evidenciado em cada um dos países, mas não queremos deixar de destacar a diversidade nas representações do passado assim como nas visões do futuro.

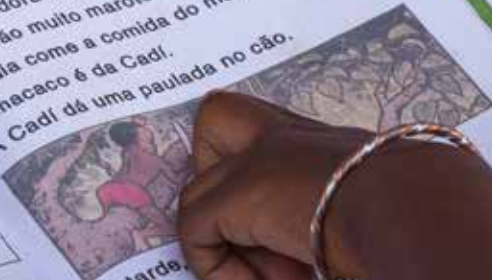
Na sinopse do primeiro episódio do podcast África Agora (2020), destaca-se que África terá “a maior e mais jovem força de trabalho, [...] superior à da China e à da Índia, são números que merecem reflexão. A boa notícia é que é possível traçar estratégias comuns e alterar o *mindset* com o futuro em perspetiva”. Assim, ao mesmo tempo que se pretende questionar a perceção enviesada de África, continua-se a tratar África como se fosse um só país, comparando-a com outros países (e não com outros continentes) e almejando ajudar a “traçar estratégias comuns”. Ora, a construção de um futuro melhor para todas as pessoas que habitam este complexo e diversificado continente, e não só, passa necessariamente pelo reconhecimento da sua pluralidade e diversidade.

Bibliografia

- ABADIA, L., CABECINHAS, R., MACEDO, I., & CUNHA, L. (2018). Interwoven migration narratives: identity and social representations in the Lusophone world. *Identities*, 25(3), 339-357. [https://doi: 10.1080/1070289X.2016.1244062](https://doi.org/10.1080/1070289X.2016.1244062)
- África Agora #1 (2020, 14 de setembro) Vem aí a maior e mais jovem força de trabalho do mundo. Retirado de https://soundcloud.com/jornal_expresso/sets/africa-agora
- CABECINHAS, R., LIU, J. H., LICATA, L., KLEIN, O., MENDES, J., FEIJÓ, J., & NIYUBAHWE, A. (2011). Hope in Africa? Social representations of world history and the future in six African countries. *International Journal of Psychology*, 46(5), 354-367. [https://doi: 10.1080/00207594.2011.560268](https://doi.org/10.1080/00207594.2011.560268)
- LICATA, L., KHAN, S., LASTREGO, S., CABECINHAS, R., VALENTIM, J. P., & LIU, J. H. (2018). Social representations of colonialism in Africa and in Europe: Structure and relevance for contemporary intergroup relations. *International Journal of Intercultural Relations*, 62, 68-79. [https://doi: 10.1016/j.ijintrel.2017.05.004](https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2017.05.004)
- LOPES, C. & KARARACH, G. (2020). *Structural change in Africa. Misperceptions, new narratives and development in the 21st century*. Londres: Routledge.
- ROTHBERG, M. (2013). Remembering back. Cultural memory, colonial legacies, and Postcolonial Studies. In G. Huggan (Ed.) *The Oxford handbook of Postcolonial Studies* (pp. 359-379). Oxford: Oxford University Press.



O Caló adora o seu cão.
É um cão muito maroto.
Um dia come a comida do macaco.
O macaco é da Cadí.
A Cadí dá uma paulada no cão.



A tarde,
na porta o rai
al.

O Caló adora o seu cão.
É um cão muito maroto.
Um dia come a comida do macaco.
O macaco é da Cadí.
A Cadí dá uma paulada no cão.

Racismo, ativismo social e reparação histórica

– Para que a memória não sirva de restolho

Sheila Khan

Investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
sheilakhan31@gmail.com

Chego a este texto como alguém que se recorda dos primeiros ensinamentos enquanto aluna do curso de Sociologia, básicos e simples: a relevância de contextualizar os problemas sociais, culturais, políticos e económicos das nossas sociedades. O que parece um princípio sem grandes complexidades e exigências, porém, o seu exercício nem sempre é constante no que diz respeito às explicações que escutamos sobre o racismo sistémico, o ativismo social e a reparação histórica. Os crimes raciais não são meros fenómenos mediáticos e nem devem ser tratados pelos nossos sentidos desse modo. Pelo contrário, a relevância de combater o facilitismo histórico importa e é extremamente urgente, por um lado, para melhor chorarmos e debatermos as mortes de George Floyd e de Bruno Candé, para não mencionar tantos outros nomes. E, por outro lado, para trazer para a nossa reflexão o sentido de raiz, de origem dessas mortes, temos de iniciar esse enlutamento bem lá para trás, para os séculos que celebraram e defenderam a modernidade e com ela toda uma engenharia construtora e legitimadora de uma classificação, distinção e hierarquização racial entre seres humanos, culturas e identidades. Os legados da expansão colonial e imperialista são uma presença que ainda perpassa as esferas sociais e políticas das sociedades contemporâneas, quer ex-colonizadoras, quer ex-colonizadas. Paulo de Medeiros num texto marcante e magistral, diz sobre a sobrevivência deste passado o seguinte:

Na realidade, apesar de algumas noções esperançosas, e outras ingénuas, sobre a possibilidade de se entrever uma sociedade em que a “raça” não tivesse qualquer importância, o oposto impera. Nem sequer se pode dizer que “raça”, enquanto categoria tenha alguma vez desaparecido; portanto, não se trata de regresso nenhum. Não, essa categoria esteve

sempre bem presente, nunca nos largou, mesmo se alguns de nós nos tivéssemos esquecido dela, ou o desejássemos. E é exatamente devido a essa suposta abolição do racismo para os confins da História, que o confronto com o racismo e tudo aquilo que ele acarreta, é agora, mais do que nunca, urgente. (2000, p.1)

Este debate sobre o racismo e sobre todas as vozes que se levantam contra atos hediondos e insultuosos à nossa crença de fraternidade e de equidade universal (Davis, 2020) é algo que urge partilhar com os nossos alunos; desconstruir e desocultar os mecanismos que reforçam nos nossos dias as lógicas de hierarquização racial, de racialização, para a partir daí dar a perceber a gramática contemporânea do racismo sistémico. O passado da experiência colonial e imperialista não é um animal moribundo e desocupado, ele vive e sobrevive nas nossas instituições, nas nossas vidas, nas nossas narrativas e, acima de tudo, no espólio da memória coletiva e pessoal. A literatura, entre outros dos seus parceiros de reflexão como a antropologia, a sociologia, a política e história, tem revisitado com uma minúcia avassaladora o legado desse passado no nosso presente (Almeida, 2019; Baldwin, 2018; Evaristo, 2020; Faria, 2016; Figueiredo, 2009; Morrison, 2009, 2018), sem pretensão de o curar. Mas de o olhar de frente, de o interrogar, de o desafiar para um diálogo sem esconderijos e hesitações. Toni Morrison foi ímpar nesta clarividência ao compreender a dinâmica desse passado no nosso tempo contemporâneo, ao tocar com a sua escrita no húmus de uma experiência que perfura e magoa a dignidade humana. Uma intenção que sem subterfúgios implicou para a autora assumir este pensamento:

A investigação que olha para a mente, imaginação e comportamento de escravos é valioso. Mas igualmente valioso é um esforço intelectual sério para ver o que a ideologia racial faz para a mente, imaginação e comportamento dos mestres. (Morrison, 1993, pp. 11-12)

Dar um contexto sólido e escorreito sobre racismo é transportar para o lugar sóbrio da cidadania o papel do ativismo e da reparação histórica. Sem uma consciência clara do que foi a narrativa histórica das nossas sociedades, é colocar num túnel escuro e afunilado o dever de memória que o ativismo social e os compromissos complexos e dolorosos das reparações históricas

assumem para milhares e milhares de seres humanos que viram e veem as suas memórias apenas a servirem de restolho (Hall, 2018).

Que os alunos desta Escola de Verão possam ter sentido o pulsar da História no exercício de uma contextualização sobre racismo, ativismo e reparação histórica é um avanço de fraternidade, de conhecimento esclarecido e lúcido sobre onde estamos, como aqui chegamos e para onde podemos caminhar, dependendo do equilíbrio que desejamos dar em termos do reconhecimento entre as nossas visões do mundo e as do mundo dos outros.

Bibliografia

- ALMEIDA, D. P. (2019). *Luanda, Lisboa, Paraíso*. Brasil: Companhia das Letras.
- BALDWIN, J. (2018). *Se esta rua falasse*. Lisboa: Alfaguara.
- DAVIS, A. (2020). *A Liberdade é uma luta constante*. Lisboa: Antígona.
- EVARISTO, B. (2020). *Rapariga, Mulher, Outra*. Lisboa: Elsinore.
- FARIA, P. (2016). *Estranha guerra de uso comum*. Lisboa. Ítaca.
- FIGUEIREDO, I. (2015). *Caderno de memórias coloniais*. Lisboa: Caminho.
- HALL, C. (2018). Doing reparatory history: bringing ‘race’ and slavery home, *Race & Class*, 60(1), 3-21. <https://doi.org/10.1177/0306396818769791>
- MEDEIROS, P. (2020). Com a boca cheia de sangue: Da responsabilidade dos intelectuais (3).Retirado de https://memoirs.ces.uc.pt/ficheiros/4_results_and_impact/4.3_newsletter/memoirs_newsletter_116_pm_pt.pdf
- MORRISON, T. (2009). *A dádiva*. Lisboa: Editorial Presença.
- MORRISON, T. (2018). *Beloved*. Lisboa: Editorial Presença.

Reação

por Carolina Couto¹ and Rita Oliveira²

1. Estudante de Mestrado em Arquitetura
Escola de Arquitetura, Universidade do Minho
carolinapintocouto@gmail.com

2. Estudante de Doutoramento em História
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
rita.silvestre25@gmail.com

“What I’m talking about is a national reckoning that would lead to spiritual renewal. (...) Reparations would mean a revolution of the American consciousness, a reconciling of our self-image as the great democratizer with the facts of our history.”

TA-NEHISI COATES (2014, s.p.)

Estas foram sessões de debate aceso e de reflexão sobre temas que são, muitas vezes, de discussão complexa. Não necessariamente por serem temas desconfortáveis ou polémicos, mas por serem (pelo menos em Portugal) temas tabu, onde nem sempre é fácil contribuir com um debate, ou construir um discurso, de forma lúcida. São temas rodeados de silêncios, quer seja em manuais escolares, conversas casuais ou no meio académico, político ou jornalístico. Felizmente, a primeira sessão começou com uma introdução de termos e conceitos que permitiram iniciar a conversa, bem como a referência a uma série de autores a partir dos quais poderíamos continuar investigações e leituras. O debate, que partiu de uma discussão em torno do período do projeto colonial, evoluiu para assuntos da ordem do dia: os movimentos sociais nos Estados Unidos da América, os homicídios de George Floyd e Breonna Taylor (entre outros), e as manifestações que lhes sucederam. Também Portugal teve lugar no debate, em torno dos homicídios de Bruno Candé e de Luís Giovanni, e nos movimentos e demonstrações que se geraram (ou não) a partir daí.

Por estas serem sessões relativamente curtas para um tema infinito, retomaremos aqui apenas a última parte do tema “reparação histórica”, colocando inicialmente um conjunto de interrogações. O que quer dizer concretamente reparação histórica? O termo está normalmente associado

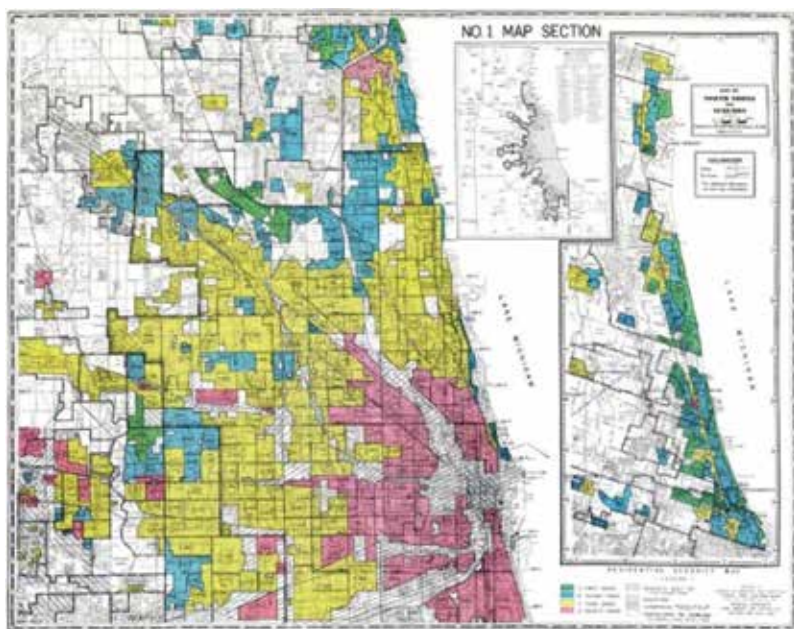


Figura 1. Mapping Inequality (Nelson et al, 2020)

à compensação material, para além da admissão ou reconhecimento da injustiça. Reparações materiais aos povos que sofreram? Económicas? Legais? De direitos a terra e a propriedade? É o reescrever da história? Que e quantas formas pode tomar a reparação histórica? Até que ponto somos responsáveis pela correção das ações dos nossos antepassados? É-nos possível desvincular das mesmas?

A leitura do artigo de Ta-Nehisi Coates “The case for reparations” foi elucidativa em muitos aspetos, e mais relevante que nunca, à luz do movimento Black Lives Matter e da instabilidade nos EUA. Ao longo do texto, Coates demonstra como apenas a partir de um confronto direto com a história e com os legados do passado é possível abrir a discussão coerente sobre a reparação histórica. Os textos sobre a reparação histórica em Portugal vão ao encontro das conclusões de Ta-Nehisi Coates: muito antes de tentar responder a questões técnicas sobre reparações, há que estudar com profundidade e complexidade o legado colonial. É impossível discutir sobre as respostas, se não nos sentirmos confortáveis a fazer as perguntas?



Figura 2. Frame do filme *Gone with the wind* (Scarlett O'Hara, 1939)

A recente controvérsia com o filme clássico *Gone with the Wind* (1939), adaptado do romance homónimo de Margaret Mitchell, de 1936, é um bom exemplo. Na versão no grande ecrã existem mudanças que o produtor achou necessárias para o enquadramento com a população, mas manteve-se a personagem principal de Scarlett O'Hara e como pano de fundo, a Guerra Civil Americana (1861-1865). No romance, as personagens negras distinguem-se pela sua descrição, e pelo uniforme; são personagens secundárias e estereotipadas que parecem aceitar a escravatura, posição que pretende justificar a evocação nostálgica do Velho Sul. O filme, porém, retira vários destes elementos, caindo num erro de uma romantização excessiva. Embora a escravatura tenha sido abolida como consequência desta guerra, não foram criadas medidas de inclusão para as pessoas outrora escravizadas. Nem sempre os propósitos que motivaram os eventos bélicos foram concretizados, e a segregação racial subsistiu duradouramente nos Estados Unidos da América. O imaginário do Velho Sul pôde assim inscrever, subsequentemente, o imaginário social norte-americano, porquanto a violência da escravatura foi preterida pela evocação nostálgica de um passado mítico.

Com o lançamento do filme na plataforma digital HBO Max em 2020, numa coletânea da TCM Classics, surgiu um artigo no *The Los Angeles Times* pelo escritor e realizador John Ridley requerendo que a empresa retirasse de imediato o filme do seu catálogo, acusando-o de glorificar o *antebellum south* (o Sul antes da guerra), perpetuando alguns dos mais dolorosos estereótipos de pessoas de cor. Em reação a estes comentários, a HBO retirou o filme, devendo-se acrescentar que este é um filme que foi sujeito a inúmeras críticas que datam desde o início da sua produção. Mas, de forma a contornar as críticas, o filme foi relançado na plataforma online com um vídeo que precede a visualização do filme, e proporciona um devido contexto histórico. Jacqueline Stewart, professora do Departamento de Cinema e Media Studies na Universidade de Chicago, especialista na História do Cinema Afro-Americano desde o cinema mudo até ao presente, foi escolhida para elaborar essa contextualização. Num breve vídeo de quatro minutos (Stewart, 2020), a historiadora de cinema inicia o seu discurso apresentando as estatísticas e prémios, e descrevendo o filme. Posteriormente, reflete sobre a contestação que se originou na produção do filme. Adverte que o produtor David O. Selznick tinha conhecimento das preocupações das audiências afro-americanas sobre como o filme iria abordar o tópico da escravatura. Porém, os escravos que o filme apresenta, conformam-se com os antigos estereótipos raciais, e Stewart acrescenta que “(...) no filme, o tratamento deste mundo através de uma lente nostálgica, nega os horrores da escravatura, bem como os legados das desigualdades raciais”. Após este contexto histórico, Stewart acrescenta que a visualização do filme pode ser desconfortável e até dolorosa, mas é importante que um clássico de Hollywood esteja disponível na sua forma original para visualização e discussão, como catalisador necessário para entender como certos conceitos se encontram enraizados na nossa sociedade.

Regressando a Portugal, discutimos de que formas estamos ainda presos ao luso tropicalismo e ao “Portugal não é racista”, um espaço longínquo da reconciliação com o passado. Se uma parte importante da identidade portuguesa está associada à época dos Descobrimentos, deveria ser central lidar com a complexidade desse período e do seu legado. Qualquer português reconhece a imagética relacionada aos Descobrimentos, mas não reconhece os silêncios que essas narrativas implicam. Podemos inferir a possibilidade de um efeito de nostalgia, onde tendemos a recordar os eventos mais remotos como mais positivos, desvinculando os mais

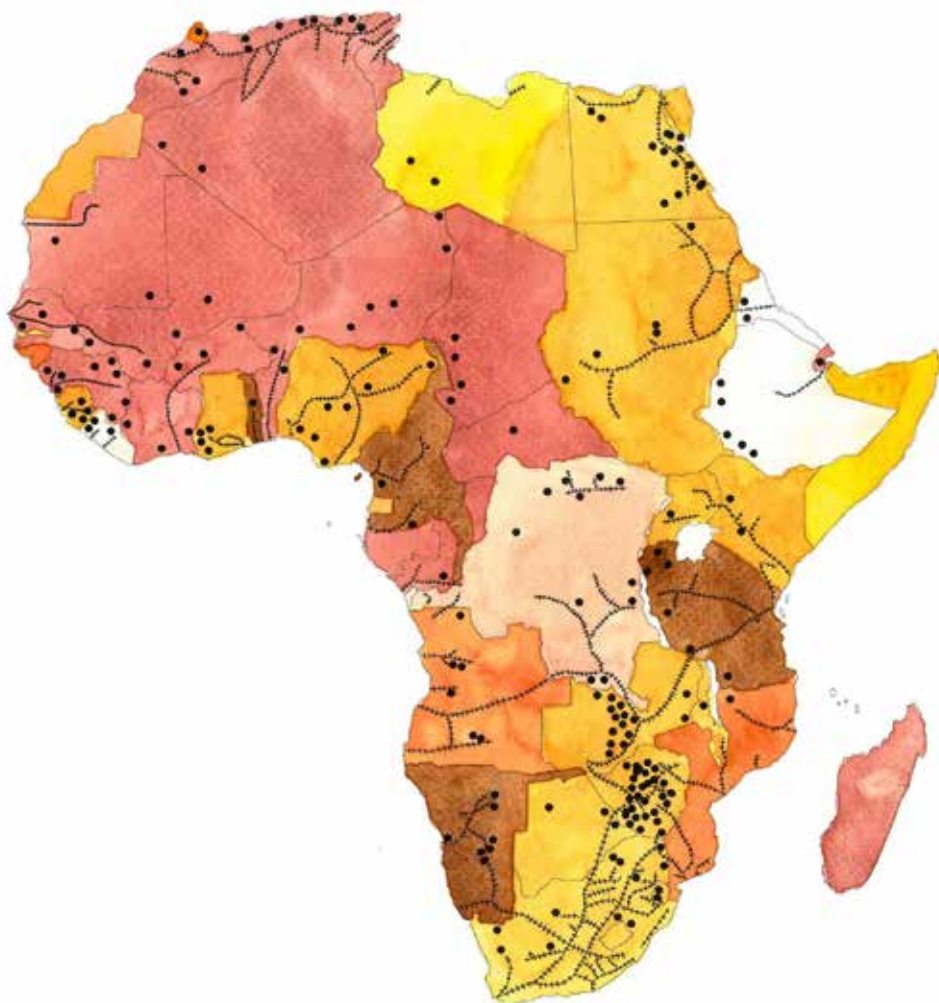


Figura 3. África (Carolina Pinto Couto, 2020, aguarela e tinta da china em papel)
Sobreposto ao mapa do continente africano estão representados: as potências europeias colonizadoras a cores; as principais fontes de recursos naturais com pontos a preto; as linhas de caminho de ferro construídas em época colonial com linhas tracejadas. A partir deste tipo de sobreposição, é possível abrir debates e permitir um olhar mais complexo à ocupação do continente africano. As manchas de cor, por si só, pouco dizem deste período da história- têm de ser acompanhadas por outras camadas de informação e, assim, desconstruídas.

negativos da narrativa. A época dos Descobrimentos continua a ser evocada como “idade de ouro”, ao mesmo tempo que se verifica uma dissociação entre os descobrimentos e os efeitos da violência colonial.

A solução passará, certamente, por corrigir esta dissociação ao introduzir (talvez na educação escolar) outras narrativas e representações. Por exemplo, quando é apresentado o mapa cor-de-rosa e a pretensão portuguesa ao território africano, é necessário apresentar outras camadas de informação que permitam aos alunos questionar e olhar criticamente para a história, e desenvolver a sua consciência histórica.

Bibliografia

COATES, T. N. (2014). The case for reparations. *The Atlantic*, 313(5), 54-71.

Retirado de <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2014/06/the-case-for-reparations/361631/>

MITCHELL, M. (1939). *Gone with the Wind*. Warner Home Video.

NELSON, R. K. WINLING, L. MARCIANO, R. CONNOLLY, N. (2020) Mapping Inequality In R. K. Nelson & E. L. Ayers (Eds.), *American Panorama*, Retirado de <https://dsl.richmond.edu/panorama/redlining/>

STEWART, J. (2020) *What to Know When Watching Gone With the Wind*. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=0DF2FKRToiQ>



As identidades transnacionais e transculturais. A lusofonia enquanto possibilidade intercultural

Vítor de Sousa

Investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
vitorde Sousa@ics.uminho.pt

A identidade do “eu” está sujeita à presença de um “outro”, porém, não de forma a apagar os seus próprios valores, mas a permitir a expansão das suas visões de mundo: o indivíduo insere-se, ao mesmo tempo, no campo de visão de um “outro”. Por meio do conceito de transculturalidade proposto por Welsch (1999), sustentou-se a ideia de que as culturas estão em processo constante de interação e de mistura.

Esta aula, dedicada à problemática das identidades transnacionais e transculturais, utiliza o conceito de “lusofonia” para tentar perceber o fenómeno. Aborda-se, assim, a lusofonia enquanto “comunidade imaginada”, de carácter transcultural e transnacional. Um projeto com um passado assente na língua portuguesa enquanto denominador comum aos diversos países que integram o espaço, bastante disperso, e onde habitam cidadãos de diversas etnias e com diferentes culturas. Para se poder perspetivar o futuro da lusofonia interessa, por isso, não apenas compreender a sua complexa construção no presente, pejada de vários equívocos que urge desfazer, como também os desafios que tem pela frente, em que se joga uma luta simbólica pela divisão da comunidade internacional em áreas culturais (Martins, 2018).

A lusofonia enquanto olhar pós-colonial num percurso difícil afetado pelo luso-tropicalismo e pela “portugalidade”

A lusofonia é uma palavra que surge na dicionarização de referência em 1950, derivando de “francophonie”. Lusófono deve ter-se inventado, antes, por analogia com o francês “francofone”, que data de 1949, segundo

o dicionário *Petit Robert*. A lusofonia é uma palavra que surge na dicionarização de referência em 1950. Cármen Maciel (2010), que mapeou o campo interpretativo da lusofonia, estudando 51 dicionários de língua portuguesa e três enciclopédias luso-brasileiras editadas em Portugal e no Brasil desde o início do século XX até 2009, concluiu que a palavra “lusofonia” só aparece nas obras de referência a partir de 1972. É em 1969, no entanto, que eu encontro a palavra escrita pela primeira vez num manual sobre “portugalidade”, da autoria de António Ferronha, em que lhe era associada a ideia de uma língua única e um ideário, sem os quais não haveria promessa de continuidade entre Portugal e as suas então províncias ultramarinas.

O conceito “portugalidade” decorre de uma lógica estado-novista que visava que as ex-colónias fossem vistas pela ONU não como territórios autónomos, mas como parte integrante do território português (províncias ultramarinas). Esta lógica foi corroborada pelo discurso parlamentar da Assembleia Nacional, a partir de 1951 (data da revogação do Ato Colonial), pela introdução da palavra nos discursos dos deputados.

Toda essa estratégia ia no sentido de combater os movimentos independentistas que emergiam nas antigas colónias, defendendo a pertença desses territórios a Portugal, por via do seu “destino histórico”. Esse facto seria sublinhado no discurso político da “portugalidade”, com a assunção de Portugal como um país uno e indivisível: “Portugal do Minho a Timor”.

Ao contrário de “portugalidade”, que é marcadamente colonial, tendo a palavra sido mesmo cunhada entre os anos 50 e 60 do século XX, em pleno Estado Novo, a lusofonia é um conceito pós-colonial. É por isso que ligar um termo ao outro constitui um contrassenso (Sousa, 2014; 2017), já que a lusofonia não pode ser encarada, sob qualquer circunstância, com “portugalidade”.

A lusofonia encerra, no entanto, algumas clivagens e, não obstante se afirmar que já tudo foi escrito, faltando apenas colocá-la em prática, o termo não é consensual. Moisés de Lemos Martins (2014) enumera quatro equívocos que podem explicar esse estado de coisas: olhar a lusofonia como ranço colonial (a partir da centralidade portuguesa); através da reconstrução das narrativas do antigo império; pela via do luso-tropicalismo e da ideia de colonização doce; e através da narrativa de uma história do ressentimento. Não terá sido por acaso que o acordo de formalização da CPLP (1996) tenha deixado de fora a palavra lusofonia,

por a sua etimologia remeter para “luso” (português), que decorre de “lusitanidade” e pode invocar uma “portugalidade” encapotada, termo que serviu de bandeira ao Estado Novo português (Sousa, 2014; 2017). Nem é, assim, de estranhar que as opiniões sobre o assunto estejam longe de ser convergentes, como são os casos de Alfredo Margarido, Eduardo Lourenço, Dominique Wolton, Moisés Martins, Mía Couto, António Pinto Ribeiro, Michel Cahen, Onésimo Teotónio Almeida, ou José Eduardo Agualusa, só para citar os principais autores que escrevem sobre o assunto.

Deixar de considerar as diferenças entre histórias coloniais e processos de colonização pode levar a impor sobre um povo a narrativa pós-colonial de um outro tornando assim esse povo ainda mais invisível. O que significa, segundo Ana Paula Ferreira (2007) que o colonialismo pode estar a falar em nome de um pós-colonialismo crítico, descentrado e não-hegemónico. O que, consubstancia a apropriação de uma metalinguagem crítica, historicamente descontextualizada, mesmo quando feita com a melhor das intenções, e que acarreta riscos teóricos consideráveis, nomeadamente o de voluntariamente perpetuar a um outro nível a relação colonial que se pretende abolir (Pereira, 2017).

A memória como promotora de interculturalidade em Maputo através da preservação da estatuária colonial

Por não se tratar de um assunto encerrado, onde a força das ideologias e das correspondentes reutilizações poderá alterar profundamente, ou até inverter, os modos da sua evocação, o passado colonial pode revelar-se problemático (Vecchi, 2018). É o caso do colonialismo português que, de forma recorrente é invocado para sublinhar ressentimentos: quer do país que foi colonizado, quer do país colonizador (Ferro, 2009). Moçambique, logo que eclodiu em Portugal a Revolução do 25 de Abril de 1974, promoveu o apagamento dos símbolos do colonialismo. A previsível atitude, tendente a mostrar que a colonização tinha acabado, veio, depois, a ser corrigida pelos futuros Governos, com as estátuas coloniais (pelo menos as que restaram), a serem deslocizadas, onde passaram a poder ser observadas e contextualizadas. Tratou-se de uma ação com vista à preservação da memória, que pode permitir o desenvolvimento de dinâmicas

interculturais, esbatendo o referido ressentimento: promovendo a problematização para perceber determinadas lógicas e, ao mesmo tempo, preencher vazios na memória esquecida e na identidade dos moçambicanos. Este artigo referencia os casos relativos à nova vida de duas estátuas coloniais em Maputo – a de Mouzinho de Albuquerque e a de Salazar –, em tempo pós-colonial, e à permanência, até hoje, daquele que foi o primeiro vestígio monumental do Estado Novo (o Monumento aos Mortos da Primeira Guerra Mundial), observando a importância que tem a preservação da memória na vida de um país, ou de uma nação, mesmo estando associada ao antigo colonizador. Esta espécie de descolonização mental, passa pela problematização da forma como o passado colonial pesa nas relações interculturais nos dias de hoje em Moçambique, quando o país se relaciona com o antigo colonizador, permitindo que os seus habitantes olhem para o passado como forma de construir dinâmicas de futuro (Sousa, 2019).

O tempo pós-colonial não cancela o tempo colonial, embora o recicle num jogo estético cheio de indiferença e de aspetos lúdicos: a estátua colonial representa uma ausência/indiferença, mesmo que preencha ludicamente um espaço fotografável. Não obstante, o recorte estatal moçambicano em reproduzir a memória nacional, consiste numa narrativa em linha com as práticas coloniais. Mesmo que Moçambique seja, em si mesmo, uma memória da colonização.

Não basta que a política moçambicana aposte na memória, exibindo artefactos. Ela terá que ser acompanhada por uma componente educativa, para que se interpretem os símbolos e se perceba a porção visível da história do país evidenciada, nomeadamente, através da estatuária. Caso contrário, tirar fotos com Mouzinho de Albuquerque em fundo na Fortaleza de Maputo, para onde foi deslocizada a estátua – como acontece com os casamentos –, mesmo que este esteja contextualizado, não terá que ver com nenhuma descolonização mental, mas com outra coisa, não obstante a liberdade que cada um tem. O mesmo se poderá passar em relação à estátua de Salazar voltada para a parede da Biblioteca Nacional que, se não tiver contexto, poderá ser interpretada como mero ressentimento.

Estatuária e “ativismo”

Tendo em conta o rumo que a investigação da área das identidades sofreu a nível global, em especial após a eleição do Presidente dos EUA, Donald Trump, de que é exemplo o derrube de estátuas em Charlottesville, na Virgínia (2017), destinadas a homenagear símbolos dos Estados Confederados, evidenciando a clivagem entre os seus defensores, evocando a Guerra Civil Americana, e os seus contestatários, que veem nelas símbolos racistas que celebram a escravidão. Ou, em Portugal (2017), no decurso da inauguração da estátua do padre António Vieira (Lisboa), em que o escritor e prelado é representado na companhia de três crianças índias, o que, segundo os críticos, denota paternalismo colonial (Barreiros, Marcos, Pereira & Coelho, 2020; Cardim, 2020) mas, em contrapartida, mereceu manifestações de apoio de um grupo de extrema-direita. E, que relação existe entre estas situações e a que se prendeu com a inauguração de uma estátua em homenagem ao cónego Eduardo Melo (Cónego Melo), em Braga (no dia 10 de agosto de 2013, após a iniciativa de uma comissão instaladora, aprovada pelo executivo municipal de então, liderado pelo socialista Mesquita Machado, *Esquerda Net*, 2013). Eduardo Melo ganhou mediatismo no “Verão quente” de 1975 pelo combate à influência que o PCP almejava no Norte e pelas alegadas ligações a movimentos que se opunham à corrente revolucionária de esquerda: o MDLP - Movimento Democrático de Libertação de Portugal, liderado pelo general António de Spínola a partir do Brasil, e o ELP - Exército de Libertação de Portugal, organização de extrema-direita criada por Agostinho Barbieri Cardoso, que fora subdiretor-geral da PIDE-DGS.

Nesta parte da aula, pretende-se que os estudantes debatam o “ativismo” enquanto contributo para a descolonização mental e como possibilidade intercultural, enquadrando-o na temática da cidadania (direitos e deveres do cidadão). O conceito de “ativismo”, utilizado no campo das ciências sociais e das artes, ainda é entendido como um neologismo, por não ser consensual. É através dele que se evidencia uma rotura artística decorrente da reivindicação social e que apela a ligações pouco pacíficas entre arte e política, incentivando o impacto artístico enquanto ato de resistência e de subversão (Raposo, 2015).

Bibliografia

- BARREIROS, I. B., MARCOS, P. M., PEREIRA, P. S. & COELHO, R. G. (2020, 2 de fevereiro). O padre António Vieira no país dos cordiais. *Público online*. Retirado de <https://www.publico.pt/2020/02/02/sociedade/ensaio/padre-antonio-vieira-pais-cordiais-eterna-leveza-anacronismo-guardiaes-consenso-lusotropical-1902135>
- CARDIM, P. (2020, 25 de junho). Para uma visão mais informada e plural do padre António Vieira. *Expresso online*. Retirado de <https://expresso.pt/opiniao/2020-06-25-Para-uma-visao-mais-informada-e-plural-do-padre-Antonio-Vieira>
- Esquerda Net (2013, 11 de agosto). Estátua do cónego Melo instalada de surpresa em Braga. *Esquerda Net*. Retirado de: <https://www.esquerda.net/artigo/est%C3%A1tua-do-c%C3%B3nego-melo-instalada-de-surpresa-em-braga/28965>
- FERREIRA, A. P. (2007). Specificity without exceptionalism: towards a critical Lusophone postcoloniality. In P. de Medeiros (Ed.), *Lusophones literatures and postcolonialism* (pp. 21-40). Utrecht: University of Utrecht, Portuguese Studies Center.
- FERRO, M. (2009). *O ressentimento na história*. Lisboa: Teorema.
- FERRONHA, A. (1969). *Ideário de Portugalidade. Consciência da Luso/Tropicalidade*. Porto: Tipografia Marca/Angola; António Ferronha.
- MACIEL, C. (2010). *A construção da comunidade lusófona a partir do antigo centro: micro-comunidades e práticas da lusofonia*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (Ed.), *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp.15-33). São Paulo, EDUC - IP-PUC.
- MARTINS, M. L. (2018). A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, 11(1), 3-11.
- PEREIRA, P. S. (2017, 25 de agosto). A lusofonia, a ambivalência e as grelhas do ministro. *Público online*. Retirado de <https://www.publico.pt/2017/08/25/mundo/opiniao/a-lusofonia-ambivalencia-e-as-grelhas-do-ministro-1782621>

- RAPOSO, P. (2015). “Artivismo”: articulando dissidências, criando insurgências. *Cadernos de Arte e Antropologia*. 4(2), 3-12. <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.909>
- SOUSA, V. (2014). O difícil percurso da lusofonia pelos trilhos da ‘portugalidade’. *Configurações, ‘Epistemologias do Sul: Contextos de Investigação’*, 12 (pp. 89-104).
- SOUSA, V. (2017). *Da ‘portugalidade’ à lusofonia*. Famalicão: Húmus/CECS
- SOUSA, V. (2019). A memória como promotora de interculturalidade em Maputo, através da preservação da estatuária colonial. *Comunicação e Sociedade*, vol. especial, 249-267. [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.0\(2019\).3072](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.0(2019).3072)
- VECCHI, R. (2018). Depois das testemunhas: sobrevivências. *Jornal Memoirs*, p. 18. Retirado de <https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/MEMOIRS-encarte.pdf>
- WELSCH, W. (1999). Transculturality - the puzzling form of cultures today. In M. Featherstone & S. Lash (Eds.), *Spaces of culture: City, nation, world*, (pp. 194-213). Londres: Sage.



Reação

por Jorge Garrido¹, Renata Moreira² e João Neves³

¹ Estudante de Mestrado em Geografia
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
jorgerafaelgarrido@sapo.pt

² Estudante de Mestrado em Estudos Africanos
Faculdade de Letras, Universidade do Porto
renata-moreira@outlook.com

³ Estudante de Licenciatura em Ciências da Comunicação
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
joaoneves1906@gmail.com

Portugalidade

Portugalidade é um conceito que não está presente em qualquer dicionário de referência da língua portuguesa, como o da Academia de Ciências de Lisboa. Mas será que podemos definir este conceito? O que é a portugalidade e que relação estabelece com a lusofonia? Neste seminário, Vítor de Sousa elucidou-nos sobre estes conceitos e a forma como são compreendidos nas comunidades lusófonas. Além disso, foi ainda abordada a memória social e as identidades transculturais, com grande importância atribuída, em particular, à estatutária colonial.

Mas o que é, então, a portugalidade? Vítor de Sousa tenta definir essa palavra, afirmando que a portugalidade deve ser sempre contextualizada. Segundo o autor, nos dicionários, a portugalidade deve aparecer como “o mesmo que patriotismo”. É de salientar que, neste sentido, patriotismo não assume um sentido único de amor à pátria na medida em que não significa “(...) capacidade de sacrifício para promover o bem-estar do país (...)” (Primoratz, citado em Sousa, 2017, p. 392), traduzindo-se numa identificação com Portugal. Num contexto ditatorial, Alfredo Pimenta estreou esta palavra, indo contra todos aqueles que denominavam o povo português de “lusitano”. A portugalidade pode ser considerada uma construção política, em que as características da cultura e do povo português são exaltadas na tentativa de exacerbar as qualidades lusitanas para os povos lá fora. A portugalidade abrange a cultura portuguesa e é, segundo

Alfredo Pimenta, próxima de Salazar, profundamente anti-comunista e ligada à ala da extrema direita portuguesa, a única palavra que abrange todos os portugueses (Pimenta, 1947).

Noutra direção, não obstante confundida com a anterior, surge a lusofonia. Segundo Malaca Casteleiro, lusofonia é a qualidade de ser português, de falar Português; é algo próprio da língua portuguesa (Casteleiro, 2001). Apesar de distinta de portugalidade, é dada à lusofonia, muitas vezes, uma conotação negativa por parte das ex-colónias. Depois de séculos de dura opressão por parte dos portugueses, a palavra lusofonia pode ser geradora de vários conflitos. Com efeito, no próprio documento oficial de formação da CPLP, em 1996, o conceito foi deixado de lado, porque poderia dar origem a uma ideia disfarçada de supremacia portuguesa, num olhar lusocentrado pontuado por uma alegada exceção lusa. Mas, como nos indica José Mattoso, a história tem de ser expurgada das teorias míticas e messiânicas, que são tão carregadas de emotividade, como acontece quando muitos abordam Portugal e o povo português (Mattoso, 2008).

Tendo em conta a exaltação do império e a ideia de colonização doce ou amigável que o Estado Novo defendia, conseguimos relacionar estes dois conceitos com o de luso-tropicalismo. Esta teoria foi desenvolvida por Gilberto Freyre e indica a relação entre Portugal e os trópicos, a capacidade de adaptação dos portugueses, os relacionamentos com outros povos, o contacto com mouros e judeus desde a Idade Média. O contacto multicultural levaria a uma miscigenação e, ainda, a uma “interpenetração” de culturas. Apesar de a palestra se ter centrado nas antigas colónias continentais africanas, é possível dar o exemplo da relação entre o *Tchiloli*⁴ são-tomense e o conceito de luso-tropicalismo. Esta representação teatral projeta o espetador, através do imaginário, para o século XV, num cenário dos tempos atuais (Reis, 1969). O luso-tropicalismo “está bem patente nas características psicossomáticas deste povo crioulo, no sangue que lhe corre nas veias, na língua, na religião católica que professa (...) neste auto, trazido da Metrópole (...)” (Reis, 1969, p. 12). A partir dos anos 50 do século XX, houve um uso político e nacionalista do luso-tropicalismo, pelo regime salazarista e, podemos, até, afirmar que o mesmo estava imbuído de um cariz apologético dada a conjuntura da política externa portuguesa da época e, mais tarde, da guerra colonial.

Numa perspetiva mais recente, podemos, ainda, relacionar aos conceitos anteriores a ideia de pós-memória. No contexto da estatutária colonial,

4. A Tragédia do Imperador Carlos Magno e do Marquês de Mântua; com origem em Portugal.



Figura 1. Portugal não é um país pequeno
Fonte: Galvão, 1934

o derrube e remoção de estátuas podem provocar um vazio histórico na identidade de uma população. De forma paradoxal, pós-memória, será uma memória que não foi vivida, mas que, "(...) pela sua violência e pelo significado marcante das suas consequências, nomeadamente no âmbito da socialização familiar, se impõe a uma geração seguinte com suficiente força para ficar indelevelmente inscrita (...)" (Sousa, 2019, pp. 252-253). Até a podemos comparar com uma eliminação de uma certa parte da História, neste caso a colonial. Alguns autores, associam interculturalidade com o período das descobertas, com uma inspiração luso-tropicalista. Outros relacionam a estatuária com o conceito de interculturalidade, visto que através do olhar para o passado colonial há uma introdução do mesmo na memória dos povos para que se possa descolonizar o pensamento e ultrapassar alguns ressentimentos. Dessa forma, contribui-se para uma promoção intercultural.

Para uma melhor percepção, veja-se a Figura 1. O seu título pode ser associado, em certa medida, "a um fenómeno de negação" (Torres, 2015). No entanto, "Portugal não é um país pequeno", assim como o slogan "Portugal, do Minho a Timor" estão associados, também, à retórica do Estado

Novo, dos anos 50-60 do século XX, para validar a “portugalidade”, cuja génese decorre de os movimentos de libertação nas ex-colónias estarem a eclodir naqueles territórios. Tratou-se de uma tentativa de introduzir Portugal no contexto europeu como uma potência, numa altura em que o Estado Novo pretendia que Portugal entrasse para a ONU. Assim, em vez de aceitar a evidência de que Portugal era um país pequeno, o autor, assim como todos aqueles que concordavam com o título da figura, preferiam negar essa evidência.

Atualmente, o respaldo imaginário vertido na figura anterior corresponde e afigura-se como um obstáculo à descolonização mental. De facto, esse respaldo imaginário é traumático, e se Portugal não sarar esse trauma, continuará a perpetuar a “portugalidade” e permanecerá, consequentemente, incapaz de proceder de forma eficaz à descolonização mental.

Bibliografia

- CASTELEIRO, J. M. (Ed.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa/Verbo.
- GALVÃO, H. (1934). *Portugal não é um país pequeno*. Penafiel: Ed. Câmara Municipal de Penafiel.
- PIMENTA, A. (1947). *Portugalidade. Semper Idem*. Disponível em: <https://semperidem.blogs.sapo.pt/portugalidade-44575>.
- MATTOSO, J. (2008). *A identidade nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares/Gradiva.
- REIS, F. (1969). *Povô Flogá, O povo brinca: folclore de São Tomé e Príncipe*. São Tomé: Câmara Municipal de São Tomé.
- SOUSA, V. (2017). *Da ‘portugalidade’ à lusofonia*. Famalicão: Húmus/CECS
- SOUSA, V. (2019). A memória como promotora de interculturalidade em Maputo, através da preservação da estatuária colonial. *Comunicação e Sociedade*, vol. especial, 2019, 249-267. [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.0\(2019\).3072](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.0(2019).3072).
- TORRES, E. C. (2015, 11 de fevereiro). Portugal não é um país pequeno. Caxias. [post em blogue]. Retirado de <http://malomil.blogspot.com/2015/02/portugal-nao-e-umpais-pequeno.html>

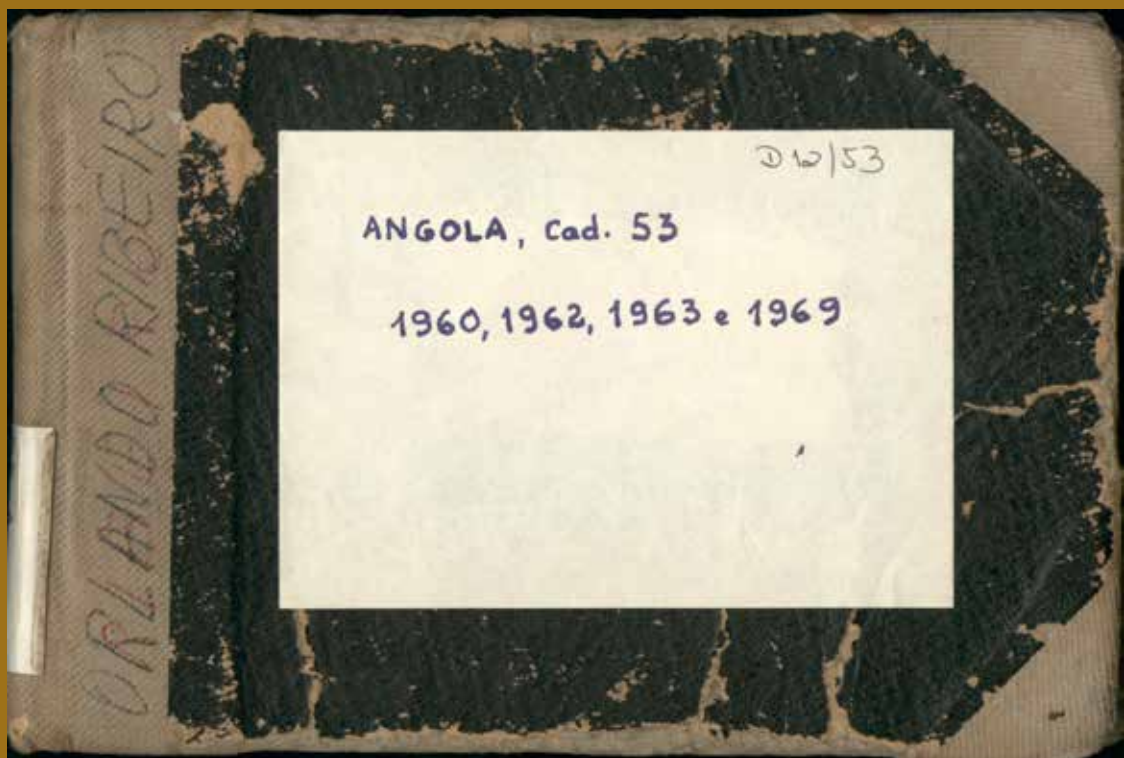


Figura 1. Capa do Caderno de Campo n°53, Orlando Ribeiro, BNP

Orlando Ribeiro e o caderno de campo nº53 (Angola): uma reconstituição possível

João Sarmento

Docente no Departamento de Geografia
Investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
j.sarmento@geografia.uminho.pt

Este texto resulta de uma aula que se centrou nas campanhas que o geógrafo Orlando Ribeiro realizou a Angola na década de 1960, campanhas essas integradas na Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (1960-1973), por sua vez enquadrada na atividade científica no império colonial português entre o final da Segunda Guerra Mundial e as independências africanas. Em particular, debruçou-se sobre o seu caderno de campo de Angola, o caderno nº 53, cuja análise está em publicação (Sarmento, no prelo). Em traços gerais, a aula procurou apresentar o caderno de campo como fonte de informação científica, e neste caso específico, o modo como a informação desta fonte pode ser cruzada com outras fontes disponíveis, no objetivo de reconstituir e analisar o mais detalhadamente possível as viagens científicas do geógrafo Orlando Ribeiro em Angola.

Orlando Ribeiro e o trabalho de campo

O geógrafo Orlando Ribeiro (1911-1997), fez a sua primeira grande viagem quando tinha 24 anos. Foi uma viagem de paquete pela África atlântica, no contexto do I Cruzeiro de Férias às colónias, um cruzeiro científico colonial, com várias incursões nos territórios portugueses africanos. Incluiu um itinerário de cerca de duas semanas em Angola. Anos mais tarde, fez várias viagens a Angola (1960, 1961, 1962, 1963 e 1969), no contexto da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (Sarmento, no prelo). Comprometido com uma geografia que nasce da observação e da interpretação da paisagem, o trabalho de campo foi sempre

central para o seu modo de fazer geografia. Orlando Ribeiro foi um notável “produtor” de cadernos de campo, sendo que 63 destes documentos estão depositados no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal, e refletem o trabalho de campo desenvolvido entre 1932 e 1985. Partindo do conhecimento do caderno de campo referente a Moçambique (Sarmiento, Brito-Henriques & Daveau, 2013), e da análise do caderno de campo referente a Angola, pode-se afirmar que os cadernos de campo neste período (1960-1969) não servem como suporte para o registo factual de elementos da viagem. Neles não encontramos amiúde datas, horas, etapas, locais, distâncias, onde o geógrafo parou para comer ou dormir, com quem se encontrou ou mesmo com quem viajava. Aliás, a sequência das anotações do seu caderno, não raras vezes atropela a sequência do seu itinerário, o que torna a sua interpretação bem mais complexa do que a de cadernos de campo de outros investigadores. Apesar de conterem alguns dados crus sobre o povoamento ou a economia agrária, os cadernos de campo são sobretudo um repositório de memórias, instrumento que serve para reflexão posterior, e para confronto com outras fontes, fotografia incluída, que podem ou não comprometer as observações registadas.

Documentos privados tal como os diários, os cadernos de campo serviam para Orlando Ribeiro fixar memórias para posteriormente estabelecer um diálogo consigo próprio. Os cadernos contêm diversos desenhos e esboços, desde plantas de casas, de aldeias, ou do relevo, que complementam descrições e se articulam com as fotografias que tirou. Contrastando com os seus cadernos impacientes, mas nem por isso menos valiosos, está a escrita elegante e rigorosa da generalidade dos seus textos, e a serenidade do ritual do uso do fotómetro, para avaliar as condições de luminosidade, passando depois à captura de imagens equilibradas, tranquilas, e bem enquadradas. Os apontamentos, esboços e desenhos do caderno de campo serviriam apenas para despoletar memórias de múltiplas conversas nos lugares, das cores, sons e cheiros da e na paisagem, e que mais tarde, em conjugação, seriam peças utilizadas para reconstituir os lugares e a paisagem por onde tinha passado.

O caderno de campo faz também parte de uma parafernália de objetos que Orlando Ribeiro levava para o terreno. Por um lado, nestas ocasiões em Angola, veste-se a rigor para o trabalho de campo, e consoante o tipo de terreno e estado de tempo, usa chapéu de explorador ou boina, botas

ou sapatos resistentes, e calções, quando o tempo aconselha. Por outro lado, entre os seus objetos pessoais estão, a tiracolo, uma ou duas máquinas fotográficas e um fotómetro, complementados pelo caderno de campo. Há ainda outros objetos ou instrumentos de trabalho que são de uso coletivo ao grupo de investigadores, como sejam bússolas, altímetros, martelos, este-reoscópios e rolos de fotografia ou *slides*. Centrais para o trabalho de campo do geógrafo eram os mapas e plantas, de diversas tipologias e a várias escalas, sendo difícil estabelecer que materiais cartográficos seriam levados para o campo. Para além disto, nas campanhas da missão, há um conjunto vasto de material de apoio que é transportado no(s) jeep(s).

O caderno de campo de Angola, nº 53

O caderno de campo nº 53 é um bloco com capa rija preta, de 14,8 x 21,0 cm, com folhas quadriculadas, escrito na vertical, abrindo a capa para cima. Orlando Ribeiro escreveu 253 páginas, e não há um padrão de quantidade de texto por página. Por vezes, quando os esboços o pedem, utiliza o caderno na horizontal, e em quatro ocasiões aproveita duas páginas sucessivas para fazer um esboço em vista panorâmica. Na interpretação deste caderno de campo cruzaram-se diversas fontes. Em primeiro lugar foi usado um conjunto de fontes manuscritas não publicadas. Entre estas, estão as agendas pessoais de Orlando Ribeiro, parte integrante do seu espólio existente na Biblioteca Nacional de Portugal, e que contêm algumas anotações breves, como nomes, números de telefone, pagamentos, mas também informação sobre lugares e horas, e concorrem, em alguns casos, para a reconstituição dos itinerários. Em segundo lugar, consultaram-se brevemente os seis cadernos de campo de Angola de Ilídio do Amaral, que abrangem o período entre 1969 e 1974, e o caderno de campo de Angola de Suzanne Daveau, referente a 1969. Todos estes documentos estão em coleções privadas e não estão publicados. Em terceiro lugar, consultou-se correspondência particular diversa, quer no espólio particular de Suzanne Daveau, quer no espólio de Orlando Ribeiro na Biblioteca Nacional de Portugal. Em quarto lugar, consultou-se o espólio fotográfico de Orlando Ribeiro, existente na Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Foram visualizadas 304 fotografias catalogadas como sendo de Angola. Complementou-se esta fonte de informação com fotografias de Angola do mesmo

espólio, da autoria de Suzanne Daveau e de Pierre Gourou de 1962. Por fim, e de grande importância para o trabalho de interpretação, consultou-se a documentação oficial sobre a Missão de Estudos de Geografia Física de Angola (1958-1961), sobre o Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar (1958-1973), e sobre a Missão de Geografia Física e Humana ao Ultramar (1961-1973), que está disponível no arquivo do antigo Instituto de Investigação Científica Tropical, que hoje pertence à Universidade de Lisboa.

Conclusão

O caderno de campo nº 53 é um documento valioso para interpretar o trabalho de Orlando Ribeiro em Angola no quadro do colonialismo tardio, e para compreender a geografia que praticava, uma geografia que resulta da mistura de território e civilizações. Por um lado, põe em evidência a vertente naturalista do geógrafo, e ao longo das suas páginas e esboços, o caderno sublinha os traços físicos da paisagem. Por outro lado, o caderno revela o profundo interesse e respeito de Orlando Ribeiro pela cultura dos povos e suas tradições. O povoamento e habitat rural têm, nos seus cadernos, um lugar de destaque. Da observação e de inquéritos espontâneos e contactos livres com as populações, Orlando Ribeiro assinala o cultivo dos campos, a rega, a criação de gado, regista o preço de sementes, e o lugar dos mercados, o rendimento dos produtos, o que se come e como se preparam as refeições, convivendo com pessoas de todas as condições sociais. No contexto do povoamento, os colonatos são um dos temas-chave das viagens e dos cadernos de campo. Apesar de ter identificado exemplos de integração, como em Benguela, o que registou foi o sintoma profundo do “fosso cada vez mais largo” que se cavou entre povos, e de uma colonização que foi um fracasso. A par da colonização branca, Orlando Ribeiro foi tomando notas sobre o seu fascínio pela complexa civilização agrária dos Ovimbundo, e deslumbrou-se com os Bochimanes. Orlando Ribeiro defendeu a necessidade de estudos geográficos sobre este povo e esta civilização de recoletores que viviam entre os rios Cunene e o Cubango, no Sul de Angola, que abdicavam da cultura material em benefício de uma harmoniosa integração com um habitat hostil, e que estava à beira de se perder.

Fontes

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL/D12/60-69. Espólio Científico de Orlando Ribeiro
[Caderno de campo 53: Angola],1960 – 1969, 253p.; 14,8 cm x 21,0 cm

Bibliografia

RIBEIRO, O. (1975). *Destinos do Ultramar*. Lisboa: Livros Horizonte.

RIBEIRO, O. (2014). *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

SARMENTO, J., BRITO-HENRIQUES, E. & DAVEAU, S. (2013). I. Enquadramento. O Caderno de Campo de Moçambique de Orlando Ribeiro e o seu contexto. In Sarmento, J e Brito-Henriques (Eds.), *Orlando Ribeiro Cadernos de campo Moçambique 1960-1963* (pp.13-33). V. N. de Famalicão: CEAUP, Edições Húmus.

SARMENTO, J. (no prelo)(Ed.). *Orlando Ribeiro Cadernos de campo Angola 1960-1969*. V. N. de Famalicão: Húmus.



Figura 2. Fotografia 8189, Orlando Ribeiro, Fototeca CEG, ULisboa

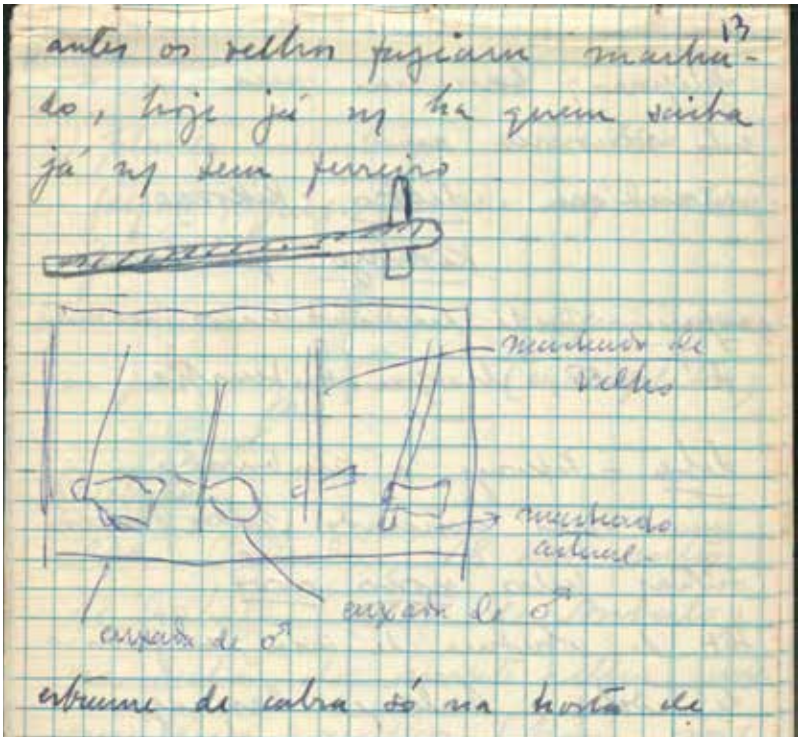


Figura 3. Excerto da página 13, Caderno Campo de Angola nº 53, Orlando Ribeiro, BNP



Reação

por Carolina Pinto Couto¹ and Saraa Shrbaji²

¹ Estudante de Mestrado em Arquitetura
Universidade do Minho
carolinapintocouto@gmail.com

² Estudante de Doutoramento em Arquitetura
Escola de Arquitetura, Universidade do Minho
sarahshrbaji@hotmail.com

João Sarmento's first seminar about Africa presented a set of survey tools that were used by geographers to explore Africa during the Portuguese colonization period in the 20th century. At that time, the commonly used research methods in Geography had specific field tools that consisted, among others, of field diaries, or notebooks, and analogic photography cameras. Field tools, which accompanied explorers who traveled for research, were adapted to remain a memoir of what was observed and studied. The field diaries and photography — survey tools for recording, communicating, and representing — were a central part of governmental-funded missions, as well as, institutional missions to experience geography at academia. The seminar mainly focused on the field diaries of the Portuguese geographer Orlando Ribeiro, the missions which he organized and participated, as well as their relevant characteristics and the work methods used (see Sarmento & Brito-Henriques, 2013).

In Sarmento's contextualization, that period of time (mainly the 1960s) is a testimony that geographers' relation with space goes beyond mapping regions and the use of physical cartographies (Hull, 1994). It beholds essential knowledge related to the research field of site visitations — for scanning and analyzing a geographical context and its human aspects. Orlando Ribeiro comes from a generation of geographers who used the field diary as a foundational instrument, often unique and irreplaceable, and drawing as a useful tool for scrutinizing the landscape. This practice was mostly lost as technology enabled other forms of representation and study (Kenyon, 2006). Instead of adding photography and video to the existing practice, the contemporary facilitation dictates that the field diary has been almost completely replaced. Not only in Geogra-



Figure 1. Andreas Rumpfhuber. *Architecture of Immaterial Labour* 6/8
Hans Hollein. Mobile Office - <https://www.youtube.com/watch?v=RKSWEW7vYak>



Figure 2. *The mobile office in use, while being observed by others*
http://www.hollein.com/var/ezwebin_site/storage/images/projekte/mobiles-buero-mobile-office/000_mobiles_buero_01.jpg/5708-2-ger-DE/000_MOBILES_BUeRO_01.jpg_projectimage.jpg

phy, but across many other fields of knowledge, drawing and “the thinking hand” were downplayed as useful and practical work tools, often shifting to the “less respected” or secondary position of mere illustrations. In the field of architecture, in Portugal at least, there is still great resistance to the abandonment of hand-drawing. From early on in their studies, students are taught that drawing is a foundational tool in spatial practice and theory. A useful drawing, which is very different from a beautiful drawing, has a clear purpose, as it serves for: I. knowing II. thinking and / or III. representing.

In the practice of architecture, which consists of the intervention of any medium with pre-existences, these following three steps are inseparable: knowing the environment, working on it, and representing the result, through drawing. In other fields of knowledge, the process of drawing may differ and may be deconstructed in other ways. Whatever the drawing process or purpose is, knowing an object (building, body, or landscape) through drawing, implies its exhaustive and repeated scrutiny. It is from drawing, whether for representation, thought or discovery, that fundamental aspects of the object are assimilated. These elements are often invisible in photography or textual description. When “thinking with the hand”, we do not necessarily arrive at a conventionally beautiful drawing, because that is not the purpose. By contrast, and since it is a working method, we may reach results or discoveries.

When studying the practical method of drawing and/or annotation in field diaries, one may question the travel behavior of the person who produces this work — the proper mediator and projector of the surrounding environment onto the field diary. Regarding this question, the 20th century — especially due to the Avant-Garde movements as consequences of experimentations of the arts and crafts — contained various explorations in the practice-based field of social and cultural humanities by improving annotation and transport research works during site visits. In the case of Hans Hollein, a 20th century Austrian architect and artist, who went beyond the canonical norms of field-works, his travel behavior consisted of a more eccentric, almost futuristic attitude and look towards innovation and creativity. In 1969, Hollein created a mobile office as an experimentation, projecting a survey office-capsule that is portable, not to mention its practicality in function and assembly as it can be easily folded and carried (as seen in Figure 2). For him, exploring space is that of making it as

practical and comfortable as possible. His idea of a field diary thus is to cooperate instant annotation and registration of what he observes from his landscape interpretation, overlooking through his transparent office, as well as facilitating this space to operate as an actual office. Despite having worked during the same period of time, most likely Orlando Ribeiro was not aware of Hollein's mobile office. Thus, we can only speculate how Ribeiro would have developed this mobile office in practice to adapt it to his missions in Africa, and conceivably producing a very different and detailed type of work.

Bibliography

- KENYON, S. (2006). The 'accessibility diary': Discussing a new methodological approach to understand the impact of Internet use upon personal travel and activity participation. *Journal of Transport Geography*, 14, 123-134. <https://doi.org/10.1016/j.jtrangeo.2005.10.005>
- HULL, S. (1994). Mapping migration: experiencing Geography through travelers' diaries, *Journal of Geography*, 93(4), 172-179. <https://doi.org/10.1080/00221349408979716>
- SARMENTO, J., & BRITO-HENRIQUES, E. (2013). *Orlando Ribeiro: Cadernos de campo: Moçambique, 1960-63*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.



Memória cultural e cinemas africanos: uma reflexão breve

Isabel Macedo

Investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
isabel.macedo@ics.uminho.pt

A mediação da memória

Os filmes desempenham um papel fundamental no modo como vemos e avaliamos determinados eventos históricos. A visualização e discussão desses produtos visuais pode contribuir para uma compreensão mais aprofundada da história e da memória coletiva e para o desenvolvimento de indivíduos mais reflexivos e autoconscientes.

As investigações sobre memória com vítimas de traumas coletivos, como o Holocausto, as grandes guerras ou o colonialismo, evidenciam formas narrativas complexas de construção e reconstrução mnemónica. As práticas de memória humanas estão envolvidas em ambientes, “sistemas de significado, vidas e mundos históricos em ação e interação; são atividades dentro de ordens culturais, que são elas próprias sujeitas a mudanças históricas” (Brockmeier, 2010, p. 27). Uma parte importante dessas ordens culturais são os média, as tecnologias e outros dispositivos com os quais a lembrança humana esteve sempre intimamente ligada.

A memória cultural compreende um corpo de imagens e textos, específicos em cada sociedade e cada época, que contribuem para difundir a sua autoimagem. Assenta na comunicação através dos média (Erll, 2008). As tecnologias mediáticas, como o filme, podem ampliar o contexto temporal e espacial de lembrança. O cinema tem uma forma específica de produzir lembranças, de gerar imagens que podem contribuir para moldar o imaginário coletivo sobre o passado.

O papel dos média na mediação da memória, interligando o passado e o presente, tem sido alvo de vários estudos nas últimas décadas. A mediação da memória é um processo cultural levado a cabo por vários agentes – indivíduos, tecnologias, convenções, instituições, etc. Tanto a memória quanto os média constituem intermediários entre o indivíduo e

a sociedade, e entre o passado e o presente. A memória pessoal, enquanto fenómeno cultural, engloba tanto as atividades quanto os produtos da lembrança. Inscrevemos experiências no presente para facilitar lembranças futuras; tais inscrições são filtradas por convenções discursivas, práticas sociais e culturais e ferramentas tecnológicas.

Uma câmara de vídeo digital, por exemplo, permite a recolha de imagens, para editar e formatar o vídeo caseiro de uma criança em episódios bem definidos, completos, com títulos ou sons editados, para que se assemelhe a uma produção televisiva. Publicar fotografias nas redes sociais, adicionando um céu azul ou uma palmeira, num destino de férias, pode indicar a intenção de retocar ativamente uma memória particular. Os indivíduos não produzem apenas objetos ou registos para recordar, mas fabricam também memórias como declarações de si mesmos.

Testemunhos de eventos passados, quando registados em filme, passam a fazer parte de um discurso mais amplo, capaz de influenciar acontecimentos e estados de espírito. Muitos cineastas fazem parte de uma rede mais alargada de indivíduos que se envolvem na luta contra o esquecimento, sendo influenciados, por vezes de modo profundo, pelas relações estabelecidas no processo de filmagem.

Contestando narrativas oficiais, vários documentários têm produzido uma linguagem com a qual conceptualizam, problematizam e reimaginam alguns dos aspetos não resolvidos do passado colonial. Estes filmes constituem formas coletivas de contra-memória, que podem ser mobilizadas para desafiar a memória coletiva hegemónica, oferecendo a grupos excluídos socialmente um sentido de identidade. Estas contra-memórias, podem contribuir para transformar narrativas dominantes e ajudar a uma compreensão mais plural do passado.

Os planos longos de rostos desempenham um papel essencial na estrutura dos filmes de ficção, uma vez que servem para suscitar respostas empáticas no público. O mesmo se aplica ao documentário. Nos filmes com testemunhos, os *close-ups* prolongados de rostos humanos, para além de fornecerem uma parte importante da evidência (a oportunidade de analisar elementos não-verbais de comunicação), também nos permitem, como público, agir como ouvintes recetivos e empáticos, “participando”, mesmo que de forma remota, no processo de testemunho.

Cinemas africanos

Devido à história deste continente e à sua relação atual com impérios anteriores, as questões decorrentes da pós-colonialidade dominaram, inevitavelmente, os estudos sobre o cinema africano, bem como os discursos críticos. No entanto, enquanto meio de expressão artística de massa, o cinema herda certas características fundamentais que se desenvolveram ao longo de eras e movimentos anteriores, assim como a partir de outras formas de arte.

Em *The Wretched of the Earth* (1968), Frantz Fanon analisa as produções culturais dos nativos definindo três fases distintas da evolução cultural entre os povos colonizados: (1) assimilacionista (identificação com a potência ocupante); (2) nacionalista cultural (resistência às tentativas de assimilação); (3) nacionalista (revolução da literatura dos povos colonizados). Este esquema permite também descrever os diferentes momentos que o cinema africano atravessou em termos de manifestação de realidades sociopolíticas e preocupações estéticas.

Tal como acontece nas produções literárias, os cinemas africanos também assumem uma perspectiva multifacetada. O cinema autorreflexivo (Beus, 2011) no contexto africano ganha legitimidade e força, na medida em que não só reconhece os seus legados euro-coloniais, mas também atua, abertamente, como autocrítica, ao revelar os princípios da sua própria produção.

Em 1992, Manthia Diawara publicou o seu primeiro livro sobre a história do cinema em África, remontando ao período colonial e ao uso de filmes coloniais em várias regiões do continente. A obra *African cinema: politics and culture* aborda a história e o estado atual do cinema em África, apontando as dificuldades na produção e distribuição dos filmes. A obra *African film: new forms of aesthetics and politics* (2010) do mesmo autor, alerta, mais uma vez, para os problemas de distribuição, para a falta de instalações técnicas e a falta de financiamento para o cinema.

O livro *Black African cinema* (1994), de Ukadike, também apresenta uma análise do desenvolvimento do cinema em África, contextualizando histórica e culturalmente as produções fílmicas. O autor afirma que os filmes coloniais contribuíram para justificar mobilizações militares e a “missão civilizadora” do homem branco, tendo, deste modo, fornecido uma falsa perspectiva através da qual o continente deveria ser visto.

Tcheuyap (2011) argumenta que, com a onda de violência e alienação que o colonialismo impôs, os negros foram compelidos, como Frantz Fanon (1968) observou, a reconsiderar o papel da cultura e a sua representação. Para Fanon, a cultura deve tornar-se “nacional” e contribuir para a libertação política. Foi assim que o cinema “africano” passou a ser visto, como essencialmente militante. Depois da independência e com o poder de representação conferido pela câmara, o cinema teve um papel determinante na construção da nação. Em vários países, como Moçambique, o cinema participou da estratégia política de libertação.

Moçambique foi o único país africano em que o governo criou um Instituto Nacional de Cinema (INC) imediatamente após a independência. A sua criação sugere a vontade política de produzir imagens como um meio de comunicar material político e histórico a um vasto território. Após a independência, procurou-se desconstruir representações polémicas pró-coloniais e construir imagens de moçambicanos independentes e autoconfiantes. Procurava-se construir uma identidade moçambicana que superasse as diferenças étnicas e culturais (Fendler, 2014).

Nos últimos anos têm surgido vários artigos e estudos que clamam por novos paradigmas e análises do(s) cinema(s) africano(s) que levem em consideração a crescente diversidade da produção de filmes no continente. Nas últimas duas ou três décadas, a necessidade de construir uma nação foi ofuscada por uma mudança de enfoque para prioridades mais quotidianas. Isto não significa que os realizadores não continuem a explorar estes temas, mas as suas prioridades parecem integrar agora diferentes componentes de identidades nacionais e sociais que pouco têm a ver com o discurso militante (Tcheuyap, 2011).

O documentário *Uma memória em três atos* de Inadelso Cossa

No filme documentário, o ângulo da câmara é definido de acordo com a impressão que se deseja difundir, a banda sonora escolhida da mesma forma e a narrativa construída de acordo com os significados que se pretende veicular. O documentário não reproduz o mundo, o que é mostrado constitui uma projeção do discurso do cineasta sobre os objetos, povos e espaços filmados. Deste modo, os documentários representam uma “visão particular do mundo” (Nichols, 2001/2010) numa linguagem que

combina imagens, cores, som, ângulos de câmara, espaços e personagens (Niang, 2017).

Ao oferecer comentários e reflexões sobre experiências do passado, documentários como *Uma Memória em Três Atos* (2016), de Inaldeso Cossa, intervêm no debate sobre a historiografia e a representação do passado colonial em Moçambique. Este filme dá voz a moçambicanos que se viram silenciados durante o regime ditatorial português (obrigados à clandestinidade, presos, torturados). O realizador apresenta-nos os testemunhos de ex-presos políticos que regressam aos lugares e às memórias do passado, reconstruindo as suas lembranças sobre a tortura, os espaços, os movimentos pelas lutas de libertação, etc. Inaldeso Cossa, como outros cineastas, procura preencher as lacunas da historiografia, reconstruindo representações da história, através de testemunhos de pessoas que viveram experiências de repressão e violência no período colonial, confrontando esta realidade com as narrativas oficiais. Documentários como este podem contribuir para promover a reformulação da memória coletiva. Ao partilhar memórias (de arquivo e testemunhos individuais), constitui uma ferramenta política, que mantém a memória coletiva viva e mais plural.

Bibliografia

- BEUS, Y. (2011). Authorship and criticism in self-reflexive African cinema. *Journal of African Cultural Studies*, 23(2), 133-152. <https://doi.org/10.1080/13696815.2011.637883>.
- BROCKMEIER, J. (2010). After the archive: remapping memory. *Culture & Psychology*, 16(1), 5-35. <https://doi.org/10.1177/1354067X09353212>.
- COSSA, I. (Realizador). (2016). *Uma memória em três atos* [Filme]. Moçambique: 16mmfilmes.
- DIAWARA, M. (1992). *African cinema: politics and culture*. Bloomington: Indiana University Press.
- DIAWARA, M. (2010). *African film: new forms of aesthetics and politics*. Nova Iorque: Prestel USA.
- Erl, A. (2008). Literature, film, and the mediality of cultural memory. In A. Erl & A. Nunning (Eds.), *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook* (pp. 389-398). Berlim: Walter de Gruyter.

- FANON, F. (1968). *The wretched of the earth*. Nova Iorque: Grove Press.
- FENDLER, U. (2014). Cinema in Mozambique: new tendencies in a complex mediascape. *Critical Interventions*, 8(2), 246-260. <https://doi.org/10.1080/19301944.2014.940245>.
- NIANG, S. (2017). Fiction and documentary African films: narrative and stylistic affinities. *Critical Interventions*, 11(3), 228-235. <https://doi.org/10.1080/19301944.2017.1401377>.
- NICHOLS, B. (2001/2010). *Introduction to documentary*. Indianapolis: Indiana University Press.
- TICHEUYAP, A. (2011). African cinema(s). *Critical Interventions*, 5(1), 10-26. <https://doi.org/10.1080/19301944.2011.10781397>.
- UKADIKE, N. F. (1994). *Black African cinema*. Berkley: University of California Press.



Reação

por Leida Tavares da Costa¹, Luiz Daminello² e Saraa Shrbaji³

¹ Estudante de Mestrado em Engenharia Urbana
Escola de Engenharia, Universidade do Minho
leida.costa1993@gmail.com

² Estudante de Doutorado em Estudos Culturais
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
luadridam@gmail.com

³ Estudante de Doutorado em Arquitetura
Escola de Arquitetura, Universidade do Minho
sarahshrbaji@hotmail.com

A memória cultural

Em 1898, no artigo intitulado “Représentations individuelles et représentations collectives”, Durkheim (2002) estabeleceu a representação individual como objeto de estudo da Psicologia e, por sua vez, a representação coletiva como objeto de estudo da Sociologia. A partir desse princípio, Serge Moscovici e Maurice Halbwachs irão construir as suas análises sobre as representações e as memórias de um indivíduo, para fundamentar o peso da sociedade e da cultura em tais processos. Enquanto Halbwachs (1992) elaborou a sua teoria sobre memória coletiva, Moscovici (2000) reelaborou o conceito original de representação coletiva de Durkheim, tendo em consideração as transformações da sociedade no século XX, distinguindo-as das sociedades tradicionais observadas por Durkheim. O mundo urbanizou-se e industrializou-se, as relações tornaram-se mais velozes, dinâmicas e flexíveis, e os meios de comunicação eletrônicos proporcionaram uma interação e comunicação mais velozes e massivas.

Halbwachs (1992) propôs a memória como um fenómeno prioritariamente coletivo. Não que a memória individual seja negada, mas diante da interação social extremamente dinâmica, a memória social tem um lugar maior na vida do indivíduo, através de noções socialmente construídas no tempo e no espaço, tais como o trabalho, a escola, a família e a religião. Aparentemente, Halbwachs (1992) diferenciou a “memória coletiva”, ou a memória de grupos, de “memória social”, que se referiria à memória de toda uma sociedade.

Para Moscovici (2003), a memória social é formada pelas imagens mentais, partilhadas socialmente em permanente elaboração, através de processos comunicativos, interpessoais e mediáticos. Contudo, em termos da memória social, percebemos que recordar algo é muito mais do que simplesmente relembrar factos. É um processo de reconstrução, seletivo e parcial, que depende das pertenças sociais do indivíduo. Ao recordarmos um acontecimento, já estamos a contribuir para a sua memória social, que poderá mais tarde ser “revivido” ou rememorado por outras pessoas.

A memória é o principal conceito na formação das identidades. Jan Assmann (2008) afirma que a “memória é a faculdade que nos capacita a formar uma consciência de nós mesmos (identidade), quer a nível pessoal quer a nível coletivo” (Assmann, 2008, p. 109). Esta deve-se distinguir em três níveis: nível interno (memória individual), nível social (memória comunicativa) e nível cultural (memória cultural). Estes dois últimos níveis representam uma distinção que Assmann faz do conceito de memória coletiva de Halbwachs. A memória comunicativa seria uma memória não institucionalizada, transmitida pela comunicação entre os membros de uma sociedade. Os símbolos adquirem grande importância e, quando não estão presentes num grupo, são criados através de instituições mnemônicas, tais como monumentos, museus e bibliotecas, para que funcionem como lembranças (Assmann, 2008). A memória cultural, assim como a memória comunicativa, também é memória social, precisamente porque o processo de recordar é social, uma vez que os pontos de referência que cada indivíduo utiliza para codificar, armazenar e recuperar informação, são definidos socialmente.

O século XX apresentou uma revolução em termos de expressão de significados com o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação de massa, que têm no cinema um dos maiores representantes. Mais do que a fotografia, que permite o registro de um instante, o cinema passou a registrar o movimento, a passagem do tempo, e tornou-se um documento histórico da sociedade, um discurso sobre o passado, um objeto de memória cultural. Adquiriu um poder único de se tornar a imagem de uma memória coletiva, em dimensões até então impossíveis, pela capacidade da sua reprodutibilidade técnica e alcance mundial. Representa na atualidade um dos meios mais importantes que temos para registrar e organizar a nossa memória social.

A partir destes conceitos poderíamos analisar a memória social em lugares concretos de África, tendo em conta que o cinema se assume como uma das mais importantes representações sociais do mundo colonial, da colonização e dos colonos e colonizados, bem como da descolonização do conhecimento e pensamento. A documentação e a narrativa da realidade, ou a ficcionalização e suposição do que poderia ter sido uma realidade não documentada, uma semelhança com o real, uma neofiguração (Baudrillard, 1983), é uma amálgama da “verdade e da justiça”, sobre a relação com o outro e a compreensão sobre os contextos existentes. Interpretar e dissecar as narrativas sociopolíticas dominantes sobre o processo de colonização, é uma forma de se procurar a descolonização do conhecimento e do pensamento (Mignolo, 2003).

Dois filmes moçambicanos

O cinema de Moçambique que aborda o período pré-independência, durante a guerra de libertação, produziu um importante número de filmes sobre a luta pela independência. Além de retratar a repressão associada ao regime ditatorial de Salazar, os massacres e os ataques à dignidade do povo moçambicano, também mostram as vivências do quotidiano quando muitos iniciaram a luta pela independência em busca de melhores condições de vida.

Usamos dois exemplos de filmes moçambicanos neste texto, filmes estes escolhidos a partir de um conjunto mais alargado que foi discutido em sala de aula. Começamos com o documentário *Uma Memória em Três Atos* (Cossa, 2016), primeira longa-metragem do moçambicano Inadelso Cossa. Narrado por alguns participantes do Movimento de Libertação de Moçambique, o documentário funciona como um “lugar de memória” (Nora, 1984), e assume a função de se tornar um documento, um corte material de uma unidade temporal que serve como lembrete que se concentra num evento definidor da história de Moçambique. Assume-se como o que resta de um evento, cujos registos foram apagados. O filme apresenta personagens que participaram do Movimento de Libertação de Moçambique. Logo no início, a narração feita pelo jovem cineasta revela que ele próprio não faz parte daquele tempo. O tema em discussão é o domínio português em Moçambique no período colonial e as perseguições

políticas que aconteceram na década de 1970. Porém, na impossibilidade de exibir a história, devido à grande ausência de documentos disponíveis – os arquivos do período foram destruídos pelo governo português – ele opta pela memória. Não a sua memória pessoal, mas uma memória coletiva, narrada por alguns participantes do Movimento de Libertação de Moçambique. O realizador não deixa de expressar as dificuldades em encontrar material de arquivo sobre o período da sua pesquisa, visto que a maioria daquilo que resistiu até à atualidade é um conjunto de imagens que funcionam mais como propaganda do governo da época do que como memória de um tempo tomado pelo horror das perseguições políticas. O filme costura assim uma narrativa assente em depoimentos, construindo uma fonte única de memória cultural sobre os factos.

O segundo filme que ilustra a questão em discussão é *Virgem Margarida* (Azevedo, 2013). Este filme retrata a “nova era” de Moçambique, depois da independência. Este é um tempo em que o novo regime político pretendeu “varrer” as ruas do centro da cidade, onde se concentravam mulheres que se prostituíam e andavam na “má vida”, assim dizem as personagens deste filme. Como consequência, muitas mulheres foram levadas para um campo de reeducação. Este filme é composto por personagens com características diversas, no que diz respeito ao seus hábitos, costumes, culturas e tradições, que as distinguem umas das outras, apesar de serem do mesmo país. “Virgem Margarida” é uma mulher virgem que é levada para esse mesmo campo de reeducação. Embora sendo uma jovem do campo, teria ido pela primeira vez à cidade, acompanhada pela tia, com o intuito de comprar roupas para o casamento. Capturada por engano, para completar a sua desgraça, acaba por ser violada pelo camarada “Felisberto”. Antes de chegarem ao campo de reeducação, percebe-se bem o choque cultural entre as diferentes personagens. O filme questiona precisamente a complexidade de união entre a diversidade. Com o desenrolar do filme, percebe-se que o principal objetivo do “campo de reeducação” seria o de “limpar as cabeças destas mulheres”, assim dizia a Camarada Maria João, ensinando-as a ser boas mães, boas esposas, a fazer a machamba (cultivo do milho e feijão), e a construir as suas próprias casas. Assim que estas mulheres chegam ao campo, encontram apenas mato, o que as obriga a abrirem estradas, construir abrigos e desenvolverem saneamento. Neste campo de reeducação, assistimos a casos de misticismo, bruxaria e mitos, assuntos que para

algumas mulheres do grupo diverso, principalmente as que viviam na cidade, eram surpreendentes.

Estas produções cinematográficas e espetáculos funcionam como arquivo de eventos que ocorreram em momentos de adversidade, injustiça e preconceito, que ascenderam para representar a identidade de pessoas cujas histórias não foram contadas. A documentação e a narrativa da realidade ou a ficcionalização e suposição do que poderia ter sido uma realidade não documentada, uma semelhança com o real, uma neofiguração (Baudrillard, 1983, p. 33) é uma reunião da verdade e da justiça – sob a prática de se relacionar com o outro e compreender o contexto do outro.

Como argumentou Baudrillard no texto de 1983, “Simulation and Simulacra”, a representação pode ser vista como uma nova injeção de uma memória do passado por motivos nostálgicos. Mas, em outros casos, como no cinema moçambicano dos períodos pré e pós-independência, a insurreição de um processo de representação mais contemporâneo é muito evidente na mensagem veiculada no interior da identidade cultural moçambicana. Embora a identidade seja influenciada por eventos multifacetados, que adaptam o desenvolvimento cultural de alguém, a identidade vista no cinema moçambicano relaciona-se com os eventos antagônicos de colonização e independência. Constitui-se como progressista a ideia de realçar a discriminação, o trauma e a tolerância da opressão, na medida em que já não foge à realidade e atualidade do tempo. Documentar o tempo, numa perspectiva histórica, abraçando ativamente o que a história escondeu e procedendo com uma atitude evocativa, contribui para a “descolonização de nosso pensamento”, e para a constituição de representações emancipadas.

Bibliografia

Assmann, J. (2008). Communicative and cultural memory. In A. Erll & A. Nünning (Eds.), *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook* (pp. 109-118). Berlim/Nova Iorque: De Gruyter.

BAUDRILLARD, J. (1983). *Simulation and simulacra*. Nova Iorque: Semiotext(e).

- DURKHEIM, É. (2002). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et de Morale*, tome VI, mai 1898 – Édition électronique. Retirado de http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/Socio_et_philo/ch_1_representations/representations.pdf.
- HALBWACHS, M. (1992). *On collective memory*. Chicago: University of Chicago Press.
- MIGNOLO, W. (2003) *Histórias locais/Projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- MOSCOVICI, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- NORA, P. (1984). *Les lieux de mémoire*. Paris: Galimard.

Filmografia

- Azevedo, L. (Realizador). (2013). *Virgem Margarida* [Filme]. Moçambique, Portugal, França: Ebanó Multimédia.
- Cossa, I. (Realizador). (2016). *Uma memória em três atos* [Filme]. Moçambique: 16mmfilmes.



M. L. COOPER
1989

Comunicação, cultura, participação e desenvolvimento: o caso *No Trilho de Malangatana*

Lurdes Macedo

Docente na Universidade Lusófona do Porto
Investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
mlmacedo71@gmail.com

O conceito de desenvolvimento, entendido como consensual nas primeiras décadas do pós-II Guerra, é atualmente alvo de intensa inquirição, conhecidos que são os limites do modelo no qual assentaram a emergência e a expansão da sociedade industrial, bem como as dificuldades em compatibilizar os elevados padrões de conforto material das sociedades ocidentais com as possibilidades ecológicas do planeta. Com efeito, como bem observa Ribeiro (2018), até o denominado “desenvolvimento sustentável” tem vindo a demonstrar-se insuficiente para responder adequadamente aos problemas provocados pelo capitalismo. Daí que o conceito de desenvolvimento se tenha tornado polissémico, discutível e até mesmo polémico.

Por um lado, deveremos admitir que, pese embora a promoção de tantos planos de desenvolvimento, estamos ainda bem longe de atingir os objetivos a que grande parte dos mesmos se propõem: erradicar a fome e a pobreza extrema ou combater a propagação de doenças há muito controladas no Ocidente. Este é um facto que fica demonstrado pela experiência de África, continente que tem vindo a beneficiar de um enorme investimento por parte das agências de cooperação internacional sem que, no entanto, os seus principais problemas sejam ultrapassados. Por outro lado, os efeitos provocados pelos excessos do modelo de desenvolvimento capitalista, nomeadamente as alterações climáticas, têm vindo a agitar variados setores da sociedade global que, de forma destemida, questionam a ordem instituída. A greve estudantil que antes da pandemia fazia sair semanalmente às ruas de todo o mundo milhões de adolescentes que clamavam pelo futuro sustentável ao qual têm direito, bem como o Sínodo da Amazônia promovido pelo Vaticano em 2019, são exemplos

de mobilização que sugerem uma transição de paradigma para se pensar o desenvolvimento: mais do que promover as condições e reunir os meios para o aumento da riqueza, este deverá ser, antes de tudo, um debate amplamente participado sobre o futuro que as sociedades desejam para si mesmas.

É interessante notar o quanto esta mobilização valida algumas das ideias propostas por Ulrich Beck em *Qu'est-ce le Cosmopolitisme?* (2006). Nesta obra, o autor postulava que a experiência da crise da contemporaneidade e os riscos a ela associados como, por exemplo, as alterações climáticas e as pandemias, nos remetiam para uma enorme transformação social. De facto, se para o passado não existe uma memória global, a confrontação da sociedade planetária consigo mesma fez emergir, pela primeira vez na História, a consciência de um futuro coletivamente partilhado. Esta é uma ideia que interpela um dos grandes legados da perspectiva clássica das ciências sociais, ou seja, o quadro interpretativo do mundo baseado na diferenciação da Humanidade em categorias como a religião, a etnia, a cultura, a classe ou a nação. Tal interpelação remete, nos nossos dias, para a urgência da procura de novos instrumentos analíticos que nos ajudem a compreender a interdependência cada vez mais global entre povos com diferentes culturas.

Face à natureza e à escala desta interdependência – e no quadro da transição de paradigma acima sugerida para se pensar o desenvolvimento – valerá a pena começarmos por nos questionar sobre o modo como pessoas que não partilham da mesma experiência cultural poderão entender-se na prossecução de objetivos comuns. Bennett e Segerberg (2013) reparavam que, há algumas décadas, esta era uma questão pertinente para diplomatas, expatriados e viajantes. Todavia, no tempo presente, caracterizado pela globalização da mobilidade, das migrações, da utilização das tecnologias da comunicação e da perceção dos riscos, esta passou a ser uma questão pertinente para todos. Daí, a necessidade de procurar os novos instrumentos interpretativos da realidade numa abordagem pluri-disciplinar, de espectro largo, que permita acolher as diversas leituras despoletadas pelas múltiplas dinâmicas de relação entre pessoas, bens e ideias características do fenómeno de interdependência global a que assistimos nos dias de hoje.

Com efeito, a Comunicação Intercultural, tal como preconizada por Cabecinhas e Cunha (2017), amplia as possibilidades de darmos conta de

realidades processuais em que se cruzam participantes de várias etnias, religiões e culturas, sem esquecer as condições de desigualdade em que estes interagem, as fronteiras que entre eles se interpõem e, finalmente, a enorme distância que separa as suas interrelações reais da sua eventual convergência. Ao incluir na sua abordagem os processos comunicacionais marcados pelas relações de poder, ou seja, aqueles em que uma das partes se coloca em posição de superioridade (ou de inferioridade) relativamente à outra, esta área do saber constitui-se como apta a observar e a interpretar os diversos padrões de comunicação utilizados pelos protagonistas dos processos políticos, sociais e económicos da contemporaneidade, bem como o seu impacto nos sucessos e insucessos alcançados. É assim que, constituindo-se como conhecimento capaz de esclarecer os desafios impostos pela diversidade e, conseqüentemente, como um conjunto de práticas com aplicabilidade na resolução de necessidades sociais concretas – tais como a integração de imigrantes e de refugiados ou a cooperação com países em desenvolvimento – a comunicação intercultural vai conquistando legitimidade enquanto área autónoma e em crescente afirmação no âmbito das Ciências da Comunicação.

Não se tratando propriamente de um novo domínio do conhecimento, mas antes de uma abordagem cuja riqueza se encontra ainda longe de ser explorada em todo o seu potencial, a Comunicação Intercultural afigura-se como o terreno fértil no qual é possível levantar as questões que mais interessam à relação entre comunicação, cultura e desenvolvimento: de que tipo de comunicação necessita a sociedade planetária para que o debate sobre o futuro seja amplamente participado? Será possível garantir a definição de objetivos comuns quando os intervenientes nesse debate provêm de culturas distintas? Apesar de o esgotamento dos recursos naturais e a emergência climática serem evidentes, estarão as sociedades preparadas para a rejeição do extrativismo, do produtivismo, do consumismo e da competição na configuração de novos modelos de desenvolvimento?

Em boa verdade, apesar de o desenvolvimento se apresentar como preocupação coletiva, a definição das políticas e das estratégias para a sua promoção tem ficado a cargo dos Estados e das organizações internacionais. Tal como observa Ribeiro (2018), nos mais diversos pontos do mundo, estes atores diligenciam as condições e procuram reunir os meios necessários ao aumento da riqueza e do bem-estar das populações, continuando a enquadrar este esforço nas dinâmicas do sistema capitalista.

Esgotadas que estão as promessas desse sistema, será possível continuar a pensar o desenvolvimento sem ouvir a voz daqueles que reclamam um outro mundo e um outro futuro?

É precisamente a partir deste questionamento que deverão ser problematizadas as funções sociais da comunicação nos processos de desenvolvimento empreendidos tanto a Norte como a Sul. Apesar das suas múltiplas possibilidades na condução destes processos, a comunicação é tida em conta, a maior parte das vezes, exclusivamente pela sua função instrumental relativamente às práticas de intervenção e aos objetivos de mudança. O mesmo é dizer que os efeitos da persuasão são largamente mais explorados do que as virtudes da capacitação, quando se planeiam as funções sociais da comunicação em projetos de desenvolvimento. Com efeito, são privilegiadas grandes campanhas de comunicação persuasiva junto a comunidades tradicionais, excluídas dos circuitos de comunicação e de poder, com vista à sua mudança comportamental, em detrimento da utilização de técnicas participativas capazes de as envolver e de as comprometer na construção do seu próprio futuro.

De acordo com Bachan e Raftree (2011), as ferramentas comunicacionais adequadamente planeadas, monitorizadas e avaliadas permitem a amplificação da voz de comunidades tradicionalmente silenciadas, inclusive através das possibilidades que nos são dadas pelas plataformas digitais. Partindo deste pressuposto, o Museu Virtual da Lusofonia investiu num processo de investigação-ação com vista a avaliar a eficácia da utilização de conteúdos concebidos através desta abordagem – ou seja, da Comunicação para o Desenvolvimento (C4D) – na promoção do diálogo intercultural e do desenvolvimento.

Os trabalhos foram conduzidos em Moçambique entre 2016 e 2017 e começaram com uma fase exploratória: uma primeira aproximação ao contexto específico do país, o estabelecimento de contactos com agentes locais e identificação de oportunidades de trabalho com as comunidades, nomeadamente no âmbito da investigação-ação e da produção de conteúdos. Deste modo, foi possível proceder à pesquisa conducente à pré-produção e à rodagem de um documentário para plataforma web que visa reduzir o desconhecimento que os restantes países lusófonos possuem sobre a realidade cultural moçambicana.

O documentário *No trilho de Malangatana* foi idealizado enquanto conteúdo C4D na medida em que, de acordo com alguns interlocutores-

-chave em Moçambique, a vida e a obra de Malangatana – criador que obteve reconhecimento internacional e que se notabilizou em vários domínios, sobretudo nas artes plásticas – têm caído no esquecimento de forma muito acelerada. Entre os factos apontados para fundamentar este posicionamento crítico, os interlocutores enfatizaram o número de obras do artista em espaço público votadas à degradação, algumas em risco de jamais poderem ser recuperadas, bem como a falta de iniciativas públicas em torno do seu legado. A título de exemplo, refira-se que até à data do término da pesquisa para rodagem do documentário (junho de 2017), não havia sido realizada qualquer exposição de Malangatana (1936-2011) em Moçambique, após a sua morte.

As instituições culturais do país, devido às dificuldades com as quais se confrontam, pouco têm podido fazer para impedir este fenómeno. Por outro lado, a família e os amigos de Malangatana, apesar dos seus muitos esforços para manter viva a memória do mais reconhecido criador moçambicano, encontram também muitos obstáculos, sobretudo financeiros, para concretizar o trabalho que gostariam de desenvolver nesta matéria.

A partir da necessidade de preservar a memória da vida e da obra de Malangatana, bem como o seu significado para a cultura e a identidade moçambicanas, foi então iniciado um trabalho de pesquisa de terreno e de planeamento de ações que envolveu todos os que em Moçambique procuram, ainda que sem sucesso, fazer ouvir a sua voz sobre este assunto.

O eixo à volta do qual gravita toda a narrativa do documentário é o extraordinário conjunto escultórico *A Sagrada Casa dos Madjaha*, obra de Malangatana votada à degradação e ao esquecimento num subúrbio de Maputo. A partir deste exemplo particular, faz-se uma revisitação à vida e à obra do criador moçambicano de modo a fundamentar a necessidade de preservar não só o conjunto escultórico, como a sua memória e o seu legado.

A Sagrada Casa dos Mabjahas foi erigida no espaço exterior da antiga fábrica da Mabor, atualmente desativada. Na opinião de Luís Bernardo Honwana, ex-ministro da Cultura de Moçambique, trata-se de uma obra que representava a vontade de Malangatana de abrir novos espaços de diálogo artístico. O conjunto escultórico, erguido ao longo de muitos meses, em alvenaria e metal, atingindo 15 metros de altura, foi inaugurado em 1989. Alguns anos mais tarde voltou a ser objeto de uma intervenção que lhe acrescentou alguns metros. Na base da escultura há painéis que

contam a história dos Mabjahas, a família real que governava o território entre Matalana (aldeia onde nasceu Malangatana) e o Zimpeto (periferia de Maputo onde se encontra a obra). Nos dias de hoje, a Mabor já não existe e todo o seu recinto ficou devoluto e ao abandono. O conjunto escultórico tornou-se de difícil acesso, rodeado que está de mato, conforme documentado no filme. Com o tempo foi sendo esquecido, correndo o risco de ser vandalizado. Restaurar e reabilitar a obra bem como, eventualmente, transferi-la para um local mais central e torná-la parte de um circuito de visitaçao das artes onde já constam muitas das obras do artista parece ser a soluçao, embora não estejam reunidos os meios para tal empreitada. No fundo, o sonho de valorizar a *Sagrada Casa dos Mabjahas* funciona não só como narrativa-mestra de todo o documentário, mas também como recurso simbólico de apelo à valorização da vida e da obra de Malangatana.

O documentário, com a duração de 25 minutos, foi rodado em Moçambique em junho de 2017, com equipamento não-profissional (uma câmara de vídeo doméstica e um *smartphone* Android), num trabalho de equipa entre a investigadora que conduziu os trabalhos no terreno e interlocutores-chave das comunidades envolvidas. Foi depois pré-editado na Universidade do Minho no mês de agosto seguinte e testado com a equipa moçambicana em outubro do mesmo ano. Após a introdução de melhorias sugeridas pela equipa, foi finalmente editado e pós-produzido no Canal 180 no primeiro trimestre de 2018. De salientar que esta experiência de produção de um conteúdo C4D despoletou a preparação de um processo de angariação de financiamento para o restauro de obras de Malangatana no espaço público, incluindo o conjunto escultórico.

Convocados a pronunciarem-se sobre o que desejariam para o seu futuro e mobilizados para a prossecução de um objetivo comum, os participantes neste projeto promoveram um conjunto de ações, nomeadamente a organização da primeira exposição de Malangatana em Moçambique após a sua morte, a exibição comentada do documentário *No Trilho de Malangatana* em vários eventos e a negociação com doadores internacionais para a conservação e restauro de várias obras do artista. Embora ainda não tenha havido qualquer intervenção na *Sagrada Casa dos Mabjahas*, foram já reinaugurados após restauro dois murais de Malangatana: o primeiro, situado no exterior do Museu de História Natural, em Maputo; o segundo, no exterior do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, também em Maputo.

É a partir de dinâmicas de participação como esta que deveremos inquirir a relação entre comunicação, cultura e desenvolvimento, convocando os desafios que tal inquirição coloca à área disciplinar das Ciências da Comunicação e, mais concretamente, à Comunicação Intercultural e à Comunicação para o Desenvolvimento.

Este texto é financiado no âmbito da “Knowledge for Development Initiative”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (nº 333162622) no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”.

Bibliografia

- BECK, U. (2006). *Qu'est-ce le cosmopolitisme?* Paris: Éditions Aubier.
- BACHAN, K. & RAFTREE, L. (2011). *Integrating information and communication technologies into communication for development strategies to support and empower marginalized adolescent girls*. Report prepared for the XIIth UN Round Table on Communication for Development.
- BECK, U. (2006). *Qu'est-ce le cosmopolitisme?* Paris: Éditions Aubier.
- BENNETT, L. & SEGERBERG, A. (2013). *The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics*. Cambridge: University Press.
- CABECINHAS, R. & CUNHA, L. (2017). Da importância do diálogo ao desafio da interculturalidade. In R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação intercultural. Perspetivas, dilemas e desafios* (pp. 7-12). Vila Nova de Famalicão: Húmus
- RIBEIRO, F. B. (2018). *Uma Sociologia do Desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.



O Cesto de Ngungunhane no Museu Nacional de Etnologia

João Sarmento

Docente no Departamento de Geografia, Universidade do Minho
Investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
j.sarmento@geografia.uminho.pt

Este texto resulta de uma aula que teve como foco de debate a ideia de museu colonial e o processo de descolonização dos museus. Na primeira parte, e como ponto de partida, discutiu-se a ideia de coleção e as relações entre coleção, poder, conhecimento, e ética, no contexto dos museus europeus e da cultura material (ver Dudley, 2012; Pearce, 1992). Coleccionar e ter ou fazer uma coleção significa ter posse e poder; ter posse sobre algo que pode ter pertencido a alguém ou que se enquadrava no território ou espaço de alguma comunidade; em certa medida, pode significar ter poder sobre essa comunidade. Enquadrou-se no tempo e no espaço a vontade e o poder de coleccionar, com a criação de gabinetes e museus de história natural, que de espaços de curiosidades e deleite no século XVII e XIX, se transformaram em espaços de estudo, espaços ordenados, classificados e sistematizados em coleções. Em vários contextos imperiais, o acumular das remessas que foram sendo requeridas pelo governo às colónias, foram alimentando as coleções dos museus (ver Penny, 2002), e diversas instituições estiveram implicadas na “circulação e acumulação de objectos, ideias e saberes que remetiam para uma visão sobre o império” (Carvalho, 2015, p. 189). Para além desta discussão, tomamos alguns minutos para refletir sobre a forma como ainda hoje encontramos arranjos urbanísticos, monumentos, estátuas e marcas diversas que celebram e memorializam acontecimentos e que glorificam personalidades, que nos remetem para um passado imperial. Prosseguimos então para um debate panorâmico sobre os museus nacionais em Portugal, tocando em temas/objetos/narrativas que neles encontramos, nunca perdendo de vista a história colonial do país. Do conjunto de museus nacionais, detivemo-nos em particular no processo e significado do surgimento do Museu Nacional da Resistência, a ser localizado na fortaleza de Peniche, lugar que esteve durante alguns anos sob escrutínio, por causa de uma possível transformação em hotel de luxo.

Na segunda parte da aula fizemos uma aproximação ao projeto de investigação “Memórias, culturas e identidades: o passado e o presente das relações interculturais em Moçambique e Portugal”, um projeto que se propõe reinterpretar identidades coloniais e pós-coloniais de Portugal e Moçambique, através das representações e narrativas presentes nas coleções dos museus nacionais de etnologia de ambos os países. É sobre esta segunda parte que este texto versa, mais concretamente sobre uma análise à exposição permanente do Museu Nacional de Etnologia em Portugal.

O Museu Nacional de Etnologia, inicialmente designado Museu de Etnologia do Ultramar, teve a sua génese num equilíbrio frágil entre três tendências ou cursos. A primeira, que, tal como o nome inicial do museu sugeria, era a de ser um museu que retrataria os povos e costumes existentes no império português. Esta era a tendência apoiada pelo governo, através das suas políticas ultramarinas e pela Junta de Investigação Científica que tutelava o museu. A génese do Museu Nacional de Etnologia está fortemente vinculada à cultura Makonde de Moçambique, e aos objetos recolhidos durante a Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português (1957-1961), criada pela Junta de Investigações do Ultramar, em 1956, liderada por Jorge Dias, tendo como assistentes, Viegas Guerreiro e Margot Schmidt Dias. A segunda tendência era a de ser um museu que incluiria objetos e narrativas do mundo rural português da metrópole, que preservaria a cultura de um povo em forte transformação. Uma terceira tendência ou curso, era a de um museu com uma dimensão universalista, incluindo espaços, culturas e povos que extravasassem o império português da altura, incluindo não só o Brasil, país lusófono, mas lugares como povos andinos, ou do sudoeste asiático.

Apesar da importância de Moçambique na génese do Museu Nacional de Etnologia, num total de cerca de 40 000 objetos que constituem o seu espólio, apenas cerca de 3% destes são de Moçambique¹. No contexto da sala de aula, partiu-se de uma interrogação simples, procurando perceber o que o museu nos diz sobre Moçambique na exposição permanente *O Museu, muitas coisas*. Esta exposição, patente ao público desde 31 de janeiro de 2013, estrutura-se em sete núcleos, nenhum deles relacionado com Moçambique (três sobre cultura portuguesa, dois sobre Angola, um com o Mali, e um último sobre Bali, na Indonésia). Para além destes núcleos, a exposição inclui uma longa vitrine com mais de 30 metros, onde se expõem diversos objetos, vídeos e fotografias, organizados cronologicamente, por forma a destacar momentos da vida do museu e dos seus protagonistas principais. No con-

1. Apesar do catálogo da Direção Geral do Património Cultural constarem apenas 337 de Moçambique, incluindo-se apenas aqueles objetos que dispõem de registo informatizado e fotografia (<http://www.matriznet.dgpc.pt>, consultado em setembro de 2020), o museu tem mais de 1300 objetos deste país (informação fornecida por Ana Botas, 2021).

texto da aula analisámos em detalhe a presença e papel na exposição de cada um dos oito objetos moçambicanos (ver Sarmento & Martins, 2020). São eles uma Faca de Tatuár (planalto makonde, 1958), três amostras de produtos naturais (planalto makonde, 1957-1961), duas esculturas (Quelimane, s/d; “a serena expressividade da mãe Ronga”), um chocalho (planalto makonde, 1958), e um cesto. A relação complexa e nem sempre consensual entre objeto e legenda foi abordada, ainda que brevemente (ver Silva, 2017). É relevante sublinhar que nesta vitrine existe uma moldura digital que aponta para os filmes realizados por Margot Dias em Moçambique.



Figura 1. O cesto feito por Ngungunhane, MNE

Fonte: fotografia do autor, 2019

Neste texto limitamo-nos apenas a uma breve análise da última das peças da exposição referente a Moçambique, em exibição desde 2017. Esta peça é um pequeno cesto² cuja autoria é atribuída a Ngungunhane (Gungunhana na ortografia colonial). Na legenda da peça lê-se isso mesmo. Lê-se também que foi feito por Ngungunhane enquanto esteve no exílio em Portugal, e que foi oferecido pelo próprio ao seu médico, tendo sido posteriormente doado ao museu por um familiar deste, em 2017³. Sabemos ainda, através da legenda, que Ngungunhane foi o “último chefe Nguni a governar no sul de Moçambique até à sua captura por Joaquim Mouzinho de Albu-

2. “Cesto de formato oval, com tampa e fecho, produzido em fibra vegetal com a técnica da espiral cozida.” (<http://www.matriznet.dgpc.pt>, consultado em setembro de 2020), inventariado com o número BM 747. O objeto é de cerca de 1896, e tem dimensões surpreendentemente reduzidas: 5,5cm (alt) x 7,5cm (larg) X 12cm (comp).

3. O Museu Nacional do Teatro tem também no seu espólio um cesto da autoria de Ngungunhane, inventariado com o número MNT 80296. Tem dimensões maiores: 14 cm de altura por 24 cm de largura.

4. Apesar deste silêncio da exposição, o Museu Nacional de Etnologia tem realizado diversas iniciativas descolonizadoras, que estimulam a pluralidade de leituras, algumas das quais relacionadas com o cesto de Ngungunhane ou com esta figura histórica. Destacamos aqui três: em 2017, o cesto fez parte do projeto “Testemunhos da Escravatura. Memória africana” (organizado pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da Capital Ibero-americana da Cultura), em que 200 peças de 42 instituições de Lisboa serviram para refletir sobre as memórias da escravatura; em 2018 e 2019, no âmbito do serviço educacional do museu e do programa “Diálogos para a Diversidade”, realizou-se no museu (no espaço da exposição permanente), e em cinco espetáculos, “Fragmentos do Fim”, teatro cocriado por Klemente Tsamba, Margarida Cardeal e Miguel Abreu (adaptação da peça do moçambicano Klemente Tsamba “No Tempo de Gungunhana”), que discutiu o racismo evocando Ngungunhane, a colonização e a descolonização, a guerra civil moçambicana e diversos quotidianos contemporâneos em Lisboa; em 2018, Ana Botas e Rosário Severo (ambas técnicas do Museu), organizaram, para famílias com crianças em idade pré-escolar, uma atividade intitulada “A Oferenda do Guerreiro”, que levou para fora de portas as histórias do guerreiro africano e do cesto que se pode ver na exposição.

querque em 1895.” Para um objeto que apenas conseguimos ver frontalmente, exibido dentro de uma vitrine, a informação fornecida ao visitante parece ser muito escassa, instalando-se uma sensação de ausência, isto é, de possibilidades de reflexão. Sabemos, no entanto, que o simples objeto nos remete para o exílio do “Leão de Gaza” nos Açores, mas também para as campanhas militares de ocupação de Moçambique dos anos de 1890, na sequência e contexto da partilha de África e da Conferência de Berlim. Se este episódio da captura de Ngungunhane foi chave na inflamação de um imaginário imperial, embelezado pela ideia de pacificação do território do sul de Moçambique, foi também um marco importante na violência colonial, repressão das populações e campanhas de terror. O silêncio da exposição face à violência que se encerra neste pequeno cesto, e que sem dúvida aponta para a despossessão do território africano, não possibilita nenhum espaço de consideração e pensamento⁴. Perante tantas ausências, pode o visitante interpretar o cesto de Ngungunhane como um despojo de guerra, como um símbolo de abnegação de um líder africano que acabou “domesticado” pelo colonizador, entrançando fibras indolentemente no Atlântico Norte, ou como um simples objeto antropológico?

A exposição “O Museu, muitas coisas”, não se vincula com qualquer tipo de representatividade desencadeada pelas coleções do museu. Um visitante não encontra, em relação aos objetos expostos de Moçambique, quaisquer vozes de África, e a parca informação e falta de contexto leva a uma circunscrição à estética dos objetos. Neste sentido, há poucos estímulos para o pensamento crítico e passa a ideia de que os temas abordados são benignos. Benignos sobretudo porque os assuntos, processos e objetos que o museu expõe não são contextualizados no passado e no presente. Ao expor-se um cesto feito por Ngungunhane, supostamente mais devido à autoria do mesmo e menos pelo objeto em si e para o seu valor cultural, está a convocar-se uma pessoa, uma personagem histórica, um período e contexto particular com ramificações profundas para a relação de Portugal e Moçambique. Aliás, a figura de Ngungunhane foi construída como mitológica pelo Estado Novo, tendo a sua captura sido usada na inflamação do patriotismo e glória militar, tendo mesmo, pelos contornos carnavalescos e tétricos da sua passagem por Lisboa em 1896, com cortejo em carruagem aberta pelas ruas da cidade até ao forte de Monsanto, entrado no imaginário popular. Apesar do seu papel enquanto oprimido e opressor, foi mais tarde resgatado como herói no reforço da consciência nacional moçambi-

cana, tendo os seus restos mortais (simbólicos possivelmente), chegado a Moçambique em 1985 (Vilhena, 1996). A simples decisão de expor o cesto feito por Ngungunhane, transporta uma responsabilidade para uma instituição cultural nacional, que não pode deixar de descolonizar do objeto em si, através da colocação e convocação de novos relacionamentos e entendimentos entre os dois países, no passado e no presente.

Este texto é financiado no âmbito da “Knowledge for Development Initiative”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (nº 333162622) no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”. Agradeço os comentários de Ana Botas a uma versão inicial deste texto, e a conversa calorosa que tive numa tarde fria de janeiro de 2021, com esta técnica do inventário e coleções do Museu Nacional de Etnologia, e com o seu diretor, Paulo Costa.

Bibliografia

- CARVALHO, A. A. R. (2015). *Diversidade cultural e museus no séc. XXI: o emergir de novos paradigmas*. Tese de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência, Especialidade Museologia. Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- DUDLEY, S. H. (Ed.) (2012). *Museum objects: Experiencing the properties of things*. Londres: Routledge.
- PEARCE, S. M. (1992). *Museums, objects, and collections: a cultural study*. Leicester: Leicester University Press.
- PENNY, H. G. (2002). *Objects of culture: ethnology and ethnographic museums in Imperial Germany*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- SARMENTO, J. & MARTINS, M. L. (2020). À procura de Moçambique no Museu Nacional de Etnografia, Portugal. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 7(2), 108-113.
- SILVA, S. (2017). Art and Fetish in the Anthropology Museum. *Material Religion*, 13(1), 77-96. <https://doi.org/10.1080/17432200.2016.1272782>.
- VILHENA, M. C. (1996). *Gungunhana no seu reino*. Lisboa: Edições Colibri.



Notas para uma leitura do romance *Al Capone le Malien* de Sami Tchak

Marie Silva

Docente no Departamento de Estudos Românicos
Investigadora no Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho
Docente no Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro
mmanuelle79@gmail.com

A minha contribuição tem como objetivo partilhar algumas hipóteses para uma leitura de *Al Capone le Malien* de Sami Tchak, publicado em 2001 pela Editora Mercure de France, enquanto lugar-palimpsesto onde se sedimentam mapas imperiais e cidades contemporâneas. Proponho encarar o romance como um modo de produção de conhecimento por via da ficção e da “poética dos saberes” (Rancière, 1994), sendo que tece, através do ponto de vista de um narrador europeu, uma rede de identidades ficcionais desconstruídas em temporalidades e geografias europeias e africanas reais.

Sami Tchak, autor da rutura?

Sami Tchak, pseudónimo de Sadamba Tcha-Koura, nasceu em 1960 em Bowounda, no Togo. Em 1986 mudou-se para Paris onde se doutorou em Sociologia em 1993 e adquiriu a nacionalidade francesa. Em 1996 realizou uma investigação em Cuba sobre a prostituição, que deu origem ao ensaio *La prostitution à Cuba*, publicado em 1999 (L'Harmattan), antes de descobrir a literatura da América do Sul, para onde viajou, e que veio a influenciar a sua obra. A produção do autor é constituída por ensaios e romances, alguns dos quais publicados em África (*Femmes infidèles*, Nouvelles Editions Africaines du Togo, 1988; *L'éthnologue et le sage*, Odette Maganga du Gabon, 2013), embora a maior parte dos seus livros tenha sido editada em Paris, nomeadamente pela Gallimard na coleção *Continents noirs* [Continents Negros] e pela Mercure de France.

Sami Tchak não escreve exclusivamente sobre África, embora seja classificado como autor de “literatura africana” ou “francófona”, catego-

rias problemáticas, mas que organizam geralmente o mercado editorial. A obra do escritor foi aliás premiada em 2004, com o Grand prix de littérature d’Afrique noire [Grande prémio de literatura de África negra] e em 2007, recebeu o prémio Ahmadou Kourouma para o livro *Le paradis des chiots* (Mercure de France), se bem que, ironicamente, a ação do romance se situe na América do Sul.

A crítica literária rotulou Sami Tchak como escritor da África sub-saariana, incluindo-o numa geração de autores “filhos da pós-colónia” (Waberi, 1998), que se têm vindo a identificar como “geração da rutura”, dentro das literaturas ditas africanas de língua francesa, geralmente divididas em três grandes grupos. O primeiro grupo é constituído pelas literaturas nacionalistas-panafricanistas cujo autor mais emblemático é Léopold Sédar Senghor (1906-2001); o segundo grupo agrega as literaturas das pós-independências (depois dos anos de 1960); e o terceiro grupo designa as literaturas da rutura e agrupa autores que recusam ser considerados como africanos ou limitar-se a estéticas e discursos relacionados com África. Desde o fim dos anos 1990 estes escritores têm vindo a assumir posicionamentos e projetos literários complexos, onde desfazem e reconstróem origens africanas, construindo personagens ficcionais *not quite*, enquanto *sujeitos* caracterizados por “a difference that is almost the same, but not quite” (Bhabha, 1994, p. 85).

A “mitologia” de Sami Tchak

A mitologia romanesca de Sami Tchak parece-me poder ser dividida em pelo menos três grandes conjuntos de livros. O primeiro reúne romances que não evocam o continente africano, fortemente influenciados pelos escritores e universos da América do Sul e articulados com os trabalhos do autor enquanto sociólogo. O segundo, à imagem de *Place des fêtes* (Gallimard /Continents noirs, 2001) ou *Hermina* (Gallimard /Continents noirs, 2003), remetem para o que se veio a designar por literatura de imigração, e mais especificamente, para o conceito de “Migritude”, neologismo criado por Chevrier (2004) em referência à “Negritude”, para designar a abordagem literária de temas ligados à comunidade africana de França (Tchak fala de “franceses negros”; “corpos sem pátria” ou “identidades esquizofrénicas” nos seus romances). Outra parte da produção do

autor é composta por uma “forma africana da escrita de si” de Tchak, parafraseando o título de um artigo de Achille Mbembe (2000). Esta expressão tem a vantagem de dar conta da heterogeneidade das posturas e identidades literárias e estéticas configuradas em geografias, histórias, e memórias relacionadas com o continente africano, de que o romance *Al Capone le Malien* me parece exemplar.

Al Capone le Malien

Este romance adota o ponto de vista do narrador jornalista branco francês (René Chérin) durante a realização de uma reportagem para a revista *Geo* sobre o balafão, um instrumento sagrado mandingo, velho de oito séculos, inscrito na lista de património imaterial da humanidade da Unesco. Esta escolha permite ao escritor (que realizou efetivamente a reportagem para *Geo*) adotar a perspectiva do viajante no âmbito das mobilidades modernas, desvinculando-se da problemática identitária africana. O jornalista do romance viaja de Conacri para Niagassola, a aldeia onde se encontra o balafão mágico guardado por Naname Kouyaté, ex-diplomata e professor, mas sobretudo último herdeiro da família dos griots Kouyaté, que a partir do século XIII, serviram os Keita, fundadores do império do Mali (Soundjata Keita reinou entre 1235 e 1255). Os Kouyaté são os guardiões exclusivos do Sosso bala, o outro nome do balafão, instrumento que acompanha a história do rei Soudiata Keita, contada de geração em geração pelos griots e descrita pelos estudiosos como “uma epopeia com tonalidades lendárias, mistura de memórias reais e de motivos do conto; por outras palavras, uma construção literária que evoca a história local parasitada pelo tema universal do herói clássico” (Camara, 1996, p. 768). Namane Kouyaté conta ao jornalista uma parte da história da Guiné Conacri, assumindo-se como voz coletiva da cultura mandinga, mas também como porta voz de milhares de cidadãos guineenses destruídos, espiritual e fisicamente, pelo colonialismo. A personagem, no seu papel de professor e intelectual, também serve o propósito de expressar críticas sobre a própria literatura: “muitos dos nossos escritores africanos, ditos francófonos, produzem caricaturas dos seus países, de África, é muito raro criarem obras densas, complexas, como os autores latino-americanos” (Tchak, 2011, p. 160).

A construção literária de Tchak cria um jogo de espelhos entre memória e história, situado numa encruzilhada identitária que se prolonga até à atualidade. Assim, é durante a mesma reportagem sobre o balafão, que o narrador-jornalista René Chérin descobre Binetou Fall, uma francesa de origem maliana doutorada em literatura africana, que acompanha um grupo de franco-malianos negros, filhos de emigrantes, oriundos dos subúrbios de Paris.

Os jovens, designados por “franceses” pelos habitantes da aldeia e por “franco-malianos” ou “franceses negros” pelo jornalista, são membros de uma associação cujo objetivo é promover o vínculo dos jovens à sua cultura de origem. Chérin testemunha a decepção do grupo, aborrecido pelos discursos e rituais opacos dos hierárquicos mandingos, guardiões de uma tradição invisível, face à falta de monumentalidade do património africano medieval herdado do Império Mali, avaliado a partir dos sistemas de valores dos brancos:

“tratava-se de uma glória caducada, como a glória de todos os impérios (...). Exceto que, em certos casos, as glórias caducadas deixaram rastros à frente dos quais nos inclinamos e que serviram de fio condutor ao presente e ao futuro. É sobre os escombros sólidos dos passados fracassados que se erigem muralhas e grandes sonhos.” (Tchak, 2011, p.94).

Retomando o resgate do herói clássico convocado na citação de Camara, a história, no romance, também é parasitada por um herói, desta vez moderno, na pessoa de um príncipe que chega, numa limusine, à aldeia. Descobrir-se-á que se trata, na realidade, de um escroque camaronês, inspirado numa personagem real, Donatien Koagne, um criminoso famoso conhecido como o “maior burlador financeiro de todos os tempos” e que morreu numa prisão iemenita em 2010. Al Capone o malinense, identidade literária do falso príncipe, constrói o seu reino nos meandros de Bamaco, microcosmo decadente que se move entre dinheiro sujo, champanhe e sexo.

Nestes breves exemplos, a viagem do narrador-jornalista desvenda o desencontro da geografia contemporânea da Guiné Conacri e do Mali com o império mandingo de Soundiata Keita (1190-1255), no século XIII, que constitui a primeira camada do que chamei romance-palimpsesto. Niagas-sola (na Alta Guiné) funciona como pergaminho, ou lugar de memória, e como discurso cujo motivo, o balafão, é simultaneamente resto e rasto, caí-

dos do prestígio do império do Mali sobre o qual se edificou a urbe africana moderna. Outras camadas escrevem-se por cima: a glória do império Mandinga; a história colonial contada pelo professor de história; a história da imigração, representada pelos jovens; o africano, neste caso maliano, corrupto na sua limousine, símbolo das derivas pós-coloniais da maior parte dos países de África. No romance, os modelos espaciais de referência são corroídos e reordenados para produzir novos mapas imaginários, que também são meta-discursos críticos. Os guardiões contemporâneos da tradição mandinga, o príncipe *fake* rodeado de escroques e prostitutas, os “corpos sem pátria” franco-malianos coabitam num universo romanesco que empilha e rearranja histórias, memórias e configurações identitárias, através de processos poéticos inerentes à produção literária em contextos transnacionais e transculturais contemporâneos.

Bibliografia

- BHABHA, H. (1994). *The location of culture*. Nova Iorque: Routledge.
- CAMARA, S. (1996). La tradition orale en question. *Cahiers d'études africaines*, 36(144), 763-790.
- CHEVRIER, J. (2004). Afrique (s)-sur-Seine: autour de la notion de “migritude”. *Notre librairie*, 155(156), 96-100.
- MSEMBE, A. (2000). *De la postcolonie: Essai sur l'imaginaire politique dans l'Afrique contemporaine*. Paris: Éditions Karthala.
- RANCIERE, J. (1994). Esthétique de la politique et poétique du savoir. *Espaces Temps*, 55-56, 80-87.
- TCHAK, S. (2011). *Al Capone le Malien*, Paris: Mercure de France.
- WABERI, A., (1998). Les enfants de la postcolonie : esquisse d'une nouvelle génération d'écrivains francophones d'Afrique noire. *Notre librairie*, 135, 8-15.



Reação

por Raphaella Câmara¹, Rita Oliveira² e Saraa Shrbaji³

¹ Estudante de Doutoramento em Antropologia
Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
raphaella_camara@hotmail.com

² Estudante de Doutoramento em História
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
rita.silvestre25@gmail.com

³ Estudante de Doutoramento em Arquitetura
Escola de Arquitetura, Universidade do Minho
sarahshrbaji@hotmail.com

Marie Silva's seminar about *Africas* was a literary communicative presentation about the position of literature in the African continent and the African people — whether in or out of Africa — as French language authors. By this, one may understand the concept of Francophony (linguistic space and political organization) as a space of cultural diversity, in which the French language is a postcolonial phenomenon with the participation of new writers. It, thus, questions the colonial past, memory and present. Francophony is a conviction in linguistic legitimacy and plurality, in cultural equality (defense of one's identity) in the idea of universality. As the political entity presents itself in a cultural alternative to globalization, migrations resulting from postcolonial studies involving new interdisciplinary demands (such as anthropology, history, political science, sociology, cinema studies... among others).

Moreover, Francophony, like Lusophony, an old ideology of language with a central-identification (to France), is set to be different but have similar central-resemblances to “Francité” that is similar to portugality, a cultural sense of belongingness to a land. By that, francophone literature and language, throughout the years, have had this notion of France being the center of its origin. From here, knowing that literature as a form of language communication and cultural informative registry, it constitutes a story to build an imaginative identity. As an eye-opener to the global world, it contributes to question and/or answer questions about the polycentric metaphor of the francophone presence in other parts of

the world. Literature thus is capable of revealing the truth that was once hidden about *Africas* through textual exploitation and the association of national identity; literature written by Africans themselves.

With this, a reflection is made on what is a “Literature-World”, a division between “French” and “Francophone”. It is important to analyse a cultural identity for a literary approach, confronting a spatial-centered idea of colonization, cultural patterns, social relations, or subservience — besides considering a literature written in French that brings together writers from all continents, countries in search of the same ideal. The discussion of the manifesto “Pour une Littérature-monde en français”, published in *Le Monde des Livres* in March 2007 (Le Monde, 2007), shows that the writers seek to work with the intercultural dimensions, their practices, characteristics, symbolism, values, and relations established between language, literature and culture. Moreover, francophone is a notion of the imperial map, the old map of colonization. Demanding to free the French language from the francophone space of canonical western views of language to a more particular notion of it, the literary manifesto suggests this notional proximity of the French language to enter in academia, for the languages to be read and seen, reproducing variations of linguistic systems.

Similarly, Sami Tchak, the Togo novelist (who writes in French) sees the African palimpsest in the imperial colonial maps in novels as a natural order of how one national literature code molds into its indigenoussness and portray real stories of the real problems and their course of events. In his novel, *Place des fêtes* (2001) that is associated with the criticism of the so-called “immigration” literature and, more specifically, the concept of “migritude” works with themes focused on gender and sexuality in Africa; similar to the next reference writer Chimamanda Ngozi Adichie from Nigeria.

In Adichie’s Tedtalk, pertinent observations were raised in various approaches, such as her cultural discovery through readings and life experience, from a perspective of cultural construction and identities. Her lecture is called “The danger of a single story” (2009), explaining the dangers of hearing only one history of a country or a person, thus conditioning our perception of things. She begins her speech referencing her childhood in Nigeria, reading the books that were mostly available, the books in western writing. She, then, expressed that she did not identify with foreign charac-

ters or with their concerns. She narrates stories of her middle-class family (the conceptions she had) and of her experience at university in the US, in which her roommate had a unique notion of Africa, being amazed that she was able to speak English in such an eloquent way. Adichie adds that this aforementioned perception of Africa stems from the western literature.

The author advances in her exposition, exemplifying the time when a teacher commented on her novel that was not authentically African, due to the fact that her characters were similar to the teacher himself, to the extent that they were educated and middle class figures. She also admits that she is guilty in the 'single story', using the example of how she perceived Mexican immigration to the U.S. When she first traveled to Mexico, she was surprised, feeling ashamed for her thoughts. She was so submerged in media information, that these immigrants had become in her mind abject immigrants (miserable). The way to create a single story is to show a one single vision of a people and insist on that vision until it is perpetuated, debilitating other people's perspectives.

Therefore, "Literature-World" comes to challenge these authors in contemporary literature and society. In this context, Chimamanda identifies an inseparable element of this story, "the power", which in its essence is understood as being the ability to not only tell the story of a person but make it the definitive story of that individual. What is deemed from the writer's oral exposition and seminar is the importance of telling multiple stories, because only then one is able to understand a country and a people.

Bibliography

- ADICHIE, C.N. (2019). *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ADICHIE, C.N. (2009). *The danger of a single story*, Retirado de https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt
- LE MONDE (2007, 15 de março). Pour une "littérature-monde" en français. Retirado de https://www.lemonde.fr/livres/article/2007/03/15/des-ecrivains-plaident-pour-un-roman-en-francais-ouvert-sur-le-monde_883572_3260.html

**Projetos de Investigação
e Desenvolvimento**



Esboços de espacialização das viagens de Paiva de Andrada a Moçambique (1884/5)

Carolina Pinto Couto

Estudante de Mestrado Integrado em Arquitetura
Escola de Arquitetura, Universidade do Minho
carolinapintocouto@gmail.com

Este projeto de I&D é parte de uma investigação mais abrangente, a dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, cujo objeto de estudo é a linha de caminho de ferro da Beira, Moçambique. O projeto em questão ambiciona analisar o estado do território de Manica e Sofala aos olhos do governo português no período imediatamente anterior à construção da linha de caminho de ferro, no sentido de, mais tarde, compreender as transformações do território com a introdução da infraestrutura ferroviária. A partir dos relatórios das viagens a Moçambique de Joaquim Carlos Paiva de Andrada (1846-1928), militar e administrador da I Companhia de Moçambique, pretende-se construir um conjunto de cartografias interpretativas do texto, que sejam a base para as seguintes fases da investigação.

Ao longo do século XIX, a abordagem das potências europeias ao continente africano evoluiu consoante as circunstâncias sociais, políticas e económicas. Na primeira metade do século XIX, as viagens feitas a África tinham como principal objetivo cimentar as relações comerciais com os potentados africanos que tinham sido, no passado, os fornecedores do comércio de escravos. Com o declínio do comércio negroiro, procurou-se reorientar o comércio para outros produtos, sem que a independência das comunidades africanas fosse posta em causa. Na segunda metade desse século, pelo contrário, as viagens ganharam um carácter mais científico, fortemente ligado à intenção de apropriação do território. Ou seja, o conhecimento científico e a vontade exploratória foram pretexto para reivindicar o controlo do território e da eventual partilha do continente pelas potências europeias, e da consequente perda de independência dos potentados africanos.

A corrida à ocupação efetiva do território interior de África por parte das potências europeias e à definição de fronteiras, bem como a procura

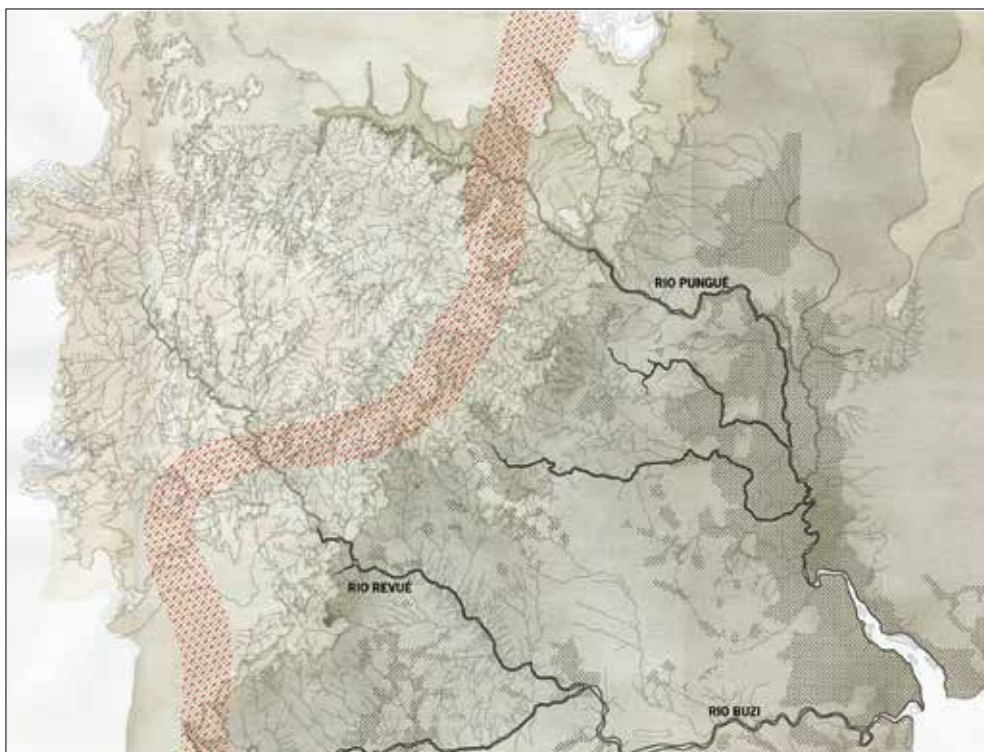






Figura 1. O território segundo Paiva de Andrada:
O percurso feito por Andrada e a navegabilidade dos rios

-  O percurso feito
-  Terreno pantanoso
-  Cursos de água
-  Cursos de água navegáveis segundo Andrada

pela melhor via de acesso à costa, colocou pressão sobre o governo português para controlar o território moçambicano. No entanto, o governo não dispunha de recursos financeiros ou humanos para dominar e gerir a expansão do território moçambicano. Deste modo, a responsabilidade de *pacificação* e gestão de Moçambique foi transferida para companhias privadas, e apenas a região a sul do Save ficou reservada para a exploração pelo Estado. Estas companhias majestáticas tinham o monopólio de exploração e ocupação do território por um período alargado de tempo, e os contratos de concessão envolviam obrigações de construção de infraestruturas no território, como por exemplo a construção de portos marítimos, estradas, ou linhas ferroviárias. Durante o período de construção da linha de caminho de ferro da Beira (1892 a 1900), a gestão da região de Manica e Sofala estava entregue à II Companhia de Moçambique. No entanto, a história da linha de caminho de ferro da Beira está ligada a companhias anteriores, que tomaram decisões fundamentais sobre a gestão, exploração e ocupação do território. No quadro das personagens relevantes no processo de colonização da região de Manica e Sofala no final do século XIX, está o fundador das companhias predecessoras da II Companhia de Moçambique, Joaquim Carlos Paiva de Andrada, militar português profundamente envolvido na colonização do território moçambicano.

“Naquela altura, uma grande parte desta região estava ainda por explorar ou nas mãos de chefes militares afro-portugueses, e Andrada iria passar a década a seguinte a explorar a sua concessão e a tentar, com a ajuda de Manuel António de Sousa, colocá-la sob o controlo português.”

(NEWITT, 2012, p. 330)

Paiva de Andrada fundou três companhias privadas que exploraram a região de Manica e Sofala: a Société des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambeze em 1877, a Companhia de Ophir em 1884, e a I Companhia de Moçambique em 1888. À falência de uma seguiu-se a fundação da seguinte, sendo que todas administraram áreas diferentes do mesmo território (Lima, 1971). Paiva de Andrada realizou viagens a Moçambique durante a década de 1880, financiadas por cada uma das companhias. Percorreu Manica e Sofala com objetivos concretos de reconhecimento do território e de “estreitar com elles [comunidades locais] relações de commercio e amizade” (Paiva de Andrada, 1885, p. 3). Isto é,

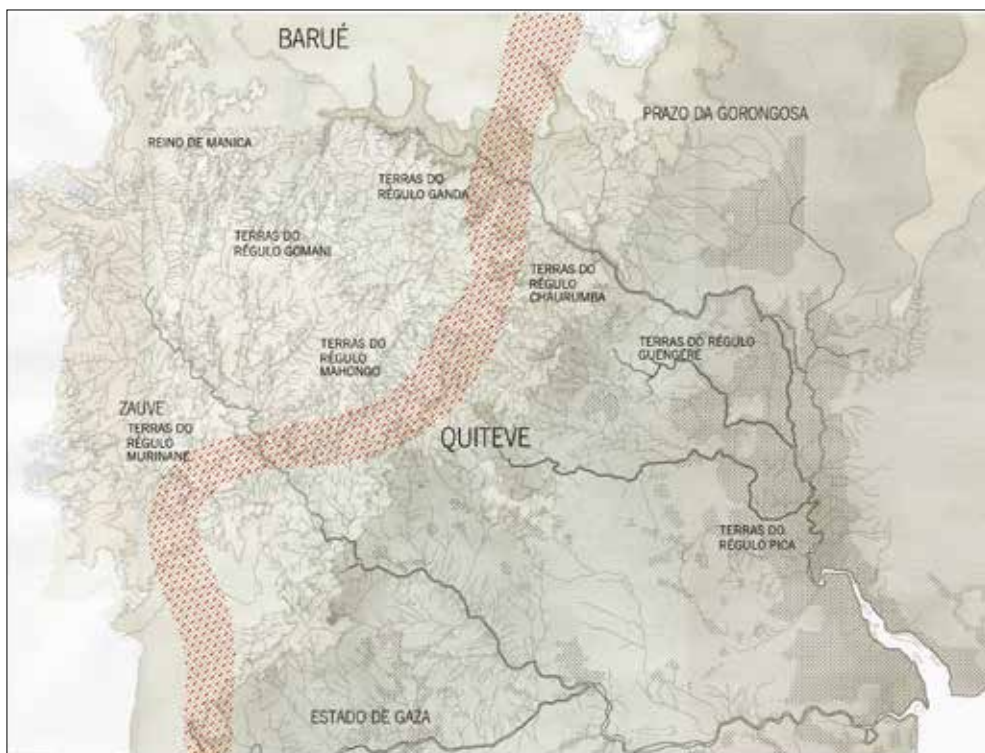





Figura 2. O território segundo Paiva de Andrada:
O percurso feito por Andrada e as regiões por ele reconhecidas

-  O percurso feito
-  Terreno pantanoso
-  Cursos de água

de procurar encontrar pontos chave e estratégias para colocar o território sob controlo português. Das explorações que realizou, Andrada escreveu relatórios extensos e minuciosos a partir dos quais é possível compreender o olhar do governo português sobre a geografia física e humana da região, assim como o potencial económico reconhecido.

As cartografias apresentadas (Figura 1, 2 e 3) são o resultado da interpretação do relatório da viagem de Paiva de Andrada de 1884/85, em que este militar atravessou o território desde o rio Zambeze até à então capital do Estado de Gaza, Mossurize.

A partir das leituras e dos exercícios interpretativos do texto, é possível apresentar algumas conclusões. A primeira contesta a noção ingénuva inicial de que as infraestruturas coloniais foram construídas sobre território virgem. Pelo contrário, o território não era de forma nenhuma virgem ou desconhecido, nem assim o consideravam os europeus na época. Não só tinham os portugueses conhecimento das comunidades e potentados africanos que povoavam Moçambique, como mantinham com eles relações diplomáticas e comerciais, que disputavam com as outras potências europeias. Para além disso, as viagens “exploratórias” eram feitas à mercê destes potentados, a partir de rotas comerciais estabelecidas, e o conhecimento que os portugueses nutriam do território vinha, invariavelmente, do conhecimento acumulado da população africana.

As duas grandes potências africanas influentes na região de Manica e Sofala ou, como descreveu Andrada, “os dois obstáculos ao seguro desenvolvimento” (Andrada, 1885, p.10) da região, eram o Reino do Barué a norte, e o Estado de Gaza a sul. Estas potências perderam a independência, eventualmente, para o governo português (e inglês, no território que é hoje o Zimbabwe). O Reino do Barué perdeu a independência graças aos esforços de Manuel António de Sousa. O Reino de Gaza desabou em 1895 quando, depois de dias de cerco à capital de Gaza, Mouzinho de Albuquerque capturou o Rei de Gaza, Ngungunhane, e o levou para Lisboa para ser exibido como troféu de guerra. Ngungunhane, posteriormente, foi exilado nos Açores, onde faleceu 11 anos mais tarde. No entanto, antes de estas potências virem a perder a independência, foi crucial para o governo português manter relações diplomáticas com cada uma, a partir das quais foi possível instalar as primeiras estações da linha da Beira em território ainda considerado como parte do Estado de Gaza: O Quiteve.

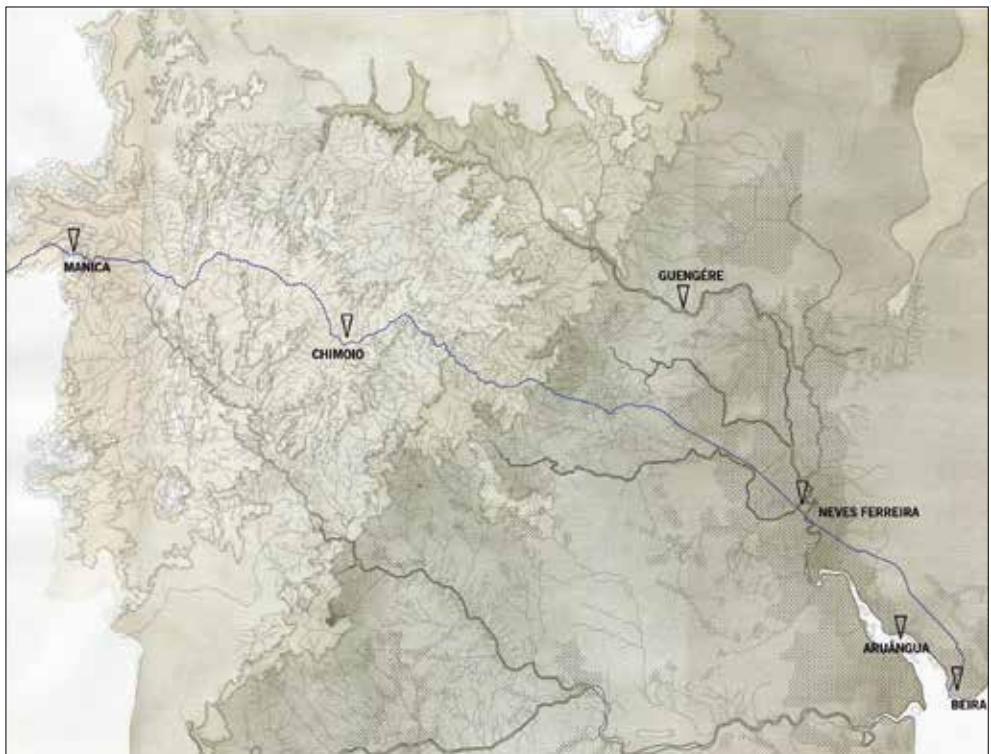






Figura 3. As estações estabelecidas por Andrada, sobrepostas com a linha de caminho de ferro da Beira, construída nas décadas seguintes

-  Estações estabelecidas por Andrada
-  Terreno pantanoso
-  Cursos de água
-  Linha de caminho de ferro

Ao longo da travessia de Magadade até Macequece, Andrada atenta à paisagem que o rodeia, sempre com uma espécie de filtro que projeta um futuro utópico, no qual o território de Moçambique se transformaria numa colónia rica e rentável. Para onde quer que olhe, apesar de não conhecer as características ou os ciclos da paisagem africana, imagina “campinas admiráveis para a criação de gado e excelentes campos para agricultura” (Andrada, 1885, p.14), bem como riquezas minerais em cada formação rochosa. No entanto, é na região do Quiteve, isto é, a região compreendida entre os rios Pungué e Búzi, a que Andrada reconheceu simultaneamente potencial económico e possibilidade de exploração bem como a melhor possibilidade para uma via de penetração até ao interior do território. Ou seja, onde facilmente se manteria uma via de contacto permanente para o movimento de produtos e colonos a partir do curso do rio Pungué ou Revué, e onde as populações locais não seriam um obstáculo ao domínio do território, por estarem numa posição ambígua em relação ao Estado de Gaza e ao governo português.

Anos mais tarde, apesar da falência das companhias e dos esforços de Paiva Andrada, as primeiras estações por ele estabelecidas em 1889 em Guenjére, Mapanda e Chimoio são as iniciais no processo de construção da linha de caminho de ferro. É a partir do estabelecimento destas estações, e da sua eventual ligação ferroviária, que o território de Manica e Sofala entra num processo de transformação que vai culminar no desenho de cidades alicerçadas em princípios de segregação e exploração. É precisamente este fenómeno que a próxima fase da investigação pretende estudar.

Bibliografia

- LIMA, A. P. de. (1971). *História dos Caminhos de Ferro de Moçambique*. Lourenço Marques: Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique.
- NEWITT, M. (2012). *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- PAIVA DE ANDRADA, J. C. (n.d.). *Relatorio de uma viagem ás terras do Changamira*, por Joaquim Carlos Paiva de Andrada. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PAIVA DE ANDRADA, J. C. (1885). *Relatorio de uma viagem ás terras dos Landins*. Lisboa: Imprensa Nacional.



O trabalho forçado em São Tomé e Príncipe

Renata Sofia Jesus Moreira

Estudante de Mestrado em Estudos Africanos
Faculdade de Letras, Universidade do Porto
renata-moreira@outlook.com

O projeto de I&D de que aqui se apresenta um esboço pretende analisar o trabalho forçado em São Tomé e Príncipe, em face da legislação colonial, bem como as suas implicações a nível económico e social, incidindo especialmente na década de 60 do século XX. Começaremos por apresentar uma contextualização histórica da evolução do trabalho assalariado na antiga colónia. O arquipélago esteve sempre dependente de mão de obra arrebanhada no continente africano, sob formas jurídicas diversas (Alexandre, 2017), que alimentavam as roças, primeiro de café e depois de cacau. Levantamos assim várias questões neste projeto: de que forma depois da abolição da escravatura se continuou a recorrer a trabalho forçado? Que diferenças havia entre um trabalhador assalariado livre e um escravo? Quanto ganhavam estes trabalhadores? Que evolução de salários houve, e a partir de que período? Que posição tomava o sindicato relativamente ao trabalho forçado e aos salários?

No sentido de responder a estas questões, foram usadas diversas fontes primárias, das quais se destacam o *Boletim Oficial de São Tomé e Príncipe* (anos de 1961, 1962, 1963, 1969, 1970 e 1971); o *Recenseamento Agrícola de São Tomé e Príncipe* (anos entre 1961-1964); *Relatórios dos Anos 1966 e 1967*, relatórios estes que fazem parte da documentação do Instituto do Trabalho, Previdência e Ação Social são-tomense; e diversos documentos relativos a legislação laboral presentes no Diário da República. Desde logo, é essencial salientar que estas são fontes estatais, portanto, é difícil ter a certeza de que os dados aqui representados correspondam inteiramente à realidade das roças.

É necessário levantar primeiramente o que é o trabalho forçado e assalariado. A ideologia marcadamente colonial da época referia-se à representação desta modalidade como “(...) única forma do trabalho ‘livre’” (Santos, 2014, p. 12). Neste sentido, as administrações coloniais

deram uma “continuidade” a práticas escravagistas através dos contratos nas antigas colónias. Mesmo após a abolição formal da escravatura em Portugal no século XVIII, que levou à proibição do tráfico e comércio dos escravos em meados do século seguinte, os colonos portugueses continuaram a comprar mão de obra assalariada em algumas zonas rurais de Angola. Estes trabalhadores eram posteriormente transferidos para São Tomé e Príncipe. Como refere Santos (2002, p. 181), São Tomé “foi a região produtora [de cacau] mais diretamente associada à persistência do trabalho não livre”. De forma a legalizar o trabalho assalariado, o Ministério do Ultramar estava encarregue de publicar os Códigos Gerais de Trabalho¹. A partir de finais de 1800, e até ao século XX, houve uma necessidade de aumento do trabalho braçal por parte dos roceiros, pois durante a segunda fase da colonização, São Tomé e Príncipe não tinha uma firme atividade económica. As opções teriam de passar por alternativas aos *angolas*, visto que apresentavam algumas desvantagens, como é o caso do aumento do preço de resgate. Outra opção seria a importação de prisioneiros de guerra² (Nascimento, 2002, pp. 132-133).

Mas, tendo em conta a proibição do uso de escravos, como eram feitos, inicialmente, os contratos? O Regulamento Especial de 1876 indica-nos o que estes dispunham e, além disso, refere algumas alterações que tinham sido promulgadas no ano anterior:

Art. 2º Os contratos são feitos:

- 1º Para servir em província diferente;
- 2º Para servir na própria província;
- 3º Só para prestação de trabalho;
- 4º Para colonização por concessão de terras;
- 5º Para prestação de trabalho e colonização de terras (Boletim Oficial de São Tomé e Príncipe, 1876, p. 362).

Com este artigo, percebemos que os contratos se realizavam apenas legalizar o trabalho forçado. No mesmo regulamento de finais do século XIX, é indicado o número de horas nas plantações, que correspondiam a 9,5 horas diárias, seis dias por semana (Boletim Oficial de São Tomé e Príncipe, 1876, p. 362).

Em 1914, foi promulgado um novo Código do Trabalho para as colónias, e 14 anos mais tarde, surgiu, em 1928, o primeiro Estatuto

1. Principais: Diário do Governo de 1878; 1914; 1928.

2. Guinés. Importados para a ilha do Príncipe em 1902 cerca de 21 indivíduos. (Nascimento, 2002, p. 133)

do Indígena. Após a queda da Primeira República em Portugal a 28 de maio de 1926, João Belo foi o ministro responsável pelas colónias até janeiro de 1928. A sua ideia principal era a de “nacionalizar” o império português. Por um lado pretendia-se o reforço da unidade política do território colonial e, por outro, no campo económico, o conceito “nacionalizar” significaria “criar as condições para o investimento do capital português nas colónias” (Alexandre, 1993, p. 1128). Com a entrada de Salazar para a pasta das colónias, a questão colonial oferecia o terreno ideal para a afirmação dos nacionalismos aos sectores mais radicais do regime (Alexandre, 1993, p. 1132). É neste contexto que é promulgado o *Acto Colonial*, aprovado pelo Decreto n.º 18 570 de 8 de julho de 1930, e que veio substituir o título da Constituição de 1911 relativo às colónias (Alexandre, 1993, p. 1133). Estava organizado em quatro títulos, “Garantias Gerais”; “Indígenas”; “Regime Político e Administrativo” e “Garantias económicas e financeiras” (Decreto n.º 18 570, 1933), e demonstrava a preocupação do regime em preservar o império. As medidas que se seguiram ao Ato Colonial foram a recusa em ratificar a convenção sobre o trabalho forçado; a promulgação da “Lei das Transferências”, em 1931, em que os exportadores da metrópole tinham prioridade no pagamento em relação aos estrangeiros, garantindo uma fatia importante no mercado de Angola; e o reforço da política de equilíbrio financeiro com o prejuízo do fomento e, mais tarde, com Armindo Monteiro, em 1931, com o início a uma intensa campanha em volta da ideia de “império” (Alexandre, 1993, p. 1134), que marcará o regime nas décadas seguintes. Em 1933 é criado o Estatuto do Indigenato que abrange São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor.

A partir de 1961 dá-se uma grande mudança na legislação laboral, nas condições de trabalho e nos salários. Destaca-se o decreto n.º 44111 que retificou horários laborais, horas suplementares, turnos, higiene e segurança, prevenção de acidentes de trabalho, revisão do sistema de salários, entre outros (Boletim Oficial de São Tomé e Príncipe, 1962, p. 25). Indicativo do trabalho que se pretende realizar, apresentamos um exemplo do que se investiga neste projeto, e que se prende com os pagamentos dos trabalhadores, e que tem por objetivo não só perceber os salários reais dos homens, mas também das mulheres e dos menores de 14 anos. No Recenseamento Agrícola de S. Tomé e Príncipe (1961-1964), mais precisamente, na tabela referente aos salários dos homens, há a indicação

de um pagamento de 26\$00 aos permanentes (qualificados e não qualificados) e eventuais que trabalhavam nas plantações. Cruzando esta fonte com o Relatório do Instituto do Trabalho, Previdência e Ação Social do ano de 1966, conclui-se que estes salários são referentes aos pagamentos diários, sendo que esses 26\$00 correspondem a um valor médio diário. No entanto, estão incluídos outros encargos, como a alimentação, habitação, vestuário e assistência médica. Tendo em conta que os contratados trabalhavam cerca de 26 dias por mês, os 26\$00 que nos mostra a tabela correspondem a um equivalente de 676\$00 mensais. Todavia, após uma análise ao número de jornais pagos e aos valores, em escudos, dos salários conjuntos, foi encontrada uma discrepância no pagamento mensal médio, pois se somarmos todos os salários presentes na fonte, chegaremos a um total de 82 131 706\$00. A soma de todos os jornais, que correspondem ao número de salários diários pagos, coincidirá com um total de 4 096 746, para os quatro anos indicados (1961-1964). Calculando o valor que cada homem ganhava, diariamente, chegamos a 20\$05 e não os 26\$00 referidos na fonte. Portanto, considerando a possibilidade da existência de apenas uma folga semanal, o salário mensal seria de 521\$30 e não de 676\$00, entre 1961 e 1964. A partir de 1966, o Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio, Indústria e Agricultura coligou-se com o Grémio da Lavoura, para a criação de um contrato de trabalho, apesar de a negociação ter sido a menos indicada. A partir deste contrato, houve uma melhoria no panorama económico das empresas agrícolas, bem como os trabalhadores tiveram mais vantagens (Relatórios dos Anos de 1966 e 1967, 1967) e, além disso, houve negociações para o aumento dos salários mínimos.

Fontes

Boletim Oficial de São Tomé e Príncipe. (Anos: 1876, 1961, 1962).

Decreto nº 18 570 (1933, 8 de julho). Acto Colonial. República Portuguesa.

Recenseamento Agrícola de S. Tomé e Príncipe 1961-1964. (1968). Lisboa:

Comissão para os Inquéritos Agrícolas no Ultramar.

Relatório dos Anos de 1966 e 1967. (1967). Província de São Tomé e Príncipe:

Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social.

Bibliografia

- ALEXANDRE, V. (1993). Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo. *Análise Social*, XXVIII (123-124), 1117-1136.
- ALEXANDRE, V. (2017). *Contra o vento: Portugal, o Império e a maré anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates.
- NASCIMENTO, A. (2002). *Poderes e quotidiano nas Roças de S. Tomé e Príncipe de finais de oitocentos a meados de novecentos*. Lousã: Tipografia Lousanense.
- SANTOS, M. (2002). A Rentabilidade do Cacau de S. Tomé e Príncipe - Hipóteses de explicação. *Africana Studia*, 5, 181-212.
- SANTOS, M. (2014). Trabalho Forçado na época colonial - um padrão a partir do caso português? *Hendu* 4(1), 9-21.



Estatuária colonial e o passado colonial português em África

João Neves

Estudante de Licenciatura em Ciências da Comunicação
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
joaoneves1906@gmail.com

O passado colonial português, ainda que sendo um assunto sensível para uma boa parte da população, não deve ser colocado de lado, devendo, acima de tudo, ser lembrado e relacionado com a multiplicidade de nacionalidades que nasceram a partir de meados do século XX. Enquanto uns vangloriam o povo português pelos feitos além-mar, outros abominam esse passado pelas entrelinhas sombrias que o compõem. Tendo em conta estas disparidades em termos da visão do passado colonial português, para alcançarmos um ponto de vista afastado de um entendimento lusocêntrico, e para estudar de forma mais aprofundada estes dados, devemos cruzar as várias perspetivas acerca das relações entre Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa, de modo a que possamos compreender as relações criadas nas diferentes culturas, refletindo identidades transnacionais e transcontinentais.

Procurei refletir sobre quotidianos de produção e consumo na vertente imagética e simbólica que se descobre a partir da arte urbana, materializando-se na criação/produção de novos espaços rurais e marginais e focando manifestações artísticas e criativas concretas e territórios de vivência particulares. Tentei ainda relacionar a estatuária colonial, aproveitando a queda e pichagem de estátuas no mundo e em Portugal, no seguimento da morte de George Floyd, com as várias perspetivas acerca do passado colonial português.

As relações entre Portugal e África não são recentes. No entanto, foi a partir do século XVI, com a explosão do comércio de escravos para a América Latina e com as próprias navegações portuguesas que estas relações se tornaram mais intensas. Portugal, enquanto potência colonizadora, foi um dos países que causou maiores movimentações de escravos. É neste aspeto que as relações entre Portugal e os países africanos de língua portuguesa geram polémica. Será que Portugal foi, efetivamente, mais “suave” na sua exploração do Novo Mundo do que as outras potências

como a Espanha, conhecida por ter chacinado populações sul-americanas a mando de Pizarro e Cortés?

Antes de abordar o tópico do luso-tropicalismo, devemos proceder a uma tentativa de definição de “portugalidade” e “lusofonia”, já que são termos que estão ligados ao primeiro. Segundo Vítor de Sousa, a portugalidade “deve ser contextualizada”, e deve aparecer nos dicionários como “o mesmo que patriotismo”, traduzindo-se numa identificação com Portugal (Sousa, 2017). Este termo foi cunhado durante o colonialismo para mostrar Portugal e as colónias como um só, lutando contra os grupos independentistas que iam surgindo.

Numa posição diferente, surge a “lusofonia” – um termo mais recente, pós-colonial, não devendo por isso ser confundida com a portugalidade. Numa definição básica, “lusofonia” é o falar português. Moisés Martins (2006), porém, aprofunda, colocando a lusofonia na área cultural e na construção de um mundo globalizado. Devido à confusão entre este termo e a portugalidade, “lusofonia” torna-se um conceito polémico – de facto, no documento de fundação da CPLP, não é usada uma única vez porque poderia dar origem a uma ideia disfarçada de supremacia portuguesa, num olhar lusocentrado pontuado por uma alegada exceção lusa. Mas, como nos indica José Mattoso, a história tem de ser expurgada das teorias míticas e messiânicas, que são tão carregadas de emotividade, como acontece quando muitos abordam Portugal e o povo português (Mattoso, 2008, p. 56).

Depois de abordados estes termos, podemos falar no luso-tropicalismo – teoria social que se funda na “excecionalidade” da colonização portuguesa, isto é, “uma ideia de colonização doce, fraterna, não violenta nem escravagista” (Martins, 2017, p.12). Esta ideia assume um papel importante no desenvolvimento da política do Estado Novo, na intenção de mostrar ao mundo uma mística portuguesa, uma “particular maneira portuguesa de estar no mundo” (Moreira, citado por Sousa, 2017, p. 107), o país dos brandos costumes. O luso-tropicalismo parece desculpabilizar a opressão portuguesa e tentar mostrar os benefícios que as colónias tinham ao serem parte de Portugal. O luso-tropicalismo acolhe ainda a “noção de que a “unidade de sentimento e de cultura” deve sobrepor-se a questões de soberania, podendo florescer no seio de uma entidade transnacional ou supranacional uma federação cultural com lugar para muitos Estados” (Martins, 2004, p.9). De facto, esta ideia tão defendida pelo

Estado Novo para tentar disfarçar, aos olhos do mundo, o estado colonial que era Portugal, procura criar uma noção de união na portugalidade dos países lusófonos. É a tentativa de passar uma imagem de coesão e da existência de um povo só – o português –, em vez de haver a metrópole e, à parte, as suas colónias.

Podemos concluir que, enquanto a lusofonia coloca todas as nações no mesmo nível de independência, a portugalidade procura exacerbar o papel de Portugal na interculturalidade com as colónias. Porém, com um passado colonial tão vincado na história dos países como Portugal e Moçambique, por exemplo, acaba por ser difícil falarmos em “interculturalidade”. Quando um país exerce o seu domínio sobre outro, até que ponto haverá uma equivalente permuta cultural? Decerto, o país colonizador optará por exercer o seu poderio e passar a sua cultura para o país colonizado. Desta forma, o país colonizador conseguia manter o seu poderio cultural sobre as colónias, povos supostamente inferiores. Com estas diferenças na transmissão de culturas, podemos falar em “interculturalidade invertida” (Stoer & Cortesão, 1999). É neste conceito que se inscreve a portugalidade, que surgiu numa tentativa do regime de homogeneizar as partes integrantes do Império Português, “sublinhando uma maneira própria de estar no mundo e pretendendo marcar a diferença entre ‘nós’, os portugueses, e os ‘outros’, os povos das ex-colónias” (Sousa, 2020).

Mas onde entra aqui a estatuária colonial? Ora, a estatuária colonial serviu, por muitos anos, de símbolo do domínio português sobre as suas colónias. As estátuas, enquanto monumentos públicos, expressam a memória coletiva e são, geralmente, ligadas à identidade nacional por quem está no poder quando elas são erigidas. Assim, nas colónias, foram erigidas pelos governos dominantes estátuas que se ligavam ao imaginário da metrópole, homenageando personalidades que fossem importantes para a sua história enquanto povo e enquanto nação. Com a independência das antigas “províncias ultramarinas”, a tendência seria, geralmente, o derrube e destruição ao longo do tempo das estátuas erigidas pelos colonizadores portugueses devido ao seu passado colonial que, segundo Vecchi, “pode revelar-se um assunto problemático por ainda não estar encerrado” (Vecchi, 2018).

Vários são os exemplos de formas de lidar com a estatuária colonial num pós-colonialismo, sendo o mais recente aquele movimento que se espalhou por todo o mundo, caracterizado pelo derrube e pichagem de

estátuas ligadas ao passado colonial. Vejamos, no entanto, o exemplo moçambicano. Claro está que, na sequência imediata da guerra colonial, as estátuas portuguesas caíram – excetuando-se o chamado “Padrão de Guerra”, que serve de homenagem a todos os combatentes do conflito entre Portugal e as suas então colónias. Porém, foi tomada uma atitude por parte do governo de Moçambique contra esta destruição de estátuas – em nome da memória. Assim, uma vez recuperadas, as estátuas foram recolocadas – tal como aconteceu no antigo bloco soviético com as estátuas de, por exemplo, Lenin ou Stalin. Uma estátua de Mouzinho da Silveira, por exemplo, é hoje usada como cenário para fotografias de casamentos; outra, de Salazar, está na Biblioteca Nacional de Moçambique virada para a parede, como que de castigo.

Esta forma de lidar com um problema tão presente na sociedade é uma tentativa de preservar a memória histórica. Olhar para o passado colonial e integrá-lo na atualidade pode servir de fator importante da promoção intercultural, procurando ir ao encontro da descolonização mental que se procura desde o fim do domínio português no ultramar. Esta descolonização é a mais difícil de combater – desde o fim do império português que se procura a descolonização, mas a parte mental não desaparece com facilidade. Há uma necessidade de promover uma história não assente na perspetiva europeísta; é necessário, segundo Edward Said, descolonizar as pessoas, descolonizar a linguagem das grandes narrativas europeias. Um fenómeno tão polémico como aquele do derrube e pichagem das estátuas deve ser alvo de debate para que se possa chegar a um acordo acerca das atitudes a tomar em relação à estatuária colonial, de modo a promover uma saudável interculturalidade e evitando a interculturalidade invertida.

Depois da morte de George Floyd, este assunto voltou a ganhar a atenção do público. Quais deverão ser as atitudes a tomar em relação à estatuária colonial? Devem ser mantidas nos seus lugares públicos em nome da memória ou devem ser retiradas, em nome da descolonização? Para estudar estes aspetos mais aprofundadamente, decidi explorar as perspetivas dos média sobre este assunto, de forma a compreender melhor as perspetivas e as posições face a estes acontecimentos. Assim, recolhendo um número de artigos relacionados com a queda e pichagem de estátuas, procurei saber de que forma o fenómeno do derrube de estátuas, da sua pichagem, se desenvolveu por esse mundo fora, com

especial incidência em Portugal, no que respeita à estatuária pública. Foram derrubadas e pichadas estátuas? Houve manifestações de apoio ou contra os movimentos? Quais as posições dos média acerca destes acontecimentos?

De um total de 47 notícias, 23 saíam em defesa do derrube e pichagem de estatuária colonial, havendo outras 24 que iam na direção oposta. Em termos percentuais, há 49% de notícias favoráveis ao derrube/pichagem de estátuas), tendo por base a ideia de que a intervenção pública contra estátuas alegadamente anacrónicas não configura um crime público, ao contrário do que está plasmado na Constituição portuguesa. Pode falar-se, aqui, em “artivismo”, um termo pouco consensual, mas que é adotado pelos movimentos contestatários, enquanto evidência de uma rotura artística decorrente da reivindicação social e que apela a ligações pouco pacíficas entre arte e política, incentivando o impacto artístico enquanto ato de resistência e de subversão.

Pode concluir-se que, em face dos resultados obtidos, em Portugal o debate acerca das estátuas está longe de ser consensual. Ainda existem grandes divisões neste aspeto (especialmente nos média), como foi demonstrado pelo estudo feito aos artigos noticiosos acerca deste tema. As opiniões divergem muito, mesmo existindo algumas que optem por uma posição menos extremista e mais cautelosa, que apelam, por exemplo, à não destruição das estátuas, mas sim ao seu reposicionamento, e outras que, sendo contra o derrube das mesmas, compreendem os motivos por detrás destas atitudes, ainda que as condenando. Com um passado colonial recente, o país procura, desde 1974, proceder à total descolonização, sendo a descolonização mental aquela que insiste em ser menos eficaz. Ainda na atualidade predomina a narrativa europeia e o eurocentrismo no mundo, sendo também contra isso que se tenta lutar desde meados do século XX, quando começaram a nascer os movimentos anticolonialistas por todo o mundo.

Esta necessidade de promover uma descolonização mental passa pela problematização da forma como o passado colonial pesa nas relações interculturais nos dias de hoje, permitindo que se olhe para o passado como forma de se construírem dinâmicas de futuro.

Bibliografia

- MARTINS, M. L. (2004). *Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. Retirado de <http://tinyurl.com/83rnonq>.
- MARTINS, M. L. (2006). *A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico*. In M. L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e lusofonia* (pp. 79-87). Porto: Campo das Letras.
- Martins, M. L. (2017) *Da obsessão da portugalidade aos equívocos e possibilidades da lusofonia*. In V. de Sousa, *Da 'portugalidade' à lusofonia* (pp. 9-20). Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- MATTOSE, J. (2008). *A identidade nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares/Gradiva.
- SOUSA, V. (2017). *Da portugalidade à lusofonia*. Vila Nova de Famalicão: Húmus/CECS.
- SOUSA, V. (2020). *A lusofonia enquanto olhar pós-colonial: um percurso difícil afetado pela colonialidade. O discurso dos média lusófonos online*. Intervenção no III Seminário Internacional Imprensa Periódica e as Comunidades de Língua Portuguesa.
- STOER, S. R. & CORTESÃO, L. (1999). “*Levantando a Pedra*” – *Da Pedagogia Inter/Multicultural às Políticas Educativas numa Época de Transnacionalização*. Porto: Afrontamento.
- VECCHI, R. (2018). Depois das testemunhas: sobrevivências. *Memoirs*, p. 18. Retirado de <https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/MEMOIRS-encarte.pdf>.



República Democrática do Congo: as causas de um conflito latente

Ana Rafaela Batista

Estudante de Licenciatura em Relações Internacionais
Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho
anarato99@hotmail.com

O presente conflito étnico, político-económico e social na República Democrática do Congo (RDC), o maior país da África-Subsariana, localizado na África Central, constitui um assunto de elevada importância, não só pelas consequências enfrentadas pelo país mas também pela dimensão transnacional que lhe é conferida pelo envolvimento de atores externos que perseguem as riquezas do país, alimentando uma guerra de quase “dois séculos” que já assassinou mais de 5 milhões de pessoas. Foi o paradoxo do “país mais rico que na verdade é o mais pobre”, que me instigou a investigar as causas centrais deste confronto – a sua origem, justificação, efeitos e resposta da comunidade internacional – onde a paz é ainda vista como um fim longínquo, e a guerra, fome e doença um flagelo permanente.

A RDC, assim renomeada no despontar dos anos 90 pelo Presidente Laurent-Desiré Kabila, possui 89 milhões de habitantes que falam mais de 250 dialetos além do Francês, Lingala, Swahili, Kituba e Tshiluba, pertencendo a mais de 200 etnias diferentes, semelhantes na religião cristã, introduzida pelos portugueses por volta do século XIV-XV, durante o Império do Kongo (Heywood, 2009). A diversidade e a heterogeneidade que coabitam no país dificultam a criação de uma identidade própria, não obstante as tentativas ao longo da história, como o processo de *Zairinização* imposto pelo autocrata Mobutu Sese Seko (1965-1994) em busca de *la authenticité* (Meditz, 1994). No entanto, os 2382 episódios de violência registados de 17/10/2019 a 17/10/2020 fazem-nos recuar ao Estado livre do Congo (1885-1908) aquando o primeiro genocídio do povo congolês pelo Rei Leopoldo II, que assassinou pelo menos 10 milhões de congoleses. Foi a “hierarquia étnica” largamente promovida na colónia pela fisionomia dos escravos, assim como no Congo francês e no Ruanda que conduziu a uma acumulação de eventos, rivalidades e antagonismos culminantes no Genocídio do Ruanda, em 1994, quando

Hutus extremistas assassinaram mais de 800 mil Tutsis (UNHCR, 1999). O fenómeno levou à imigração de mais de 2 milhões de ruandeses tutsis e hutus moderados para o Burundi, Tanzânia, Uganda e RDC, dando assim início a um período longo de instabilidade. A maioria dos refugiados estabeleceu-se na zona oriental da RDC, nas províncias: Oriental, Maniema, Norte de Katanga e nos Kivus – o atual epicentro do conflito. Este último localiza-se na fronteira com o Ruanda, Uganda e Burundi ao longo do Lago Kivu e Tanganyika, onde subsistem mais de 70 milícias armadas desde 2014, espalhadas pela região como: a FDLR¹ formada pelos *genociders*; o M23²; as milícias Mai-Mai³ e os rebeldes islâmicos do Uganda: o Exército de Resistência do Senhor e as Forças Democráticas Aliadas (Mugnier, 2007). O combate às milícias armadas dá-se pelas Forças Armadas Congolesas (FARDC) e pela Monusco, desde 1999. Os vários atores do conflito, quer internos quer externos, bem como as diferentes motivações dos grupos rebeldes, conferem ao conflito uma complexidade acrescida, sendo por isso difícil de distinguir aqueles que realmente têm em vista o bem-estar do povo congolês nas suas ações, daqueles que o “alimentam” para praticar atividades ilícitas. A ausência de um governo eficaz e eficiente, cuja ação se estenda para lá da capital, Kinshasa, é inexistente, bem como a atuação das autoridades nacionais, que recorrentemente colaboram com grupos armados. Além disso, a insuficiência de infraestruturas de transporte, saúde e ensino bem como o elevado desemprego (61%) e criminalidade⁴ (ENAC, 2019), contribuem para a situação de precariedade em que 77% da população vive, aumentando por isso a probabilidade de proliferação de grupos armados e de recrutamento de crianças e jovens⁵. Estes dados traduzem-se no baixo índice de desenvolvimento humano (0,459) que colocam o país na 176^a posição do ranking (UNDP, 2019).

Os motivos que instigam a preponderância de grupos armados por todo o país relacionam-se com o poder e controlo territorial, sobretudo de localizações estratégicas pelos recursos naturais aí existentes – a madeira, a borracha, o marfim, o café, o petróleo e o carvão. Todavia, os recursos minerais são o principal fator de interesse destes grupos – os diamantes, o cobalto, o coltan, o cobre, o zinco, o magnésio, o ouro, a prata, o estanho, o tântalo, o nióbio, o urânio, o lítio, etc. – pelo facto de lhes permitir obter rapidamente lucros avultados, resultantes do recurso à violência – *conflict minerals* (Hilgert, 2008).

1. Forces Démocratiques de libération du Rwanda (FDLR).

2. Movimento precedente do Congrès National pour la Défense du Peuple (CNDP) que defende os Tutsis com o apoio do Governo do Ruanda e Uganda. Nomenclatura originária dos Acordos de Paz de 23 de março de 2009 que integraram o CNDP na FARDC;

3. As milícias Mai-Mai formam la Coalition de Patriotes Résistants Congolais (Pareco), agindo pela proteção do povo congolês.

4. A RDC é o segundo país africano onde existe maior criminalidade, a seguir à Nigéria.

5. Segundo o Relatório do Secretário Geral para Crianças e Conflito Armado de Junho 2020, existe registo de que mais de 3,107 crianças foram recrutadas voluntariamente (ou não) para combater nos grupos armados.

Cerca de 70% da economia do país é gerada informalmente através do tráfico de drogas, armas, pessoas, minerais e madeira. A pressão externa contribui igualmente para a manutenção do ciclo vicioso de exploração e violência, assim como as divergências étnicas, a *grievance*⁶, a sede de vingança e o desejo de mudança política e social. Porém, segundo a pirâmide das necessidades de Maslow, estes motivos – derivados de uma conjuntura económica e social específica – traduzem-se em necessidades básicas relacionadas com a sobrevivência. As raparigas, mulheres e crianças são o grupo social mais afetado pelo conflito armado, sofrendo graves violações de direitos humanos, violação sexual sistemática e massacres (ONU, 2019). Uma das particularidades deste conflito é o exercício da violação sexual como arma de guerra, que se tem vindo a agravar no contexto atual de crise sanitária global (Elbert et al., 2013). A insuficiência e até ausência de apoio às vítimas de abuso sexual e psicológico em certas regiões, assim como de infraestruturas e profissionais de saúde, aumenta consequentemente, os desafios enfrentados pelas vítimas. De acordo com os dados da Fundação Panzi⁷, relativos ao Hospital de Panzi situado em Bukavu (sul de Kivu), só de junho de 2020 a agosto 2020, registaram-se 865 vítimas de violência sexual e foram aceites 2469 casos de apoio psicossocial. A violência de género é igualmente notória no papel atribuído às raparigas e mulheres no seio dos grupos armados: escravas sexuais e/ou mulheres dos soldados.

As atrocidades ocorridas no país desde 1997 impulsionaram a resposta internacional sob a ação das Nações Unidas, primeiramente como Missão das Nações Unidas na RDC (MONUC) e a partir de 2010, na *Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la stabilisation en République démocratique du Congo* (Monusco). Desde aí que os capacetes azuis continuam a apoiar a estabilização e o reforço de instituições de governança e segurança da RDC, protegendo civis e vigiando locais de interesse com o apoio de inúmeras organizações internacionais (União Europeia, União Africana ou Banco Mundial) e organizações não governamentais (Organização Internacional da Cruz Vermelha, *Medecins Sans Frontieres* ou *Dr.Denis Mukwege Foundation*) no terreno (ONU, 2020). Contudo, a dimensão transnacional que o conflito revela, devia torná-lo alvo de uma intervenção amplificada, de forma a solucionar disputas étnicas, condenar atividades ilegais, deter e julgar *warlords* e

6. Terminologia inglesa referente a uma reclamação ou reivindicação.

7. Dados recolhidos da página de instagram: @panzifoundation / Panzi Hospital and Foundations.

estabelecer uma paz duradora. A falta de transparência do governo, a elevada corrupção e a ausência de mecanismos de resposta, têm exposto a população a um sofrimento que parece não ter fim. Dito isto, não basta manter a estabilidade no território, é preciso criar uma estratégia compreensiva e multifacetada que incida sobre a origem do conflito, evitando novos massacres. Esta estratégia deve considerar acordos de paz anteriores, a união das forças armadas nacionais, a justiça social e o desenvolvimento económico.

Bibliografia

- ELBERT, T., HINKEL, H., MAEDL, A., HERMENAU, K., HECKER, T., SCHAUER, M., RIEDKE, H., WINKLER, N. & LANCASTER, P. (2013). *Sexual and gender-based violence in the Kivu provinces of the Democratic Republic of Congo : Insights from Former Combatants*. Washington: World Bank. Retirado de <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/17852>
- ENAC. (2019). *Organized crime index Africa*. Retirado de https://ocindex.enactafrica.org/assets/downloads/ocindex_profile_democratic_republic_of_the_congo.pdf
- HEYWOOD, L. M. (2009, March). Slavery and its transformation in the Kigdom of Kongo: 1491- 1800. *The Journal of African History*, 50, 1-22. <https://doi.org/10.1017/S0021853709004228>
- HILGERT, S. (2008, March 4). *Mapping conflict motives: Eastern DRC*. Retirado de https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/82F3260A59CCA655C1257409004A92A4-Full_Report.pdf
- MEDITZ, S. W. (1994). *Zaire: a country studie*. Washington, D.C.: Federal Research Division, Library of Congress. Retirado de <https://www.loc.gov/item/94025092/>.
- MUGNIER, D. (2007, December 3). North Kivu: How to End a War. Retirado de <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/democratic-republic-congo/north-kivu-how-end-war>
- ONU (2020, junho). *Democratic Republic of Congo*. Retirado de <https://childrenandarmedconflict.un.org/where-we-work/democratic-republic-of-the-congo/>
- ONU (2019). *Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights*. Retirado de <https://www.securitycouncilreport.org/un-documents/document/s-res-2502.php>

- ONU (2020). *Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo, Report of the Secretary-General*. Retirado de <https://monusco.unmissions.org/en/reports-secretary-general-0>
- UNDP. (2019). *Congo (Democratic Republic of) Human Development Indicators*. Retirado de <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/COD>
- UNHCR. (1999). *Chapter 10: The Rwandan genocide and its aftermath*. In UNHCR, *The State of The World's Refugees 2000: Fifty Years of Humanitarian Action*. Retirado de <https://www.unhcr.org/publications/sowr/3ebf9bb60/state-worlds-refugees-2000-fifty-years-humanitarian-action-chapter-10-rwandan.html>



A crise da água em contexto de conflito armado: o caso da República Centro-Africana

Capalo Gabriel Katumbi

Estudante de doutoramento em Geografia,
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
captumbi@gmail.com

A República Centro-Africana (RCA) é um país localizado no centro do continente africano, com 622 984 km², ou seja, é um pouco maior do que França. Sem saída para o mar, o país é dominado por savanas, cada vez mais secas quanto mais para norte, quase até ao limite da região do Sahel. A maior parte do país caracteriza-se por ser uma zona tropical húmida, sendo que o norte do país é uma zona tropical com estações secas. Com grande parte de infraestruturas e equipamentos que remontam à era colonial, e com seis décadas de independência, a República Centro-Africana é um dos países do Sul Global que tem estado mergulhado em crises profundas, com instabilidade política e problemas socioeconómicos. Neste breve texto explora-se a situação geopolítica da RCA, e discutem-se, de forma preliminar, as dificuldades de acesso a água potável, neste contexto de violência, instabilidade e confrontos político-militares.

Desde que a República Centro-Africana se tornou independente, libertando-se da ocupação colonial francesa em 1960, a estabilidade política nunca foi duradoura. Os reiterados golpes de Estado, os conflitos étnicos, tribais e religiosos, quase sempre estiveram entre as principais causas que têm inviabilizado a construção de um Estado-nação estável e funcional (Siradag, 2016; Weber & Kaim, 2014). Com 80 grupos étnicos distintos, entre muçulmanos e cristãos, atualmente o país conta com cerca de 14 grupos rebeldes que emergem progressivamente, talvez como consequência da mescla de má governação, corrupção e discriminação (Siradag, 2016), e, sobretudo das desigualdades sociais. Os principais atores políticos e/ou elites daquele país, e as suas ações, contribuíram decisivamente para o estado da situação que hoje conhecemos, nomeadamente: o segundo mais baixo índice de desenvolvimento humano, só atrás do

Níger, pobreza extrema, elevados índices de insegurança, malnutrição, entre outros males (World Bank, 2019).

A significativa apetência pelo poder político, bem como o desejo de satisfação de interesses pessoais, constituem algumas das causas mais relevantes dos confrontos político-militares que por vezes envolve milícias, grupos rebeldes e religiosos, na RCA (International Crisis Group, 2007; Siradag, 2016). De entre as várias ocorrências do início do século XXI, destacam-se o golpe de Estado do ex-Presidente Ange-Felix Patassé, a 15 de maio de 2003, pelo grupo de rebeldes liderado por François Bozizé (designados por *Séléka*, que são originariamente do norte do país e maioritariamente muçulmanos), e o exercício do cargo de Presidente da RCA, até março de 2013, altura em que também é afastado com um golpe de Estado por Michael Djotodia, líder dos *Balaka* (rede de milícias sobretudo cristãs que emergiu em resposta aos *Séléka*). A eleição democrática do presidente Faustin-Archange Touadéra em dezembro de 2015-fevereiro de 2016, indiciou a possibilidade de uma nova era mais pacífica, o que não veio a suceder, estando a maior parte do país sob controlo de forças rebeldes.

A matriz dos acontecimentos da época em análise tem imbricações históricas que remontam aos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial. Em África, os conflitos armados, os golpes de Estado, bem como, as distintas formas de tortura e repressão têm significativas interferências e influência das ex-potências colonizadoras. No caso em concreto, destaca-se a indelével presença de França, com mais de 50 intervenções militares no continente africano no geral, e em particular na RCA (International Crisis Group, 2007; Siradag, 2016). O antigo colonizador aprofundou em 2006 as relações com este país africano, assegurando os seus interesses, concedendo em troca o apoio militar ao governo de Bozizé. Ao mesmo tempo, a RCA tem sido um lugar de exploração por parte de um conjunto vasto de atores internacionais.

Este quadro político da República Centro-Africana, em que mais de metade da população vive de assistência humanitária (UNCHA, 2017), permite inferir que existem consequências significativas que se refletem principalmente nos domínios da saúde, educação, energia e água. África é o segundo continente mais seco, depois da Austrália, e a água doce está distribuída muito desigualmente devido à grande variabilidade de precipitação nas diferentes zonas climáticas. No país, a cobertura de

abastecimento de água e de saneamento básico em 2008 era de 30% e 5%, respetivamente (Djeuga, 2015). Ao mesmo tempo, o crescimento demográfico registado nas últimas décadas não foi acompanhado de um planeamento previamente ordenado (Nguimalet et al, 2005), facto que transforma o território num conjunto de assentamentos informais que vão crescendo.

Uma grande proporção da população africana depende de recursos hídricos subterrâneos para consumo doméstico e para a agricultura. Apesar de a maior parte dos habitantes na RCA usar água diretamente de poços e de rios, inclusivamente para beber, a sua qualidade é muito deficiente (Kamba, Sangija & Wei, 2016), e manifesta-se nos indicadores da esperança média de vida, que pouco ultrapassa os 50 anos, e sobretudo na mortalidade infantil, que ronda os 10%. A importância da água como recurso estratégico, pode desencadear conflitos em países com sistemas políticos deficitários ou sem segurança (Djeuga, 2015). No país há disputas históricas de água entre comunidades agrárias e comunidades pastoris, cujas rotas de gado atravessam o país de este para oeste. Com o falhanço do Estado, grupos rebeldes têm efetuado bloqueios de estradas, e extorquido muitos recursos às comunidades pastoris. Este facto tem levado à crescente militarização destas últimas comunidades, bem como à alteração de rotas bem estabelecidas, provocando mais conflitos com comunidades agrárias. O facto de as comunidades pastoris serem predominantemente muçulmanas inflama ainda mais as tensões religiosas e sectárias. A predominância de milícias e grupos armados, bem como a proliferação de armas de pequeno porte, tem aumentado os confrontos nas comunidades, e, em função disso, registam-se práticas de destruição das valiosas infraestruturas de água, bem como a limitação ao acesso a poços de água e poluição dos mesmos. Portanto, no contexto em análise, a procura pela água converte-se num instrumento de conflito, onde muitas pessoas percorrem cerca de cinco quilómetros ou mais (Wholives, 2020) para poder aceder a este bem essencial. O transporte de água é uma tarefa predominantemente desempenhada por mulheres e crianças, e acabam por ser estas as principais vítimas de violência e estupro por parte de grupos armados, rebeldes e criminosos.

Uma das grandes causas de pobreza em muitas partes de África, que é também uma das mais descuradas, é o acesso a água potável. Neste

caso particular da RCA, a água tornou-se um meio e método de guerra (Djeuga, 2015). A formulação ou o elencar de possíveis soluções para este conflito não é possível numa investigação desta natureza. Vários investigadores apontam para ideias que passam pela integração de grupos armados no sistema de segurança do Estado como estratégia para reduzir, a longo prazo, a violência e aumentar a estabilidade. Em todo o caso, a situação humanitária em 2020 tem vindo a piorar, e, mesmo na capital Bangui, estima-se que cerca de 45% da população esteja em situação de insegurança alimentar.

Bibliografia

- DJEUGA, I. C. N. (2015). The Janus face of water in Central African Republic (CAR): towards an instrumentation of natural resources in armed conflicts. *Les Cahiers d'Outre-Mer*, 273(4), 577–594. <https://doi.org/10.4000/com.7667>
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP. (2007). *Central African Republic priorities for ending poverty and boosting shared prosperity systematic country diagnostic*. Retirado de <https://www.refworld.org/>
- KAMBA, F., Sangija, F., & Wei, S. (2016). Impact of water pollution on human health in the Central African Republic. *Advances in Social Sciences Research Journal*, 3(1), 90–115. <https://doi.org/10.14738/assrj.31.1764>
- NGUIMALET, C.-R., BALIKOUZOU-HINNA, D. A., GOTHARD-BASSEBE, M.-C., & SEMBALLA, S. (2005). Gestion de la qualité de l'eau, conflits et risques dans la ville de Bangui (République centrafricaine). *Geocarrefour*, 80(4), 325–334. <https://doi.org/10.4000/Geocarrefour.1295>.
- SIRADAG, A. (2016). Explaining the conflict in Central African Republic: Causes and Dynamics. *Epiphany: Journal of Transdisciplinary Studies, Faculty of Arts and Social Sciences*, 9(3), 86–103. <http://dx.doi.org/10.21533/epiphany.v9i3.246>.
- UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (2017) Central African Republic. Retirado de <http://www.unocha.org/car>.
- WEBER, A., & KAIM, M. (2014). *Central African Republic in Crisis*. African Union Mission Needs United Nations Support. SWP Comments, 15 Retirado de https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2014C15_web_kim.pdf

Wholives. (2020). *Water is a basic human need*. Retirado de <https://wholives.org/our-mission/mission/#>

WORLD BANK (2019). *Central African Republic priorities for ending poverty and boosting shared prosperity systematic country diagnostic*. Washington: World Bank. Retirado de <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32112>

JEL NPUDI!



L DIPOVO
MBALLO
DENTE



GENERAL DIPOVO
U. S. EMBALLO
PRESIDENTE

As Missões de Observação Eleitoral em África: o caso da Guiné-Bissau

Jorge Rafael Martins Garrido

Estudante de Mestrado em Geografia
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
jorgerafaelgarrido@sapo.pt

As Missões de Observação Eleitoral (MOE) “inserem-se no quadro da valorização das instituições do Estado de Direito, assente nos valores da democracia, da boa governação e do respeito pelos Direitos Humanos” (MNE, 2020, s.p.) e ocorrem quando um governo de um país, onde em breve vai haver eleições, convida um país estrangeiro, ou uma organização internacional ou outra entidade independente, para observar o seu processo eleitoral.

Da observação resulta um relatório final, que contém a avaliação integral do processo eleitoral e das várias fases que o constituem. O relatório inclui, ainda, recomendações para a melhoria dos próximos processos eleitorais. Neste contexto, uma avaliação desfavorável do processo eleitoral, o desrespeito e a não aplicação das recomendações pode resultar em mudanças nas relações internacionais e de cooperação entre os atores envolvidos nas MOE.

Então, porque é que um governo convida uma MOE, sabendo que dela pode resultar um relatório desfavorável e que isso pode culminar na perda de credibilidade, apoio internacional e noutro tipo de sanções? Susan Hyde (2011) explica que os líderes pseudodemocráticos enfrentam um dilema. Se é certo que convidar uma MOE implica o risco de ser alvo de um relatório final desfavorável, o facto de um governo não convidar uma MOE faz com que a comunidade internacional presuma que o processo eleitoral seja fraudulento. Assim, convidar uma MOE corresponde ao envio de um sinal positivo à comunidade internacional, de que o governo está a conduzir esforços para a democratização do país e para a melhoria das condições de vida dos cidadãos, não havendo, por isso, razões para diminuir a ajuda internacional, o investimento estrangeiro, o turismo, o comércio, a rejeição da candidatura do país a membro de uma organização

internacional e a sua exclusão de fóruns internacionais. Em suma, as eleições observadas por entidades internacionais e independentes são consideradas mais democráticas do que as que não são observadas por essas mesmas entidades (Hyde, 2011).

As MOE, ao fornecerem “uma avaliação imparcial e exata da natureza dos processos eleitorais para benefício da população do país em que se desenrolam as eleições e para benefício da comunidade internacional” (ONU, 2005, p. 58), constroem os governos e os líderes pseudodemocráticos, forçando-os a enviar os sinais certos à comunidade internacional, não só para garantirem os benefícios a nível internacional, mas também para, em último caso, preservarem o poder que detêm, através de um relatório favorável e positivo, acreditado por uma entidade internacional independente. Deste modo, percebe-se a importância das MOE e a razão pela qual se tornaram numa norma internacional (Hyde, 2011).

De facto, já nos encontramos na terceira onda de democratização, que teve início na década de 1990 (Crawford & Lynch, 2012). África, em concreto, possui um papel central nesta terceira onda de democratização e o facto de a União Europeia (UE) já ter concretizado 48% das suas MOE em 37 países africanos, desde 1993 (SEAE, 2020), parece corroborar a ideia de que África tem atraído as atenções da comunidade internacional, principalmente da Europa, para a sua democratização. No entanto, para Gordon Crawford e Gabrielle Lynch (2012), o sucesso da terceira onda de democratização em África, nomeadamente na África Subsariana, tem sido diminuto, uma vez que “não testemunhou a retirada completa dos militares da política” (Crawford & Lynch, 2012, p. 3).

Por exemplo, na Guiné-Bissau “a introdução de eleições multipartidárias, em 1994, foi seguida por sucessivos golpes de Estado” (Crawford & Lynch, 2012, p. 3), um em 1998, ao qual se sucedeu a Guerra Civil (1998-99), e outro em 2003, após o chefe de Estado ter dissolvido a Assembleia Nacional Popular, em 2002. A grande instabilidade política que se seguiu ao golpe de Estado de 2003, implicou a assinatura da Carta de Transição Política, por parte de um comité militar e dos partidos políticos, dos quais se destaca o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), que desde a independência tem dominado a esfera política do país. A assinatura desta

carta deu início ao segundo período de transição para a democracia na Guiné-Bissau e tinha como objetivos, a restauração da ordem constitucional e o estabelecimento de “uma cronologia para a realização de eleições legislativas e de uma eleição presidencial que marcaria o fim do período de transição” (UE, 2005, p. 7). O fim do segundo período de transição para a democracia coincidiu com o início das MOE-UE, na Guiné-Bissau.

Até ao momento, a UE concretizou quatro MOE-UE na Guiné-Bissau (2005, 2008, 2009 e 2014). Embora nenhuma delas tenha resultado numa avaliação negativa, uma vez que os direitos fundamentais e garantidas as liberdades civis e políticas, nomeadamente, de movimento, de reunião, de associação, de voto e de candidatura, foram respeitados, fornecendo, assim, as condições necessárias para a realização de eleições democráticas, em conformidade com os principais internacionais (UE, 2005, p. 13; UE, 2008, pp. 13-14; UE, 2009, pp. 11-12 e UE, 2014, p. 6), as equipas das várias MOE redigiram recomendações para melhorar as eleições futuras, algumas delas repetidas em mais do que uma MOE.

No entanto, devido à persistente instabilidade política vivida no país, à relutância da classe política face à mudança e à incapacidade financeira e técnica, a aplicação da maior parte das recomendações foi, de um modo geral, demorada, tendo em alguns casos nunca chegado a acontecer. Por exemplo, só foram criadas as condições necessárias para a diáspora guineense, na Europa e em África, exercer o direito de voto nas eleições presidenciais de 2014, apesar de no relatório final de 2005 essa ser uma das recomendações (UE, 2005, p. 39 e UE, 2014, p. 6). Do mesmo modo, a realização de eleições autárquicas foi uma das recomendações do primeiro relatório da missão europeia, mas, na Guiné-Bissau, estas nunca se realizaram, apesar de previstas na Constituição (UE, 2005, pp. 38 e 42 e UE, 2014, pp. 9, 18 e 53).

O voto étnico tem um papel preponderante nas eleições da Guiné-Bissau. Por exemplo, nas páginas seguintes são apresentadas três figuras que representam a distribuição espacial dos resultados das eleições presidenciais de 2005 (Figura 1 e Figura 2) e das eleições legislativas de 2008 (Figura 3). Na Figura 1 e na Figura 3 é possível identificar o denominado eixo balata, que se estende desde Bigene/Bula, no norte do país, até Bedanda/Cacine/Quebo, no sul. Nas eleições de 2005, o candi-

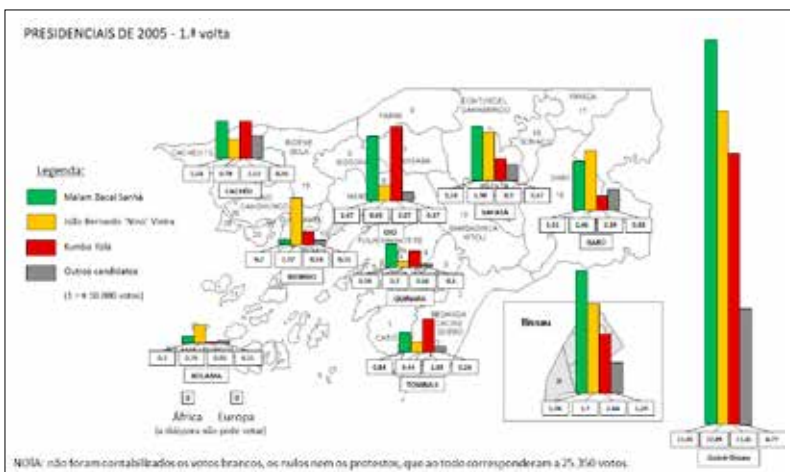


Figura 1. Distribuição espacial dos resultados das eleições presidenciais de 2005 (1.ª volta)
 Fonte: UE 2005, p. 67 & CNE, 2005

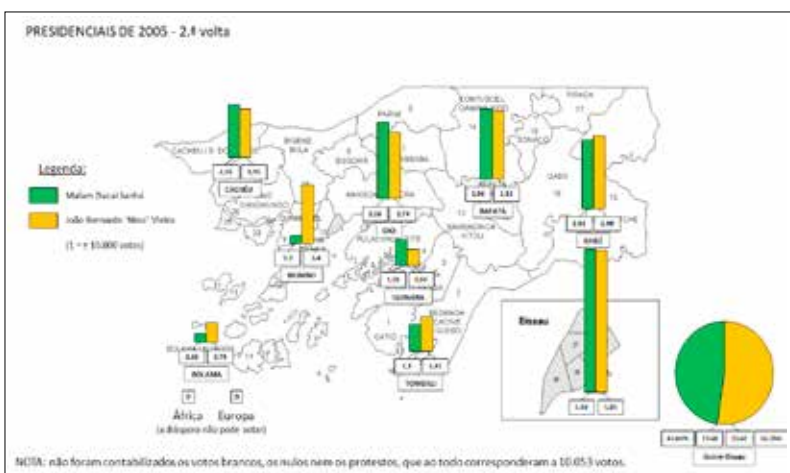


Figura 2. Distribuição espacial dos resultados das eleições presidenciais de 2005 (2.ª volta)
 Fonte: UE 2005, p. 67 & CNE, 2005

dato presidencial, Kumba Yalá, de etnia balanta, obteve maior número de votos nos territórios onde existem mais eleitores da mesma etnia, especialmente quando comparado com os restantes círculos eleitorais (Figura 1). Apesar de não ter passado à fase seguinte, Kumba Yalá apoiou “Nino” Vieira na segunda volta das eleições. “Nino” viria depois a ser eleito o novo Presidente da República da Guiné-Bissau devido, em parte, ao apoio que recebeu dos eleitores do eixo balanta (Figura 2). A Figura 3 demonstra o claro domínio político do PAIGC em quase todo o país, à exceção do território que corresponde ao eixo balata. Como tal, foi ao longo deste eixo que o partido PRS (Partido para a Renovação Social), na altura liderado por Kumba Yalá, obteve maior número de assentos parlamentares.

Adicionalmente, e apesar dos desenvolvimentos positivos em torno da melhoria do processo eleitoral como, por exemplo, as alterações às leis eleitorais, aprovadas em 2013 e o facto de as campanhas eleitorais e os dias de votação terem ocorrido, de um modo geral, de forma pacífica e ordeira (UE, 2005, pp. 1 e 32; UE, 2008, pp. 24 e 34; UE, 2009, pp. 4 e 36 e UE, 2014, pp. 28 e 30), o índice de democracia não melhorou durante

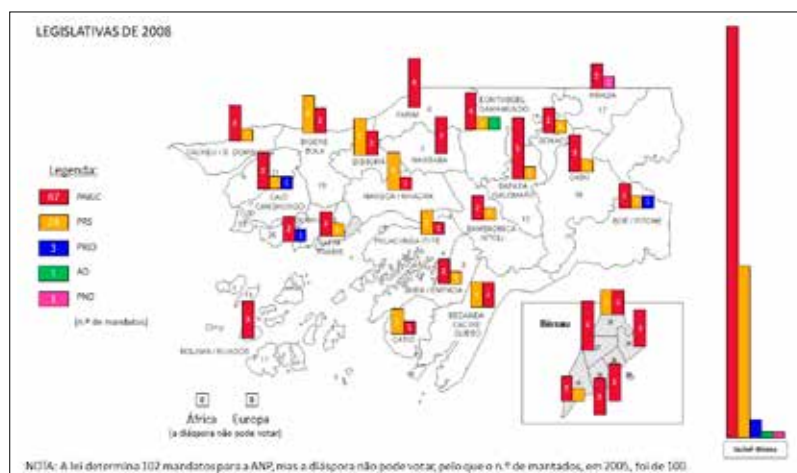


Figura 3. Distribuição espacial dos resultados das eleições presidenciais de 2005 (2.^a volta)
 Fonte: UE 2005, p. 67 & CNE, 2005. Fonte: UE 2005, p. 67 & CNE, 2008

o período [2005-2014], tendo-se, inclusivamente, registado uma diminuição muito ligeira entre 2006 e 2018, para só em 2019 registar uma melhoria (Tabela 1). Apesar da ligeira melhoria registada em 2019, os mais recentes acontecimentos relacionados com as últimas eleições presidenciais (Rodrigues, 2020) levam a que essa melhoria retome a tendência descendente dos anos anteriores.

2006	2008	2010	2011	2015	2018	2019
2	1,99	1,99	1,99	1,93	1,98	2,63

Tabela 1. Índice de democracia na Guiné-Bissau entre 2006 e 2019

Fonte: *The Economist - Intelligence Unit*

Concluindo, as MOE podem ter um papel fundamental para a democratização de um país, não só porque pressionam os líderes políticos a enviar os sinais certos ao resto do mundo e aos seus próprios cidadãos de que estão comprometidos com a construção de uma sociedade civil forte, onde se verifica a separação efetiva dos poderes legislativo, judiciário e executivo onde existem instituições autónomas, imprensa livre e liberdade de expressão e onde os cidadãos são respeitados (Sarmiento, 2019), como também fornecem, ao resto do mundo, uma imagem acreditada e independente do nível da democracia desse país. Consequentemente, a comunidade internacional, mediante essa imagem, pode tomar uma atitude sancionatória ou, por outro lado, reforçar a cooperação com o país anfitrião de uma MOE. No entanto, no caso concreto da Guiné-Bissau as MOE parecem contribuir pouco para a sua democratização, uma vez que a instabilidade política persiste. Em contrapartida, existem outros fatores da sociedade guineense que deverão ser considerados como prioritários como, por exemplo, a aposta na educação, o reforço da capacidade institucional, a promoção da descentralização, o reforço da participação feminina na vida política, a melhoria das capacidades técnicas e financeiras dos meios de comunicação social e a reforma das forças armadas (UE, 2005, pp. 35-39), que permitirão atingir avanços mais significativos para a democratização da Guiné-Bissau.

Bibliografia

- CNE (2005). *Resultado Eleições Presidenciais 2005*. Retirado de <http://www.cne.gw/resultado-presidenciais-2005>
- CNE (2008). *Legislativas de 2008*. Retirado de <http://www.cne.gw/resultado-de-2008>
- CRAWFORD, G. & LYNCH, G. (2012). Democratization in Africa 1990-2010 an assessment. In G. Crawford & G. Lynch (Eds.), *Democratization in Africa: challenges and prospects* (pp. 1-36). Abingdon: Routledge.
- HYDE, S. (2011). Introdução. In S. Hyde, *The pseudo-democrat's dilemma: why election observation became an international norm* (pp. 1-27). Ithaca: Cornell University Press.
- MNE (2020). *Observação Eleitoral*. Retirado de <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/carreiras-e-oportunidades/observacao-eleitoral#principios>
- ONU (2005). *Declaração dos princípios de observação eleitoral internacional e código de conduta para observadores eleitorais internacionais*. Nova Iorque: ONU.
- RODRIGUES, A. (2020, 30 de julho). Organizações da sociedade civil denunciam ameaças graves às liberdades na Guiné-Bissau. *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/2020/07/30/mundo/noticia/organizacoes-sociedade-civil-denunciam-ameacas-graves-liberdades-guinebissau-1926500>
- SARMENTO, J. (2019). *A observação eleitoral internacional e a consolidação da democracia: o papel da União Europeia em África e em Moçambique*. Braga: CECS, Universidade do Minho. Retirado de http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/3156/3054
- SEAE (2020). *List of EU EOM and EEM missions 1993-2019*. Retirado de https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/16679/list-eu-eom-andeem-missions-1993-2018_en
- UNIÃO EUROPEIA (2005). *Relatório final da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia: eleições presidenciais da Guiné-Bissau de 2005*.
- UNIÃO EUROPEIA (2008). *Relatório final da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia: eleições da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau de 2008*.
- UNIÃO EUROPEIA (2009). *Relatório final da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia: eleições presidenciais antecipadas da Guiné-Bissau de 2009*.
- UNIÃO EUROPEIA (2014). *Relatório final da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia: as eleições presidenciais e legislativas da Guiné-Bissau de 2014*.



Mulheres e direitos: violência doméstica e de gênero em perspectiva, na Guiné Bissau

Raphaella Pereira dos Santos Câmara

Estudante de Doutoramento em Antropologia
Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
raphaella_camara@hotmail.com

O estudo da violência doméstica e de gênero sobre mulheres é um dos mais relevantes no campo dos direitos humanos. É pertinente pelas suas dimensões jurídicas, sanitárias e sociais. Neste contexto, é importante analisar se essas mulheres são consideradas cidadãs de plenos direitos nas suas culturas e se estas são respeitadas, incluindo o reconhecimento da condição de ser mulher. O objetivo desta investigação é aflorar os pressupostos históricos e normativos, bem como as suas implicações morais e sociais, neste domínio, no caso da Guiné-Bissau (ver Moreira, 2018).

Os artigos 4º e 5º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos povos, de 1981, protegem a dignidade inerente à pessoa humana e ao reconhecimento da sua personalidade jurídica para todos os indivíduos, inclusivamente a proibição da tortura física ou moral, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, pois todas as mulheres têm direito à vida, à integridade física e à segurança. A Declaração sobre Eliminação da Violência Contra as Mulheres (Resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993, proclamada pela Assembleia das Nações Unidas), nos seus artigos 1.º e 2º, ressalva a violência contra as mulheres como qualquer ato de violência baseado no gênero, podendo causar dano, sofrimento físico, sexual ou psicológico, incluindo as ameaças, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública ou privada. Esta violência praticada inclui castigos corporais, privações da liberdade, ofensas sexuais, assédio e a intimidação sexual no local de trabalho, nas instituições educativas e em outros locais. Dessa forma, o Estado deve criar mecanismos eficazes e políticas de proteção à integridade e dignidade da mulher, como melhorar o atendimento e preparação das forças policiais e de segurança, para que quando as mulheres forem realizar as suas denúncias não

sejam discriminadas, ignoradas ou até mesmo passarem por situações de desconsideração.

Numa entrevista a um jurista e investigador guineense dos direitos sociais e humanos, este relatou que “a violência doméstica é naturalizada pela sociedade, principalmente nas zonas rurais, onde praticamente ninguém denuncia por medo de retaliação” (M., entrevista pessoal, 13 de novembro de 2020). Para M., a violência doméstica sempre esteve presente nos diversos lares (da capital ao interior do país) devido à realidade cultural e à prevalência da perspectiva da superioridade do homem em vários aspetos. Esta é uma realidade que atravessa todas as categorias sociais e económicas no país. O papel atribuído ao homem resulta do seu poder, hierarquia, estatuto e posses, e na maioria dos casos há resistência às normas e dificuldades de aceitação da igualdade de género entre homens e mulheres. Já muitas mulheres seguem os padrões culturais e tradicionais, sendo marginalizadas, subalternizadas, e encontrando-se “numa posição ainda mais periférica pelos problemas subjacentes às questões de género” (Spivak, 2014, p. 17). Não são reconhecidas como mulheres de direitos plenos e não são reconhecidos os seus percursos e sofrimento prolongado. Tais factos são comuns na sociedade de Guiné Bissau. Como refere M., dentro destas práticas existem:

“Os casamentos forçados que muitas das vezes podem levar a constituir agressão física pela recusa da mulher. Estes tipos de casamentos em sua maioria seriam verificados como troca de algo em património (gado, etc.) ou dinheiro em espécie. No caso das recusas das práticas culturais das meninas a serem circuncisadas, ou seja, a mutilação de órgão genital íntimo da mulher, principalmente as praticantes do islão; as mulheres viúvas que recusam casar com o irmão do marido falecido ou um parente próximo, ela pode ser castigada por meio de violência, inclusive poderá perder todos os bens deixados pelo marido; a prática do ato sexual sem o consentimento da companheira; as agressões e espancamentos das namoradas. O mais caricato é a falta de presença da autoridade Estatal para pôr fim a essas práticas desumanas. A omissão das instituições do Estado em proteger os seus cidadãos está na origem em motivar a continuidade dessas violências domésticas e alguns casos nas próprias instituições públicas” (entrevista pessoal, 13 de novembro de 2020).

O impacto do desemprego, a diminuição do rendimento e o convívio social obrigam as vítimas também a conviver com o(a) agressor(a), sujeitando-se aos seus interesses e receando denunciá-lo(a), seja pelo medo do estigma social ou até mesmo por pressão familiar. Embora possam recorrer a alguns organismos oficiais de comunicação, grupos de apoio à mulher, não há garantias de que se registem as denúncias, o que não permite uma resposta eficaz dos serviços de proteção social e de assistência do país. Este facto tem conduzido a que as mulheres exijam uma proteção ao Estado, para a concessão legal dos seus direitos e/ou ao reconhecimento do seu género e sexo, na condição de ser mulher.

A Guiné Bissau é signatária de um conjunto de convenções internacionais que protegem os direitos das mulheres: Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948; Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), de 1979; Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, de 1981; Protocolo sobre os Direitos das Mulheres, de 2003; Carta da Juventude Africana, de 2006; Agenda 2063 da União Africana (UA), de 2014; Estratégia de Género da União Africana, 2018-2027 “Eliminação da violência e discriminação de género”; Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (incide sobre a igualdade de género). Há também legislação nacional sobre o assunto, como a Lei nº 12/2014, sobre violência doméstica.

Neste país lusófono da África ocidental, a violência doméstica é configurada de modo direto ou indireto, praticado no âmbito familiar ou não, por qualquer pessoa que tenha relações de afetividade, sendo um crime público. Qualquer pessoa, além da vítima (pessoa singular que sofreu um dano à sua integridade física, mental, moral, material nas relações domésticas e familiares), pode apresentar denúncia ao Ministério Público e às autoridades oficiais (artigo 3º, da Lei nº 12/2014). O agravamento das penas pode ocorrer quando estão presentes filhos ou outros menores; quando são contra pessoas com deficiência ou idosos; uma mulher grávida; quando há antecedentes de violência; quando configura uma relação de incesto; quando são praticados sob o efeito de álcool ou drogas; e quando resultar em contaminação por infeções sexualmente transmissíveis. Na violência sexual, a moldura penal pode ser de três a 12 anos, e a quem através de práticas tradicionais atentar contra os direitos sexuais e reprodutivos da vítima.

Por lei as vítimas têm direito a um atendimento urgente pelas entida-

des policiais, sanitárias e outras, num espaço privado, havendo sempre a proteção da sua privacidade. Têm igualmente direito a exames médicos, podendo mesmo ter que ser indemnizadas por perdas e danos sofridos em função da violência doméstica. Em relação ao acesso à justiça, previsto nos artigos 32º, 34º e 37º, da Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB), todos os cidadãos têm direito de recorrer aos órgãos jurisdicionais contra os atos que violem os seus direitos reconhecidos pela Constituição e pela Lei, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos, têm direito à informação e a proteção familiar.

Há um conjunto de instituições importantes neste campo, que prestam assistencialismo e trabalham na luta contra à violência doméstica e de género, e que importa destacar. Estas vão desde órgãos públicos, como o Ministério da Mulher Família e Proteção Social (MMFPS), o Instituto da Mulher e Criança (IMC) e o Comité Nacional para o Abando de Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e Criança (CNAPN), até associações ou organizações como a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), a Rede Nacional de Luta contra Violência de Género (RENLUV). O Conselho Nacional de Juventude (CNJ), instância de coordenação das associações juvenis guineenses, proporciona que o Centro de Acesso à Justiça (CAJ) dê assistência direta às vítimas de violência, casamento forçado ou precoce e a todas as formas de violação dos direitos às jovens entre os 10 e os 24 anos.

Apesar de todos estes enquadramentos jurídicos e institucionais, como argumenta Moreira (2018, p. v), “as questões de género na Guiné-Bissau são indissociáveis das dinâmicas políticas e espelham e enformam o funcionamento das instituições do país”. Foi neste contexto que um conjunto de mulheres ativistas da Guiné-Bissau, de diferentes classes, idades, realizaram a campanha intitulada *Mindjer i ka Tambur* (Mulher não é Tambor) nas redes sociais e plataformas digitais. Este grupo denuncia agressões e realiza campanhas de sensibilização para o problema, como a divulgação de fotografias com simulações de agressões físicas. O objetivo é incentivar as vítimas a não permanecerem silenciosas, denunciarem essas práticas de violência doméstica e de género e envolverem o maior número de pessoas da comunidade neste problema.

Como refere Moreira (2018, p. 88), a construção do Estado da Guiné-Bissau é uma conquista essencialmente masculina e de masculinidades. A forma como as leis têm sido aplicadas ou não permite pensar que a

violência no país é estrutural e mesmo cultural, seguindo práticas punitivas, historicamente marcadas pela tradição. Além de nos permitir pensar sobre diferenças de género, esta realidade está ainda relacionada com a identidade constituída com base nos papéis sociais, manifestada num regime de diferenças e jogo de referências – e com o preconceito relativamente às mulheres, fazendo com que estas amiúde se comportem como é esperado dos seus supostos papéis sociais (Matos, 2009). Estudar estes fenómenos permite mostrar a importância das relações de alteridades imersas na sociedade, os processos de resistência, interações e ideologias.

Bibliografia

- MATOS, P. F. de. (2009). Projectos Coloniais e seus efeitos: o caso do trabalho de José Redinha desenvolvido no museu do Dundo. *Poiésis. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, 2(2), 42-61.
- MOREIRA, J. E. K. T. (2018). *A “cultura di matchundadi” na Guiné-Bissau: género, violências e instabilidade política*. Tese de Doutoramento em Estudos Africanos, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal
- SPIVAK, G. C. (2014). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.



A eficácia do estatuto de refugiado e da legislação pela liberdade de orientação sexual e de identidade de género no contexto sul-africano

Chiara Zanchetta

Estudante de Licenciatura em Línguas e Relações Internacionais
Faculdade de Letras, Universidade do Porto
chiarazanchetta@gmail.com

O conceito de África construído pelos média euro-americanos é estático e as repetitivas representações do continente influem no imaginário social, no qual há uma história única que restringe a imagem do ser *queer* como um indivíduo branco. A repetição dessa imagem acaba por invalidar a identidade *queer* negra africana e reduzir o continente a discursos homofóbicos, no entanto, existem estudos e pesquisas históricas e antropológicas realizados no continente africano que demonstram que diferentes culturas não só reconheciam, como também aceitavam os indivíduos que se autoidentificavam com um género diferente daquele que era reconhecido pela sociedade. A atual representação estereotipada do continente deriva de um longo processo histórico no qual foi imposto aos africanos a supressão dos seus costumes tradicionais locais pelas elites coloniais, havendo por consequência a conturbação das construções orgânicas de género e sexualidade, normatizando-as através das leis da sodomia que delimitavam que atos sexuais que contradissem a moral e a naturalidade humana poderiam ser considerados crimes.

Em decorrência da manutenção de legislações heteronormativas vê-se, atualmente, grupos fundamentalistas religiosos e partidos políticos com grande influência governamental que ora patologizam, ora negam a existência *queer* no continente. Essa atitude é utilizada como uma estratégia política de cunho nacionalista ao rotular o *queer* como não pertencente àquela localidade – lapso memorial das imposições coloniais – e afirmar que iniciativas pró-*queer* são influências neo-coloniais das normas sexuais e das expressões de género euro-americanas.

O contexto de vida dos indivíduos *queer* em África é conceitualizado à luz da teoria *queer* africana, os *queer of color* (Manifesto, 1995) que evita assimilar-se a grupos LGBTQI+ internacionais para não cederem a interesses estrangeiros que seguem modelos brancos, burgueses, ocidentais e euro-americanos. Ao evitarem participar de uma *queerness* partilhada globalmente, esse movimento pratica a descolonização do pensamento ao desenvolver um movimento identitário que luta pelas necessidades provenientes de seu próprio contexto social, acordando com diversos pesquisadores que argumentam que a África deve ser estudada em seus próprios termos. Ambas as visões dos ativistas do movimento *queer* africano e dos fundamentalistas religiosos e políticos homofóbicos baseiam-se numa tentativa de construir uma africanidade.

A conjuntura jurídica da constituição nacional da África do Sul, pode ser entendida como progressista e inclusiva, dentro de suas concepções. Em contraposição, a existência desses mesmos recursos legais na maioria dos restantes países africanos – a homossexualidade é tratada de forma punitiva em 37 países dos 52 países que constituem o continente africano – faz com que o país seja considerado um refúgio para aqueles que buscam melhores condições de segurança e liberdade para exercerem suas identidades. A África do Sul é o país mais requisitado por pessoas que solicitam asilo com base em sua identidade de género e orientação sexual dentro continente africano.

Início a análise jurídica de estatuto do refugiado a partir da diferenciação entre um solicitador de asilo e um refugiado dentro do contexto jurídico sul-africano. O processo de asilo prescrito pela lei dos refugiados pode ser dividido em três estágios: entrada, aplicação e determinação de estatuto. A fase final é uma entrevista conduzida por um funcionário do Departamento de Assuntos Internos (DHA) na qual é determinado se o solicitante de asilo tem ou não um pedido de asilo válido, ou seja, se o requerente receberá ou não o estatuto de refugiado.

O Governo da República da África do Sul tem a obrigação de conceder proteção às pessoas que precisem de proteção de acordo com a Convenção da Organização das Nações Unidas de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, uma vez que o país faz parte do comité de países signatários. De acordo com essa Convenção da ONU, um refugiado pode ser um “refugiado por convenção”, que deixou seu país de origem por

receio de ser perseguido devido a razões étnicas, religiosas, políticas e de identidade, mas também pode ser uma pessoa “com necessidade de proteção”, e cujo regresso ao seu país de origem significaria enfrentar um risco de vida.

O *Refugee Act* 130 de 1998 sul africano baseou-se, para além da Convenção das Nações Unidas, na Convenção da Organização da Unidade Africana que segue o mesmo padrão legal de igualdade e justiça pelo direito dos refugiados, expandindo a definição do sujeito que é abrangido pelo estatuto ao incluir qualquer pessoa que seja obrigada a deixar o seu país devido à agressão externa, ocupação, dominação estrangeira ou eventos que perturbem seriamente a ordem pública. A cláusula revela-se de grande importância, sobretudo para indivíduos SGN¹, uma vez que ela lhes concede a oportunidade de pedirem asilo para fugir da violência. Em 1993, o Congresso Nacional Sul Africano endossou a proibição da discriminação baseada na orientação sexual, tornando a África do Sul o primeiro país a salvaguardar esse direito através da Cláusula de Igualdade na Declaração de Direito e explicitamente proteger a igualdade de direitos dos cidadãos SGN.

1. Sigla em Inglês que significa “sexually and gender nonconforming” e em tradução literal para o Português; “sexualidade e género não normativos”.

Apesar de a concessão de acesso ao estatuto do refugiado pela Convenção da ONU de 1951 não atribuir diretamente o asilo por orientação sexual e identidade de género, as diretrizes do Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refugiado (ACNUR) para Proteção Internacional No. 9, permite os pedidos de pessoas SGN por serem afiliadas a um “grupo social” motivado pela perseguição ou medo de perseguição devido a situação identitária. Segundo a lei dos Refugiados da África do Sul, um “grupo social” é definido por “entre outros, um grupo de pessoas de determinado género, orientação sexual, deficiência, classe ou casta”, portanto a funcionalidade da legislação dos refugiados abrange o conceito de violência sexual e por se enquadrar como um risco sofrido por um “grupo social”.

Um grande empecilho em averiguar a situação encontra-se na maneira como se reúnem os dados referentes à utilização dessas liberdades legais, pois não é feita a diferenciação entre os vários tipos de refugiados e requerentes de asilo no âmbito nacional, ou essa diferenciação é feita de maneira variada – com diferentes terminologias, a ACNUR e outras organizações são impossibilitadas de estipular o número real de pessoas que foram resguardadas por essa garantia legal. As organizações interna-

cionais também não fazem parte do processo de tomada de decisão, e não tem amparo legal para fazer o papel consultivo de acesso de dados desses procedimentos. Segundo um relatório da ACNUR, um entrevistado na Europa escreveu: “se o governo não abordar a ACNUR para obter conselhos sobre tais casos, a ACNUR pode não saber sobre algumas rejeições feitas nas reivindicações se a pessoa [solicitante de asilo] não abordou a ACNUR para obter assistência” (UNHRC, 2015, p. 37).

Para além da dificuldade em aceder propriamente aos seus direitos, por vezes pelo desconhecimento acerca dos procedimentos legais, os refugiados SGN sofrem a homofobia e a xenofobia generalizada da sociedade sul-africana, que permeiam o sistema de asilo e os funcionários governamentais (Harris, 2009). As decisões de determinação do estatuto de refugiado são arbitrárias por estarem sujeitas ao operador legal de cada processo, criando decisões variadas e infundadas, visto que existe uma dificuldade em comprovar o “medo por perseguição”. Nos espaços governamentais dificilmente se encontram consultores jurídicos que tenham a empatia, o tempo e a disposição para ajudar o indivíduo a adequar o seu discurso aos requerimentos legais de comprovação. Dentro da esfera individual, trata-se de um processo psicologicamente difícil para o próprio imigrante, que tem suas experiências passadas de rejeições públicas e traumas negligenciados por ser requerida a comprovação de sua orientação sexual e/ou identidade de género para que seja dada continuidade no procedimento do escritório de recebimento de refugiados (RRO's) (Camminga, 2016).

Posto que o acesso a esses direitos fundamentais é dificultado, os refugiados SGN assistem à anulação das suas possibilidades de inserção social. Não obstante as concessões políticas sociais do governo da África do Sul para lidar com a discriminação e a violência contra os indivíduos SGN, esses cidadãos continuam a ser vítimas de crimes de ódio, sobretudo quando são segregados tanto por pertencerem à sociedade sul africana quanto por serem imigrantes. Sem a garantia de facto de nenhum dos seus direitos, nomeadamente o direito de liberdade identitária e de proteção internacional, os requerentes de asilo SGN tendem a ter outros direitos violados ao serem coagidos a viver na ilegalidade para não regressar á realidade opressiva de seus países originários. O que se pode concluir a partir da contraposição entre vida real e legislação utopicamente aplicada é que ambas as regula-

mentações da liberdade de expressão sexual e de gênero e de asilo/refugiado, são analogamente ilusórias, ao não serem efetivadas e asseguradas no cotidiano social sul africano. As mudanças na legislação não transformaram a realidade social da discriminação enfrentada pelas pessoas no país, pois as leis não são acompanhadas de práticas que as assegurem.

Bibliografia

- UNHRC (2015) *Protecting Persons with Diverse Sexual Orientation and Gender Identities*. A Global Report on UNHCR's Efforts to Protect Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Intersex Asylum-Seekers and Refugees. Geneva: United Nations High Commissioner for Refugees.
- CAMMINGA, B. (2016). *Bodies over Borders and Borders over Bodies: The Gender Refugee and the Imagined South Africa*. Tese de Doutorado em Sociologia, University of Cape Town. Retirado de <http://hdl.handle.net/11427/23406>.
- HARRIS, L. (2009) *Untold Stories: Gender-Related Persecution and Asylum in South Africa*, Mich. J. Gender & L, 15, 291. Retirado de: <https://repository.law.umich.edu/mjgl/vol15/iss2/2>.



“Quase Super-Homem”

A expressão de poder do MPLA, através da imagem, na luta contra o colonialismo e outros movimentos de libertação de Angola

Kiluanje Liberdade

Estudante de Doutoramento em Estudos Culturais
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
kiluanjeliberdade@gmail.com

Este trabalho foi orientado pela
Professora Doutora Rosa Cabecinhas

“A paixão colectiva é a única energia que de que os partidos dispõem para a propaganda exterior e para a pressão exercida sobre a alma de cada membro.”

(WEIL, 2007, p. 61)

Introdução

Na década de 1960, o cinema produzido pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) representava mais que uma promessa de independência para Angola, então ainda uma colónia portuguesa. O cinema anunciava, nacional e internacionalmente, o nascimento de novas nações com identidades culturais próprias e, conseqüentemente, legítimas para a luta de libertação. Em Angola, apesar de existirem três movimentos de libertação distintos, a cinematografia enfatiza o MPLA, visto que este representa o povo sob o slogan “O MPLA é o Povo e o Povo é o MPLA” (Adolfo Maria, secretário de Agostinho Neto, Primeiro Presidente de Angola, em entrevista, março de 2019).

O presente estudo, parte integrante de um projeto de doutoramento, faz uma breve análise fenomenológica, do processo de corporativização das estruturas sócio-culturais, pelo MPLA, desde 1961, que corresponde ao início da luta de libertação até 2008, ano do primeiro ato eleitoral válido em Angola. O objetivo é iniciar a compreensão da idealização do Povo pelo MPLA e analisar a capacidade de influência

do cinema do MPLA na memória comunicativa. Para tal, recorreu-se a filmes de arquivo e recolhas de depoimentos, junto de personalidades-chave desse período histórico, como Adolfo Maria e Luandino Vieira (escritor, primeiro diretor de programas da Televisão Popular de Angola e do Instituto de Cinema de Angola). Outras personalidades-chave se seguirão. O trabalho apoia-se na combinação de três conceitos – propaganda, imagem e memória comunicativa, no sentido de se perceber as representações da Nação Angolana. Importa deixar aqui breves noções da sua abordagem. Para Jacques Ellul, independentemente da sua base ideológica, a propaganda é um instrumento técnico mobilizador das massas e inevitável no mundo contemporâneo (Ellul, 2014). Por outro lado, Hannah Arendt entende a propaganda como instrumento do totalitarismo para enfrentar e suprimir a realidade não totalitária (Arendt, 2017). Segundo Marie-José Mondzain, a imagem resulta da relação entre dois sujeitos: o que presencia o visível e escolhe o que será visto, e o sujeito espectador, que vê o resultado da escolha. Além do visível, a imagem sustenta-se na produção interna, multi-sensorial da combinação dos signos, própria dos sujeitos dotados do dom da palavra (Mondzain, 2015). Para Gilles Deleuze, a imagem é um sistema de subconjuntos de signos, apresentados em registos visuais e sonoros presentes na sua riqueza (Deleuze, 2016). Segundo Jan Assmann, as memórias comunicativas são variantes da memória coletiva, não institucionalizadas, manifestadas no campo da oralidade e referem-se a um passado relativamente recente, não superior a 100 anos (Assmann, 1995).

Fim e necessidade da propaganda

Em conversa com Adolfo Maria, este sublinha que nos anos de 1960, o MPLA era um movimento bastante frágil, para conseguir alcançar os objetivos pretendidos. Sendo que a conquista da independência era o seu compromisso fundamental, afirma que somente pelo engajamento entre militares, massa popular e disseminação ideológica, poder-se-ia derrubar o colonialismo. Contudo, a segregação cultural e racial entre o povo angolano, tornou-se um dos principais obstáculos para a concretização do mesmo compromisso (Neto & Neto, 2012). Como solução, Lúcio Lara, também fundador e um dos principais dirigentes do MPLA, propôs o

projeto orientador “Um Amplo Movimento”, inspirado em experiências históricas da Revolução Chinesa, da luta do povo argelino e de outras lutas de libertação. A (re)produção cultural foi entendida como um dos pilares fundamentais para a proposta de Lúcio Lara. Assim, o cinema revelou-se um instrumento fundamental desta iniciativa propagandística (Lara, 1997). As imagens davam prioridade à disseminação ideológica no que concerne à educação e à consciencialização revolucionária do povo (MPLA, 1982).

Luandino Vieira (entrevista em outubro de 2020) argumentou que o MPLA idealizou, para as suas primeiras ações, uma estratégia de “Amplo Movimento Nacional” com inspiração no modelo jugoslavo, no qual o cinema se revelou como um instrumento de propaganda medular. Ao contrário de outros movimentos na altura, o MPLA apercebeu-se da grandeza territorial e da enorme diversidade cultural dos povos de Angola, diversidade esta que atendendo às suas diferenças, era equiparada à diversidade cultural dos povos jugoslavos: diferenças linguísticas, religiosas, fisionómicas e sociais. Independente dos baixos valores orçamentais e dos reduzidos meios técnicos envolvidos tanto na Jugoslávia, como em Angola, o cinema desenvolveu-se sob o conceito estético da militância partidária marxista. Ainda segundo Luandino Vieira, não se pode esquecer que o MPLA se pautou pela matriz ideológica marxista proveniente da União Soviética, que na época também forneceu ao Movimento de Libertação todo o apoio militar, técnico e bélico.

A “Narrativa”

Segundo Jacques Ellul, na sua exposição acerca da sub-propaganda (Ellul, 2014, pp. 46-47), uma das grandes urgências para a eficácia da propaganda é a criação de “mitos” e, também, de “reflexos condicionados”. A propaganda implica também uma tomada de “consciência nacional”, a nível social, uma vez que se “envolve / relaciona” com todas as estruturas da sociedade (Ellul, 2014, pp. 7, 13). Neste sentido, é possível interpretar-se todo o comportamento propagandístico do “Movimento Amplo Popular”, onde se destaca a instrumentalização dos meios de (re)produção cultural, com maior atenção para o cinema.

É importante abordar a figura de Ruy Duarte de Carvalho, militante do MPLA e referência primordial do cinema angolano (produzido pelo MPLA), e analisar a relação entre cinema, sociedade e regimes políticos que, aqui, se entende como o assumir da necessidade da instrumentalização dos meios:

Numa situação como a de Angola tornada independente, quem é o actor principal? Seja qual for o regime que assume o poder, num país que consegue afastar a dominação estrangeira, o discurso e a prática institucionais adoptam o conceito de “povo” como referência obrigatória de intenções ou de suporte. É o povo o actor principal de uma realidade que se situa fundamentalmente ao nível do social. (Carvalho, 2008, p. 391)

No mesmo período do cinema de propaganda do MPLA, Ruy Duarte de Carvalho define o perfil dos profissionais do cinema, em Angola, da seguinte forma:

Ele sente-se auto-conduzido à escolha de temas que legitimem o emprego do seu tempo de trabalho, e da sua equipa, numa actividade não directamente e numa conjuntura em que a reabilitação da economia e da organização se impõem a todos como tarefa prioritária. Ele deve dotar-se, através do cinema, de uma capacidade de participação que se inspire sem ambiguidade no movimento de libertação que anima, a todos os níveis, o espírito de qualquer nação que adquire a sua independência política. (Carvalho, 2008, p. 391)

De forma conclusiva, coloca-se a seguinte questão: será que a propaganda e processo de corporativismo tornou o MPLA uma espécie de “Quase Super-Homem”, capaz de influenciar a memória comunicativa Angola?

Bibliografia

- ARENDRT, H. (2017). *As origens do totalitarismo*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- ASSMANN, J. (1995). *Collective memory and cultural identity*. *New German Critique*, 65, 125-133.
- CARVALHO, R. (2008). *A câmara, a escrita e a coisa dita...* - Fitas, texto e palestras. Lisboa: Ruy Duarte de Carvalho e Edições Cotovia.
- DELEUZE, G. (2016). *A imagem-movimento*, Cinema 1. Lisboa: Sistema Solar.
- ELLUL, J. (2014). *Propagandas, uma análise estrutural*. Lisboa: Antígona Editores.
- LARA, L. (1997) *Um amplo movimento: Itinerário do MPLA através de documentos e anotações*, vol. I, Até Fevereiro de 1961, Luanda: Edição do autor, [2006: vol. II, 1961-1962; 2008: vol. III, 1963-1964].
- MONDZAIN, M-J. (2015). *Homo spectator, ver, fazer ver*. Lisboa: Orfeu Negro.
- MPLA (1982). *Seminário Nacional de Informação*. Luanda: MPLA.
- NETO, M. & Neto, I. (2012)(Eds.). *Agostinho Neto e a libertação de Angola (1949 - 1974)* - Arquivos da PIDE-DGS. Vol. I. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto.
- WEIL, S. (2017). *Nota sobre a supressão geral dos partidos políticos*. Lisboa: Antígona.



Projecting incompleteness in the case of Libya's migration crisis: fictional representation of image and textual documentation

Saraa Shrbaji

Estudante de doutoramento em Arquitetura
Escola de Arquitetura, Universidade do Minho
sarahshrbaji@hotmail.com

This work aims to critically project an incompleteness in mediatic representations of recent African migrations to Europe, analysing in particular Libya, where threshold and climax points of migration have been taking place. Thus, from a cultural architectonic perspective, the scope of the study is fictional, expressing a humanitarian position. This scope communicates methods of interpretation in documentation, namely through questioning testimonies and mediated images, such as selected clips from video reportages, that are used to deconstruct incomplete stories narrated and exploited through (occidental) media about Libya's migration crisis. The deconstruction is thusly a theoretical one that takes into consideration migration events, from the 21st century, happening at the Mediterranean region. These events disclose and communicate the ethics — involved in this migration crisis — of the Libyan and European authorities, journalism (identity protection), and individual experiences that shape these migration contexts.

According to the International Organization for Migration (IOM) (2020b) and Zampagni et al. (2017), the migrant and refugee crises of the 21st century are present time events that dominate and hover over the migration crisis between North Africa and Europe; it is the migration crisis of the Mediterranean region, as a whole, the outcome of the region's multiple human agencies that are dealing with political and cultural unsorted, misled, and corrupted system of "humanitarian" negotiations. To a certain extent, this is due to Libya's geographical positioning between the *Africas* and the Mediterranean Sea that gave the country this augmentation of political ambivalence (though Libya is not "politically"

known to be an all-powerful government) to be questioned. Subsequently, this became more present during Qaddafi's ruling and the aftermath of his overthrow, deposition and death, since 2011, that brought, on the one hand, the production of the beset chaos and inner anarchy of the civic society (including the infiltration of fundamentalists, militia groups and Libyan army forces) and, on the other, the political, international interferences and interests. Those who are compulsorily swayed and seized up in-between this vicious circle of human migration crisis are the (returned, displaced, detained, imprisoned and tortured) migrants in Libya that remain at stake, until this day. These migrants tolerate, to many degrees, the difficulties derived from the inevitable life-choices, because of their circumstances, by mainly having either both or one of the two objectives for migrating to Libya: one, work-related purposes (such as for the improvement of the economic situation), and/or, two, Libya being a point of departure or a temporary, transit zone between their country of origin and Europe.

However, Libya, as a migrant-dependent country, has been continually receiving, on-and-off, migrants from various neighboring and non-neighboring countries. Migrants affected by the conflicts within their mother homeland, especially those all the way from Bangladesh, Pakistan, Palestine, and Syria, but, most evidently and in larger numbers — than the formerly mentioned ones — those from the many *Africas*, have constantly been on the move to attain their rights in having a better life. Surrounded by many hinders throughout their migration routes, African migrants, ranging mostly from the sub-Saharan *Africas* to fewer from the North *Africas*, namely Burkinabes, Chadians, Ethiopians, Eritreans, Egyptians, Ghanaians, Nigerians, and Somalians, who have migrated and are still migrating (including returnees who temporarily went back home or took refuge in Tunisia or Morocco) to Libya are subjected to insidiously consecutive misfortunes and afflictions due to their decision in entering Libya and subsequently their attempts to escape to “safer” Europe. Those migrants are being bound to temporarily head onwards on a journey that drove many, unknown, consequences to be encountered, as many have fled from a violent, unjust and unstable life. Little did these migrants know that their aspirations and dreams of Libya, the country that always welcomed migrants, will turn out to be violent, unjust, and unstable life, from which they fled.

One thing is certain, that is, speaking about migrants in a holistic, pluralist form that is based on statistical representations and numbers contributes to merely remote justice, as every case and experience is very specific, different and singular. Each migrant comes from a different Africa and from a different reality, and investigating totality, instead of individual cases, is also a questionable matter, especially due to the critique of today's media coverage in journalism about the migration crisis. Facing the problem of identity protection, many storytelling in media coverages have provided voids in social representations of these migrants. While conducting and documenting interviews and testimonies, whether by not mentioning names or origins of the individual or by not showing facial features, identity protection is a case to be given consideration, as the safety of the migrants is a first and foremost. However, media coverage of the current Mediterranean migration crisis, manifests multifaceted positions, either defending the rights of migrants or opposing these same rights (e.g. Chouliaraki & Georgiou, 2019; Mattelart, 2019). For many migrants, media is a mediator of their silence and pain, the only way to express their voices and for others it is a dramatized scenario to exploit their identity. Fearing (forged) exploitation, many migrants have averted encountering journalists for the sensitivity of their cases. But, when humanitarian organizations and justice figures are completely out of reach (the majority of cases), media shifts its role to more humanitarian issues on the field and, thus, generates a path for reporting abuse, violence, and robbery (from smugglers to “dubious Berbers”, and so on), in the hope that migrants' words are not censored or appropriated by media vigilance.

Moreover, during the migration journey, migrants have been confronting the question of accessibility and freedom of movement in relation to their reliance and dependence on the usage and navigation of technological advancements, media and the digital culture in general, which range from access to safer migration routes to false and unreliable information and vigilance (Mattelart, 2019). Both of the aforementioned could be transmitted by the social structures of smuggling networks and similar human agencies that target vulnerabilities and perceive the individual migrant as a commodity (amplification of the human presence as an economic advantage for the recipients); an entrepreneur objectified by their limited financial capacity (as their earnings and savings are from

their hard work) to be given in return for their safety (Chouliaraki & Georgiou, 2019; Volpato & Andrighetto, 2015). As capital has always been the critique of power, migrants are the victims of capital and the injustice in confronting such social structures that are apparently obsessed with this power. When these malevolent, local social structures legitimise their implicit and explicit inhumane acts (namely, human trafficking, forced labor, and new forms of slavery) while interacting with migrants and undressing their humanness to the degree of denying their existence, they could unquestionably be comparable to those higher political structures (European and African, such as Qaddafi) that also deny human rights in migration of the African migrants suffering and struggling to this day in Libya, Libya's unsafe port, and at the Mediterranean sea's conflicted international zone (when attempting to escape).

In the vastness of the Mediterranean Sea, increasing conflicts are performed by several actors, from non-governmental organizations and humanitarian organizations' vessels (Sea Watch, Ocean Viking and Alan Kurdi), to the Libyan coast guard and their European alliances, and finally to the migrants themselves. The latter, tied to inflatable rubber boats holding on their repetitive tries, encounter inhumane deaths, and achieve "privileged" victories (arrivals to Europe) which seem larger than Africa itself (Forensic Architecture, 2018). Luckily, media has been part of projecting this performance to bigger audiences. What once (not so long ago) was misrepresented is now more structurally transmitted. Here, fiction is the poetic message and projector of incompleteness — events, that one cannot see through mainstream media and if one has no direct connect with the migrant(s) — as a method of interpretation of the pseudo-realism in information accumulation, the appropriation of image and textual sources, lingers in the corners of Libya's complex migration crisis (see Figure 1). In hopes for a better solution for the current migration and refuge crises, migrants are, in fact, the strongest advocates for their rights. Though many humanitarian bodies have been dealing with these matters of concern; hence, they cannot resolve the entire, continuous problem rooted in unresolved quarrels and arguments about the Libyan migration crisis. For the many factors — the outcome of confusion and chaos present in Libya's speculative, failed governance and the subsequent infiltrations and interferences of those who are interested solely in power and cannot see the humane positivity in human migration — that lead Libya and its

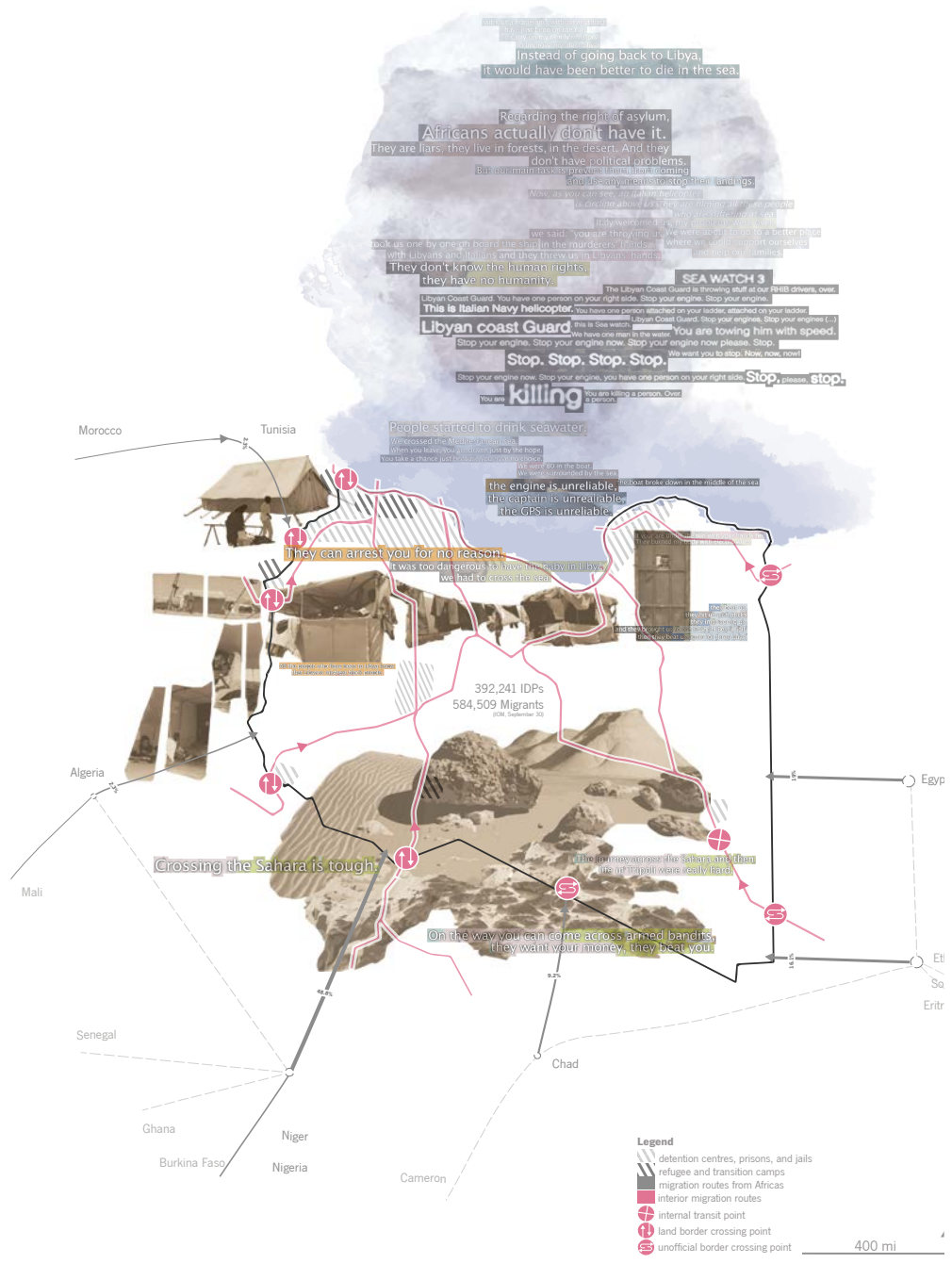


Figure 1. A conceptual map of Libya's migration crisis fictional representation (Saraa Shrbaji, 2020)

African migrants to be in constant friction, even now, these migrants are still determined to achieve a seemingly impossible plan. Here, media, the digital screen, and the distant audience cannot end the migration crisis of Libya at the Mediterranean region, as long as these representatives of contra migration and human rights still have the same position and are not willing to shift it for the sake of humanity. However, Italy (and Europe in general), as a safer destination for these African migrants, yet, remains a dream for many if not the majority. Then, there is this call out for life; these migrants' dreams of safety, stability and peace, far, far away from insecurity and violence accompany them, where they radically state that the aforementioned wishes could rather be submerged with them at the Mediterranean Sea than kept hanging at Libya's sky.

Bibliography

- CHOULIARAKI, L. & GEORGIU, M. (2019). The digital border: Mobility beyond territorial and symbolic divides. *European Journal of Communication*, 34(6), 594-605. <https://doi.org/10.1177/0267323119886147>.
- MATTELART, T. (2019). Media, communication technologies and forced migration: Promises and pitfalls of an emerging research field. *European Journal of Communication*, 34(6), 582-593. <https://doi.org/10.1177/0267323119886146>.
- VOLPATO, C. & ANDRIGHETTO, L. (2015). Dehumanization. In J. D. Wright (Ed.), *International encyclopedia of the social & behavioral sciences* (pp. 31-37). Amsterdam: Elsevier Ltd.
- ZAMPAGNI, F. et al. (2017). *Migrants in Countries in Crisis (MICIC) Libya Case Study: An Unending Crisis – Responses of Migrants, States and Organisations to the 2011 Libya Crisis, Insights from Burkina Faso, Chad, Egypt, Ghana, Niger and Tunisia*. Brussels: International Centre for Migration Policy Development.

Documentaries

- SEGRE, A. & LIBERTI, S. (2012). *Closed Sea* (migrant documentary). Retrieved from: <https://www.youtube.com/watch?v=XjhjlrUD3Ko>.

FORENSIC ARCHITECTURE (2018). *Sea Watch vs the Libyan Coastguard*. Retrieved from: <https://forensic-architecture.org/investigation/seawatch-vs-the-libyan-coastguard>.

Maps

IOM (2020a). *Migration Routes to Libya* (Displacement Tracking Matrix in Libya), In: Libya — Migrant Report 32 (July-August 2020) (pp.16). Retrieved from: <https://dtm.iom.int/reports/libya-%E2%80%94-migrant-report-32-july-august-2020>.

IOM (2020b). *Libya — Mobility Restriction Dashboard 8* (1 - 30 September 2020). Retrieved from: <https://dtm.iom.int/reports/libya-%E2%80%94-mobility-restriction-dashboard-8-1-30-september-2020>.

Título

Áfricas: mobilidade, violência, memória e criatividade

Editor

João Sarmento

Formatação gráfica:

Carolina Couto

Saraa Shrbaji

Fotografias:

João Sarmento

Edições Humus Lda

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Docentes

Ana Francisca Azevedo

António Lázaro

Fernando Bessa Ribeiro

Francisco Mendes

Isabel Macedo

João Sarmento

José Palmeira

Luís Moreira

Lurdes Macedo

Maria de Fátima Ferreira

Maria Manuel Oliveira

Marie Silva

Rosa Cabecinhas

Sheila Khan

Vítor de Sousa

Impressão:

Papelmunde

1.ª edição: março de 2021

Depósito legal: 480862/21

ISBN: 978-989-755-605-0

Bolseiros de Investigação

Bruno Fonseca

Capalo Katumbi

Carolina Pinto Couto

Jorge Garrido

Kiluanje Liberdade

Luís Daminello

Raphaella Câmara

Renata Moreira

Rita Oliveira

Saraa Shrbaji

Bolseiros de Iniciação Científica

Ana Rafaela Batista

António Melim

Chiara Zanchetta

João Neves

Leida Tavares da Costa

Financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do âmbito do Apoio a iniciativas integradas de I&D e formação superior que contribuam para o processo de estabilização económica e social através de qualificação superior a desenvolver no Verão de 2020, em colaboração com a Direção Geral do Ensino Superior (DGES)

Financiado no âmbito da “Knowledge for Development Initiative”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (nº 333162622) no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”.

A pluralidade em África, seja de climas, de solos, de povos e etnias, de visões do mundo, de percursos históricos, pensamentos, etc., é tão avassaladora que tendemos a simplificá-la. Resultado da geografia com que fabricamos África como um só continente; resultado da cultura ocidental que foi construindo este continente como um espaço tórrido, exótico, primitivo e falhado, por forma a definir-se a si própria; consequência de elites (e não só) africanas que se apropriaram desta África construída pelos europeus e recalçaram estas representações.

Excerto de *Áfricas: desestabilizando as geografias de um continente*

JOÃO SARMENTO

Surrounded by many hindlers throughout their migration routes, African migrants, ranging mostly from the sub-Saharan Africas to fewer from the North Africas, namely Burkinabes, Chadians, Ethiopians, Eritreans, Egyptians, Ghanaians, Nigerians, and Somalians, who have migrated and are still migrating (including returnees who temporarily went back home or took refuge in Tunisia or Morocco) to Libya are subjected to insidiously consecutive misfortunes and afflictions due to their decision in entering Libya and subsequently their attempts to escape to “safer” Europe.

Excerto de *Projecting incompleteness in the case of Libya’s migration crisis (...)*

SARAA SHRBAJI

No romance, os modelos espaciais de referência são corroídos e reordenados para produzir novos mapas imaginários, que também são metadiscursos críticos. Os guardiões contemporâneos da tradição mandinga, o príncipe fake rodeado de escroques e prostitutas, os “corpos sem pátria” franco-malianos coabitam num universo romanesco que empilha e rearranja histórias, memórias e configurações identitárias, através de processos poéticos inerentes à produção literária em contextos transnacionais e transculturais contemporâneos.

Excerto de *Notas para uma leitura do romance Al Capone le Malien de Sami Tchak*

MARIE SILVA

